

Retábulos da Ordem de Malta

Francisco Lameira
Paula Pinto Costa
Martina del Rio João



2005

- 01 *O retábulo em Portugal. Das origens ao declínio* (impresso).
Francisco Lameira

2006

- 02 *O retábulo da Companhia de Jesus em Portugal: 1619 - 1759* (impresso).
Francisco Lameira

2007

- 03 *O retábulo no Algarve* (impresso).
Francisco Lameira

2009

- 04 *Retábulos nas Misericórdias Portuguesas* (impresso).
Francisco Lameira

2013

- 05 *Retábulos na Diocese de Beja* (impresso).
Francisco Lameira e José António Falcão

2014

- 06 *Retábulos nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa* (impresso).
Francisco Lameira e João Canha e Sá

- 07 *Retábulos na Diocese de Setúbal* (impresso).
Francisco Lameira e Hélder Rodrigues

- 08 *Retábulos na Diocese do Funchal* (impresso).
Francisco Lameira, Paulo Ladeira e Renato Freitas

2015

- 09 *Retábulos na Arquidiocese de Évora* (impresso).
Francisco Lameira e Artur Goulart

- 10 *Retábulos na Diocese de Viana do Castelo* (impresso).
Francisco Lameira e Paulo Ladeira

- 11 *Retábulos da Ordem dos Carmelitas Descalços* (impresso).
Francisco Lameira, José João Loureiro e frei José Carlos Vechina

2016

- 12 *Retábulos no Estado de Goa* (impresso).
Francisco Lameira e Mónica Esteves Reis

- 13 *Retábulos Relicários* (impresso).
Francisco Lameira, Carlos Evaristo e José João Loureiro

2017

- 14 *Retábulos na Diocese de Lamego* (impresso).
Francisco Lameira, Pedro Vasconcelos Cardoso e José João Loureiro

- 15 *Retábulos na Diocese de Leiria - Fátima* (impresso).
Francisco Lameira, José João Loureiro e Virgolino Ferreira Jorge

- 16 *Retábulos em Minas Gerais* (impresso).
Francisco Lameira, Aziz José de Oliveira Pedrosa, Alex
Fernandes Bohrer e José João Loureiro

2018

- 17 *Retábulos no patriarcado de Lisboa* (impresso).
Francisco Lameira e José João Loureiro

2019

- 18 *Retábulos na Província do Norte. Baçaim, Damão e Diu* (impresso).
Francisco Lameira e Mónica Esteves Reis

2020

- 19 *Retábulos nos Açores* (impresso).
Francisco Lameira, José Meco, José João Loureiro e Marta Bretão

- 20 *Retábulos no Mundo Português* (impresso e em formato eletrónico).
Francisco Lameira

- 21 *Retábulos no Pará e no Maranhão* (em formato eletrónico).
Francisco Lameira, Isabel Mayer Godinho Mendonça e Renata
Malcher de Araujo

- 22 *Retábulos no Brasil Colonial* (em formato eletrónico).
Francisco Lameira, Mozart Bonazzi da Costa e Martina del Rio João

- 23 *Retábulos na Arquidiocese de Braga* (em formato eletrónico).
Francisco Lameira, Raúl Sampaio Lopes e José João Loureiro

- 24 *Retábulos na Diocese de Vila Real* (impresso e em formato eletrónico).
Francisco Lameira, José Bernardo Carvalho e Martina del Rio João

2021

- 25 *Retábulos na Diocese do Porto* (impresso e em formato eletrónico).
Francisco Lameira e Martina del Rio João

- 26 *Retábulos das Almas no Purgatório* (em formato eletrónico).
Francisco Lameira, Inês Afonso Lopes e Martina del Rio João

- 27 *Retábulos na Diocese de Bragança - Miranda* (em formato eletrónico).
Francisco Lameira, D. José Cordeiro, Martina del Rio João e
Padre Augusto A. Ferreira Pires

2022

- 28 *Os irmãos Martins: Manuel e Gaspar - os mais reputados entalhadores
e escultores algarvios na primeira metade de Setecentos*
(em formato eletrónico).
Francisco Lameira e Martina del Rio João

- 29 *Quando a Fé Transborda - altares geminados e com arco*
(em formato eletrónico).
Francisco Lameira e Martina del Rio João

- 30 *Retábulos nas Dioceses de Coimbra e Aveiro*
(em formato eletrónico).
Francisco Lameira, Sandra Costa Saldanha e Martina del Rio João

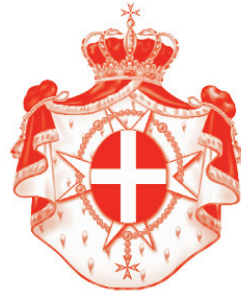
- 31 *Retábulos nas Dioceses de Portalegre-Castelo Branco e Santarém*
(em formato eletrónico).
Francisco Lameira, Martina del Rio João e António Marçal Grilo

- 32 *Imaginária retabular algarvia*
(impresso e em formato eletrónico).
Francisco Lameira e Martina del Rio João

- 33 *Retábulos da Ordem de Malta*
(impresso e em formato eletrónico).
Francisco Lameira, Paula Pinto Costa e Martina del Rio João



Retábulos da Ordem de Malta



EDIÇÃO

Departamento de Artes e Humanidades da Universidade do Algarve
Assembleia dos Cavaleiros Portugueses da Ordem Soberana, Militar e Hospitalária de Malta

DESIGN GRÁFICO

Martina del Rio João

FOTOGRAFIA

Alexandre Morgado Santos - Município do Crato, Álvaro Azevedo Moura, padre António A. Ferreira Pires, António Brandão de Pinho, António José Ladeiras, padre António Loureiro, padre António Sanches, Arquivo Fotográfico Municipal de Évora, padre Bruno Lopes, Carla Guerreiro, Cíntia Martins Santos, Diogo Marques, Emanuel Campos - Município de Mogadouro, padre Felisberto Vilinga, João Custódio - Município de Campo Maior, padre João Pires Dias, Joaquim Inácio Caetano, padre Joaquim Valente, padre Jorge Saraiva, padre José Afonso, padre José António Almeida, José Bernardo Carvalho, José João Loureiro, José Jorge Lúcio, padre José Lelo, José Tomé, Junta de Freguesia de Silva, Lurdes Sequeira, Manuel Isaac Correia, Manuel João, Manuel Vaz, Márcia Bota, padre Miguel Ângelo Ferreira, Município de Estremoz, Município de Oleiros, Município de Proença-a-Nova, Município de Santa Marta de Penaguião, Município de Sernancelhe, Museu de Arte Sacra - Covilhã, padre Orlando de Sousa, paróquia de Gáfete, paróquia de Maceda, Patrícia Monteiro, padre Paulo Dias, padre Paulo Jorge, Paulo Pinto, Pedro Melo Tavares, Pedro Silvério - Santa Casa da Misericórdia de Marvão, Pedro Vasconcelos Cardoso, padre Ricardo Silva, Rota do Românico, Rui Ponte e Sousa, Sérgio Paiva, SIPA - IHRU, Susana Fernandes, Vítor Oliveira.

EDIÇÃO DAS IMAGENS

Martina del Rio João

ISBN: 978-989-9127-16-6

COI: <https://doi.org/10.34623/h27d-9288>

HANDLE: <http://hdl.handle.net/10400.1/18636>

LOCAL E ANO

Faro | 2022

CAPA: Pormenor do retábulo-mor da igreja paroquial da Maia. Foto José Tomé.

CONTRACAPA: Pormenor de um retábulo colateral da igreja paroquial de Rio Meão. Foto padre Orlando de Sousa.

Índice:

Apresentação.....	7
Editorial.....	9
Introdução.....	11
Perfil e evolução histórica da Ordem de São João de Jerusalém, do Hospital ou de Malta. Entre Portugal e o Mediterrâneo nos séculos XI-XIX.....	15
Retábulos da Ordem de Malta	
-Localização.....	39
-Usos e funções.....	49
-Iconografia.....	58
-Encomenda.....	67
-Tipologias e modelos compositivos.....	74
-Periodização.....	83
-Filiação.....	103
-Materiais e técnicas.....	108
-Produção artística.....	117
Mapa de localização dos retábulos do catálogo.....	140
Catálogo dos retábulos selecionados.....	141
Bibliografia	200



Gáfete. Igreja paroquial. Pormenor do retábulo-mor. Foto Paróquia de Gáfete.



Castelo de Vide. Igreja paroquial de São João Baptista. Retábulo dos finais do século XVI/princípios do XVII, eventualmente originário da capela-mor. Foto Manuel Isaac Correia.

Apresentação

Acompanhamos este monumental repositório sobre a nobre arte do retábulo desde o seu início, em 2005, quando o primeiro volume desta coleção versou sobre questões conceptuais, terminológicas e classificatórias referentes a um domínio da História da Arte que merecia um olhar diferente, uma nova leitura. Na altura, a obra foi também apoiada pelo GEAD – Gabinete de Estudos de Artes Decorativas, da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa –, que dirigimos.

Entretanto, e a um ritmo acentuado, foram sendo publicados novos volumes, cobrindo as mais diversas zonas de Portugal continental, insular, em África, no Brasil e na Índia, contribuindo de um modo particularmente significativo para uma perceção mais apurada do que representou o retábulo no universo português e da expansão da sua cultura e da sua arte. Constituirá, também, um mote para que este levantamento permita, em casos mais pontuais, ir mais além na investigação, descobrindo novos elementos sobre a autoria e a datação apurada de certos exemplares em concreto.

À figura central de todo este projeto, o nosso estimado colega Francisco Lameira, Professor Auxiliar da Universidade do Algarve, notável especialista neste domínio, é a historiografia da arte portuguesa devedora de um notável esforço de sistematização, que permitiu a publicação destes trinta e três volumes referentes ao retábulo, uns disponíveis impressos e outros *online*. Na generalidade dos volumes deste *corpus*, associa-se a outros investigadores para materializar a pesquisa, sendo que no presente tombo colaboram Paula Pinto Costa, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e especialista na História das Ordens Militares em Portugal, e Martina del Rio João.

A Ordem de São João de Jerusalém, de Rhodes e de Malta alcançou uma grande relevância em Portugal desde a Idade Média até ao início do século XIX. Para além da colaboração no assentamento e assistência às populações, possuiu numerosas comendas espalhadas de Norte a Sul do país, o que lhe permitiu uma importante representatividade geográfica. Está, ainda hoje, associada à heráldica autárquica, em virtude de diversos brasões de localidades apresentarem a cruz de Malta. Tal confere-lhe, por si só, uma dimensão nacional, afirmando-se como uma vertente importante da memória coletiva, que importa estudar com profundidade, sistematizar e divulgar.

No âmbito da sua influência no domínio artístico, muitos são os templos em que se encontra presente a materialização da cruz de oito pontas, o símbolo associado à Ordem de Malta. Para além dos principais bastiões no Norte – Mosteiro de Leça do Bailio, em Matosinhos – e no Sul – Mosteiro da

Flor da Rosa, no Crato –, várias outras igrejas no território português continental evidenciam a matriz religiosa desta Ordem, com a presença da sua cruz inserida em cartelas colocadas, sobretudo, no coroamento dos áticos dos retábulos, associada ou não a representações heráldicas de cavaleiros militenses. A título exemplificativo, poderíamos referir retábulos presentes na igreja paroquial de São Sebastião de Algoso (Vimioso), na igreja de Santo Estêvão de Maçal do Campo (Celorico da Beira), na igreja paroquial de Nossa Senhora da Graça de Travanca (Mogadouro), na igreja paroquial de Nossa Senhora do Crato, na igreja paroquial de Nossa Senhora da Graça de Pontével (Cartaxo), na igreja de São João de Malta (Covilhã) ou na igreja de São Faustino de Gueifães (Maia).

Especialmente presente na centúria de Setecentos, estes retábulos expressam a evolução estética operada na arte portuguesa, através de manifestações barrocas, rococós e neoclássicas, que acompanharam a criação e as transformações existentes em diversas igrejas. A talha representa, pois, mais uma das expressões da cruz de Malta em Portugal, que também surge evidenciada noutras artes, como na prataria e joalheria (*erudita e popular*), em certas peças de mobiliário, na pintura religiosa e de retrato, na cerâmica ou nos têxteis.

A presente obra constitui, pois, uma sólida marca da inserção da Ordem de Malta e dos seus cavaleiros no território de Portugal continental, cujo enquadramento histórico tão justamente surge evidenciado no texto de Paula Pinto Costa. Quanto ao levantamento e caracterização dos retábulos associados à Ordem de Malta, fruto do labor de recolha, análise e sistematização de Francisco Lameira e Martina del Rio João, trazem-nos a dimensão estética e artística de uma das artes mais representativas do universo religioso português, permitindo conjugar e dar público testemunho do mote militense com ela relacionado.

Porto, 31 de Dezembro de 2022

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa
Professor Catedrático da Escola das Artes da UCP
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Assembleia dos Cavaleiros Portugueses
da Ordem Soberana, Militar e Hospitalária de Malta

Editorial

Dando continuidade aos anteriores volumes da coleção Promontoria Monográfica História da Arte, que se dedica exclusivamente ao estudo dos retábulos no Mundo português, o Departamento de Artes e Humanidades da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve assume a publicação do trigésimo terceiro volume, com o título *Retábulos da Ordem de Malta*.

O património retabular ainda remanescente, onde se incluem alguns exemplares da maior proeminência a nível nacional, constitui um relevante testemunho da identidade desta Ordem Militar. Se alguns destes espécimes, designadamente os que se destinavam a igrejas paroquiais do priorado do Crato, foram concebidos e executados pelos mais reputados artistas sediados na cidade de Lisboa, os restantes foram, na sua maioria, executados por profissionais com oficinas abertas nas diversas regiões.

Deste modo, damos o nosso contributo, promovendo a sua divulgação e esperamos que as diversas entidades locais, em estreita colaboração com as comunidades, se empenhem na sua salvaguarda e preservação.

Felicitemos os três estudiosos que prepararam pacientemente a presente publicação: Francisco Lameira, docente na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve; Paula Pinto Costa, docente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Martina del Rio João, investigadora e assídua colaboradora desta coleção.

O Diretor da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Professor Doutor Luís Sérgio Gonçalves Vieira



Sarzedá (Sernacelhe). Igreja paroquial de Santa Luzia. Pintura mural, parcialmente visível nas traseiras do retábulo-mor de talha dourada. Princípios do século XVI: pintura - mestre desconhecido com oficina aberta na região. Fotos Joaquim Inácio Caetano.

Introdução

Tendo em conta que os retábulos enquadravam a mesa do altar e neles se centrava o culto divino, durante séculos foram utilizados como transmissores de uma mensagem religiosa, que se expressava não só nas artes figurativas (pintura e escultura), mas que também recorriam à arquitetura, às artes decorativas e, por vezes, à heráldica. Afirmavam-se ainda como um símbolo do poder da entidade ou do cliente responsável pela sua administração, como se verifica nas palavras elogiosas referidas, em 1763, pelo padre João Baptista de Castro a respeito do *sereníssimo senhor infante D. Pedro, grão-prior do priorado do Crato*: *zela e atende a que o culto divino se observe com toda a atenção e decência, suprimindo liberalismo com todos os ornamentos precisos naquelas igrejas em que faltam, para que não se falte ao asseio do culto e esplendor dos templos*¹.

Deste modo, se justificava a substituição periódica destes equipamentos, nomeadamente na fase de maior esplendor, isto é, nos finais do século XVII e no século XVIII, por espécimes mais atualizados, *ao moderno*, como então se dizia.

O património retabular remanescente nos templos administrados pela Ordem de Malta, apesar de ter sido parcialmente vitimado por intervenções menos adequadas, é constituído por um razoável e meritório acervo, subsistindo ainda alguns exemplares de grande relevância artística, na sua larga maioria concebidos e executados por profissionais sediados em cada diocese, sobressaindo nas treze vilas pertencentes ao grão-priorado do Crato



Infante D. Pedro (f. 1786), grão-prior do Crato.
Fonte hermitagemuseum.org

¹ CASTRO, 1763, 2, p. 38.

a participação de arquitetos, entalhadores e pintores provenientes da cidade de Lisboa, então ao serviço do mencionado priorado.

Este estudo compõe-se fundamentalmente de duas partes. Na primeira, apresenta-se uma abordagem específica, não só aos retábulos sobreviventes, mas também aos que se tem conhecimento através da reduzida documentação existente, utilizando-se como pressupostos de

análise os que já utilizámos nos volumes anteriores da coleção.

Consequentemente são explanados os seguintes itens:

localização, usos e funções, iconografia, encomenda, tipologias

e modelos compositivos, periodização, filiação artística,

materiais e técnicas e produção. Na segunda parte surge um

catálogo ilustrado com fotografias a cores de cinquenta e cinco

exemplares, cuja seleção teve em conta diversos critérios. Em

termos geográficos abrange-se o maior número de localidades,

outrora pertencentes a priorados, bailiados, comendas e outros

benefícios da Ordem de Malta. Em relação à cronologia houve a

preocupação de testemunhar as diversas conjunturas artísticas,

dando maior relevo aos séculos XVII e XVIII. No que concerne

à sua qualidade, foi dada preferência à diversidade funcional e

morfológica, bem como a certas especificidades. Finalmente,

atendeu-se ao estado de conservação, optando-se, sempre

que possível, por retábulos íntegros, isto é, os que não foram

remodelados em intervenções posteriores ou adulterados por

restauros recentes.

Resta, por fim, agradecer o empenhamento e a colaboração

dos responsáveis dos diversos templos, públicos ou privados, que

nos facultaram o acesso e o levantamento fotográfico dos retábulos

recenseados. Registamos ainda o importante contributo de algumas

instituições e de todos aqueles que gentilmente nos ajudaram ou

cederam fotos, a seguir referenciados por ordem alfabética: padre

Alberto Almeida, Alexandre Morgado Santos – Município do Crato,



Pontével (Cartaxo).
Teto da nave da igreja de Nossa Senhora da Purificação.
Foto padre Miguel Ângelo Ferreira.

Álvaro Azevedo Moura, padre Aniceto Morgado, D. Antonino Dias, padre António A. Ferreira Pires, António Brandão de Pinho, António José Ladeiras, padre António Loureiro, padre António Orlando dos Santos, padre António Sanches, Arquivo Fotográfico Municipal de Évora, padre Bruno Ávila, padre Bruno Lopes, Carla Guerreiro, Carlos Madaleno, Cíntia Martins Santos, padre Cristian Eva, padre Eduardo Novo, Emanuel Campos - Município de Mogadouro, padre Felisberto Vilinga, padre Francisco Valente, Gonçalo Vasconcelos e Sousa, João Custódio - Município de Campo Maior, padre João Pires Dias, Joaquim Costa, Joaquim Inácio Caetano, padre Joaquim Valente, padre Jorge Saraiva, padre José Afonso, padre José António Almeida, José Bernardo Carvalho, José João Loureiro, José Jorge Lúcio, padre José Lelo, José Tomé, Josette Sobral, Junta de Freguesia de Silva, Lécio Leal, Lurdes Sequeira, Manuel Isaac Correia, Manuel João, Manuel Vaz, padre Marcelino Marques, Márcia Bota, padre Miguel Ângelo Ferreira, Maria João del Rio, Maria João Ribeiro - Junta da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, padre Miguel Ferreira, Município de Estremoz, Município de Oleiros, Município de Portel, Município de Proença-a-Nova, Município de Santa Marta de Penaguião, Município de Sernancelhe, Museu de Arte Sacra - Covilhã, padre Orlando de Sousa, padre Parcidio Rodrigues, paróquia de Gáfete, paróquia de Maceda, Patrícia Monteiro, Paula Vicente, padre Paulo Dias, padre Paulo Jorge, Paulo Pinto, Pedro Gaurim Fernandes, Pedro Melo Tavares, Pedro Silvério - Santa Casa da Misericórdia de Marvão, Pedro Vasconcelos Cardoso, padre Ricardo Silva, Rita Miguel, Rota do Românico, Rui Ponte e Sousa, Sandra Paz, padre Sérgio Correia, Sérgio Gorjão, Sérgio Paiva, SIPA - IHRU, Susana Fernandes, padre Tarsício Alves, Telma Branco, Virgolino Jorge, Vítor Oliveira e Vítor Serrão.



D. frei António Manuel de Vilhena, 66º grão-mestre da Ordem de Malta (1663 - 1736). Foto Enrique Íñiguez Rodríguez (CC-BY-SA).

**Perfil e evolução histórica da Ordem de S. João de Jerusalém, do Hospital ou de Malta.
Entre Portugal e o Mediterrâneo nos séculos XI-XIX**

**Paula Pinto Costa
FLUP / CITCEM**

A origem e o perfil da Ordem de S. João de Jerusalém ou do Hospital

Fazer uma síntese sobre a história da Ordem de S. João de Jerusalém, do Hospital ou de Malta, designações que variaram de acordo com a cronologia em foco, leva-nos a retomar um conjunto de trabalhos que já publicámos e que traduz a trajetória da investigação que desenvolvemos e que incide, acima de tudo, sobre a evolução desta Ordem entre os séculos XI e XVI. O pretexto para o presente texto é a contextualização de um conjunto de belíssimos objetos artísticos e históricos reunidos e apresentados neste volume.

Foi no contexto de um mundo em acelerada mudança a partir do século XI que se impôs a reforma da Igreja cristã e que foi gradualmente emergindo uma nova ordem social. Estas duas condições foram determinantes para o aparecimento das Ordens Religioso-Militares, instituições que funcionavam como uma espécie de síntese entre o Ocidente e o Oriente e representavam uma nova forma de religiosidade que integrava eclesiásticos e leigos de um modo muito singular².

A Ordem Religioso-Militar de S. João de Jerusalém ou do Hospital foi resultado de um longo processo histórico. Profundamente devedores da tradição de acolhimento dada aos mercadores e aos peregrinos que chegavam à Terra Santa, os primeiros homens que podemos considerar hospitalários, ainda que informalmente e sem a legitimação de uma criação oficial que tardaria a aparecer, foram aqueles que prestavam cuidados de hospitalidade a esses viajantes oriundos de destinos longínquos. A partir de meados do século XI (1048), passaram a ocupar um espaço na cidade de Jerusalém, casa que estava sob a proteção do mosteiro de Santa Maria Latina. Gradualmente, foram adquirindo consciência de grupo, fator decisivo para a sua futura evolução. Dado o sucesso do serviço que prestavam e o aumento do número de pessoas que chegavam a

²ÁLVAREZ PALENZUELA, 1997, p. 33-50.

essas paragens do Mediterrâneo oriental, foram forçados a construir uma nova casa, colocada nesse momento sob a proteção de S. João, e foram legitimados por bula do papa Pascoal II de 15 de fevereiro de 1113. O primeiro homem responsável pela comunidade foi Gerardo, nascido em Scala, perto de Amalfi. Foi deste último porto de mar, situado na costa ocidental da atual Itália, que partiram os principais mercadores que estiveram na raiz da instalação da casa que assumiu como prioritária a prestação desses cuidados socio-caritativos desde meados do século XI. Eram homens integrados na dinamização de circuitos comerciais de longa distância e com recursos financeiros que lhes permitiam apoiar a concretização desse plano assistencial na Terra Santa.

Também ao longo da segunda metade do século XI, teve lugar uma alteração da situação geopolítica em Jerusalém e nos territórios circundantes. Assim como estava em curso um movimento reformador da Igreja cristã e que constituiu uma enorme oportunidade para o aparecimento das Ordens Religioso-Militares. Nesse tempo, as mudanças eram substantivas e faziam-se sentir ao nível da melhoria generalizada das condições de vida no ocidente medieval, refletindo-se na sua capacidade de expansão e de domínio sobre novos espaços. Todas estas circunstâncias foram essenciais para o aparecimento dos Hospitalários.

Em novembro 1095, o papa Urbano II convocou grandes figuras eclesiásticas para discutir a situação por que atravessava a Igreja cristã, já com um milénio de história e a reclamar ajustes mais ou menos profundos de modo a conseguir dar respostas aos grandes desafios desse tempo. Neste concílio reunido em Clermont (França, Clermont-Ferrand), o pontífice terá lançado um apelo de participação alargada nas conquistas que se pretendiam fazer na Terra Santa, com o objetivo de conquistar o controlo sobre os lugares sagrados cristãos. Este apelo recebeu a designação de proclamação da primeira cruzada e teve grande receptividade no seio da Cristandade. Quatro anos mais tarde, em junho de 1099, as forças provenientes da Cristandade ocidental conseguiram assumir o comando político-militar da cidade de Jerusalém. Deste modo, tinha início uma nova fase da história desta cidade, da faixa costeira do Mediterrâneo oriental e do próprio ocidente europeu. No período que mediou entre 1099 e 1291, formaram-se, desenvolveram-se e extinguíram-se os Estados Latinos orientais, que eram a expressão do controlo ocidental sobre esses territórios mediterrânicos em torno da Terra Santa.

Confundidas por vezes com a cruzadas, as Ordens Religioso-Militares são independentes

dessa instituição³. A palavra cruzada não é contemporânea do movimento que habitualmente se identifica com esta designação. Pelos finais do século XI, as pessoas que integravam esse tipo de missões tinham a consciência de que estavam a fazer uma viagem, em concreto uma passagem para o ultramar, e eram identificadas pelo uso de uma cruz. Eram *cruce signati*, quer isto dizer que eram assinalados com a cruz que colocavam nas roupas que usavam. A palavra cruzada é tardia, pois só apareceria no século XIII, e foi usada como instrumento de legitimação e de equiparação de várias formas de guerra santa cristã. O próprio modelo de inspiração desta diversidade de manifestações de guerra santa foi a cruzada levada a cabo no Oriente Latino⁴.

Os primeiros Hospitalários por mais experiência que acumulassem e por mais vontade que tivessem de ser um grupo organizado, só com a legitimação e concessão da proteção papal é que estariam oficialmente criados, como era hábito na Idade Média. Com efeito, pela bula *Piae Postulatio*, datada de 15 de fevereiro 1113, o papa Pascoal II tornou-se o instituidor e o legitimador desta instituição. Nesse momento, conferiu-lhe quatro significativos privilégios: a isenção em relação ao poder episcopal e a conseqüente dependência direta em relação à Santa Sé, a sucessão do responsável da comunidade por via de um processo eleitoral interno, a confirmação de todas as doações que tivesse recebido até à data e a isenção do pagamento do dízimo sobre as suas terras⁵.

Na regra, Raimundo de Puy reafirmava em termos sintéticos que a assistência era a missão definidora da Ordem⁶. Uma matriz que se conservaria sempre ao longo dos tempos, incluindo nos dias de hoje. Mais tarde, o costume era formulado com as seguintes palavras: “Entre os outros ofícios de piedade e humanidade por comum consentimento de todo o povo cristão sem dúvida a hospitalidade possui o primeiro lugar”⁷. Tratava-se, sem dúvida, de uma instituição assistencial, mas que foi integrada no grupo das Ordens Religioso-Militares, pelo facto de também ter incorporado a guerra no seu programa de ação.

Tanto quanto é possível perceber, nos anos 30 do século XII teve início o processo de

³ RILEY-SMITH, 1977.

⁴ FLORI, 2001; WEBER, 2016, p. 221-233.

⁵ *Cartulaire Générale de l'Ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem (1100-1310)*, 1894, doc. 30.

⁶ *Cartulaire Générale de l'Ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem (1100-1310)*, 1894, doc. 70.

⁷ B.A., *Regna da Ordem de S. João de Jerusalém*, fl. 44v.

militarização da Ordem de S. João, década em que recebeu desafiantes fortalezas na Terra Santa⁸. Foi, com toda a certeza um processo de transformação gradual e que nunca implicou a secundarização da assistência. O papa Alexandre III, nos anos 70 do século XII, permitia a participação da Ordem do Hospital em campanhas militares com a condição de uma relíquia da Santa Cruz estar presente no campo das hostilidades⁹. E, em 1182, nos estatutos promulgados pelo Mestre Rogério des Molins, são já mencionados os "*fratres armorum*"¹⁰, o que denota uma consolidação da parte militar.

A Ordem do Hospital era constituída pelos freires, ou seja, os membros de pleno direito que professavam os três votos substanciais da vida religiosa: obediência, castidade e pobreza. Os freires organizavam-se em três categorias – cavaleiros, sacerdotes (obrigados a fazer os votos sagrados) e serventes – e eram coadjuvados por outras pessoas anexas à estrutura da Ordem, como era o caso dos donatos e dos confrades. Estes eram pessoas leigas que ofereciam os seus bens à Ordem, com o objetivo de alcançarem os benefícios espirituais que uma instituição deste perfil garantia, a par de certos privilégios que passavam a recair sobre as propriedades a que estavam ligados.

A Ordem do Hospital incorporava também mulheres, muito provavelmente na sequência de uma senhora ter fundado, em 1104, em Jerusalém um hospício, junto às principais instalações da Ordem, para acolher devotas da fé cristã¹¹. Em Portugal, num tempo já bastante tardio, as casas de Évora e Estremoz são os exemplos conhecidos destas comunidades femininas¹², embora necessitem de investigação e de estudo.

Do ponto de vista administrativo, a Ordem era uma instituição supranacional com sede na Terra Santa, dividida em circunscrições territoriais, de modo a agilizar a sua governação. Entre elas acabariam por estar as Línguas ou Nações, os priorados, as bailias e as comendas, numa escala hierárquica descendente. Na sequência da derrota na batalha de S. João de Acre (Israel) em 1291, os Estados Latinos orientais desapareceram, porque tornou-se inviável a

8 FOREY, 1984, p. 75-89.

9 RILEY-SMITH, 2010, p. 255.

10 *Cartulaire Générale de l'Ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem (1100-1310)*, 1894, doc. 627.

11 DELAVILLE LE ROULX, 1910.

12 MARQUES, 1899.

permanência ocidental nesses territórios do Mediterrâneo oriental.

Nesta conjuntura difícilíssima, a Ordem do Hospital teve de fazer grandes adaptações. Dividiu-se em circunscrições de caráter, diríamos, nacional, as chamadas Línguas ou Nações: Provença, Auvergne, França, Itália, Hispânia, esta última subdividida em 1462 nas Línguas de Aragão (com os priorados de Navarra, Catalunha e Castelania de Amposta) e de Castela (com os priorados de Portugal, Castela e Leão), Inglaterra e Alemanha. Cada uma destas tinha a responsabilidade de indicar um freire que seria titular da dignidade de Bailio Conventual, e que era escolhido para colaborar diretamente com o Grão-Mestre nas tarefas de governo da instituição, o que o fazia residir na sede conventual da Ordem¹³. A documentação do foro estatutário produzida em 1302 fixava o número de freires das diferentes Línguas residentes no convento, o que é interpretado como um indicador do funcionamento desta estrutura de governo¹⁴. As Línguas de Castela, onde se incluía o priorado de Portugal, e de Aragão ficaram encarregues de indicar o Grão-Chanceler, o bailio conventual encarregado do ofício da chancelaria e que exercia funções junto dos órgãos centrais de governo. O governo era superiormente exercido pelo Grão-mestre e por vários órgãos colegiais, dos quais se destacava o Capítulo Geral.

Em síntese, a Ordem do Hospital era oriunda da Terra Santa, tinha uma dimensão supranacional, dependia diretamente do Pontífice Romano, o que lhe dava o estatuto de isenção frente ao poder episcopal, tinha uma estrutura hierárquica bem definida e uma administração centralizada, era constituída por freires divididos em três categorias distintas (cavaleiros, sacerdotes e serventes), que professavam os votos de obediência, castidade e pobreza, viviam com preceitos normativos próprios, inspirados na regra de Santo Agostinho, direcionavam a sua ação primordial e matricial para um programa socio-caritativo e só tardiamente incorporaram a missão bélica na sua ação e identidade.

Na verdade, numa primeira fase, a Ordem do Hospital apresentava-se com uma aura de prestígio decorrente da sua ligação a Jerusalém e conseqüente dimensão supranacional, à cruzada e aos cavaleiros francos, à concretização de um programa assistencial vinculado à observação de virtudes consideradas importantes segundo os critérios daquele tempo e a um projeto singular de natureza religiosa, que ultrapassava o então conhecido modelo monástico e permitia aos freires a santificação

¹³ B.A., *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, fl. 134.

¹⁴ TIPTON, 1968, p. 293-308.

pela via das armas.

Entre a chegada a Portugal e a consolidação do priorado do Crato

Os primeiros Hospitalários poderão ter chegado ao Condado Portucalense por volta de 1112, em concreto ao lugar de Leça (Matosinhos, Leça do Balio)¹⁵. Esta data pode parecer precoce atendendo ao facto de a Ordem só ter sido legitimada pela bula fundacional de 1113, se bem que existisse já há alguns anos, como era normal nesse tempo. Embora haja alguns indicadores que dão sentido à referida cronologia, recordamos apenas um deles pelo seu significado. Com efeito, Ricardo, bispo de Albano e legado apostólico, entre 1102 e 1114, obrigou os prelados diocesanos peninsulares a protegerem o Hospital de Jerusalém e a não se intrometerem nas mercês que os fiéis lhe faziam¹⁶.

A instalação da Ordem do Hospital no então Condado Portucalense resultou de vontades políticas e eclesiásticas de agilizar as condições de apoio às redes de peregrinação que tinham Santiago de Compostela como destino. O papel que a diocese do Porto teve em todo este processo foi determinante. Esta diocese foi restaurada na pessoa do bispo D. Hugo, antigo arcebispo de Diogo Gelmirez, arcebispo de Compostela¹⁷. Corriam os anos de 1113-1114 quando a diocese do Porto foi restaurada, precisamente os mesmos de que se conhecem indícios da instalação dos Hospitalários em Leça, na altura, um velho e pequeno mosteiro, de traça românica, que seria totalmente transformado pelo gosto gótico, e situado num dos principais eixos viários e de peregrinação. A partir de Leça, a Ordem do Hospital iniciou um processo de expansão territorial e organizou a sua presença no Condado Portucalense.

Portugal constituiria um priorado que integrava raras bailias e muitas comendas, cujos freires tinham a obrigação de participar no capítulo provincial, o principal órgão de governo ao nível desta escala de cunho mais nacional, porque identificada com o reino. O conjunto das comendas portuguesas estava enquadrado num só priorado, o Priorado do Crato a partir do

¹⁵ COSTA, 1997, p. 97-107.

¹⁶ GARCIA LARRAGUETA, 1957, p. 35.

¹⁷ AMARAL, 2017, p. 23-45.

século XIV, que coincidia com a fronteira político-diplomática do reino de Portugal. Por sua vez, uma bailia correspondia a um nível jurisdicional intermédio entre a comenda e o priorado e congregava os vários membros que dela eram dependentes¹⁸, não se podendo confundir com os bailios conventuais e que assessoravam o Mestre no governo central da instituição.

Uma comenda era uma célula-base, constituída por um conjunto de bens imóveis e móveis geridos por um comendador e que se inseria no amplo sistema administrativo e fiscal implementado pelos Hospitalários, de onde emanavam orientações superiores comuns a toda a instituição. O conceito de comenda comporta uma grande diversidade, que deriva da caracterização geomorfológica de cada uma delas, do património edificado que viabilizava a administração do núcleo em questão, dos centros de poder que se situavam nas suas proximidades, das unidades produtivas de que dispunham (moinhos, fornos, lagares) e dos recursos económicos predominantes (agropecuários, piscatórios, florestais, marítimos, comerciais)¹⁹. O património e o rendimento de uma comenda são indicadores preciosos sobre o seu prestígio e ajudam a aferir a sua atratividade social e a rede de interesses que se desenvolvia em seu torno²⁰.

No seu conjunto, embora nem todas em simultâneo, em Portugal existiram cerca de 60 comendas. Estas estavam inseridas em dinâmicas locais que ultrapassavam a própria Ordem do Hospital, em virtude da sua relevância ao nível do enquadramento de atividades do foro económico-social, e internacionais, pela sua integração na hierarquia governativa da Ordem.

Como já tivemos a oportunidade de escrever²¹, a distribuição das comendas da Ordem de S. João de Jerusalém identificadas em Portugal desde os primórdios da história da instituição não é uniforme. Uma densa mancha a Norte contrastava com uma outra mais rarefeita e descontínua a Sul. O litoral atlântico constituía praticamente um vazio, à exceção do dinâmico eixo Santarém-Lisboa, e o Algarve caracterizava-se pela ausência de comendas desta Ordem. As razões que explicam esta situação, e em particular a configuração de cada uma destas áreas, são distintas.

¹⁸ DEMURGER, 2009, p. 138.

¹⁹ COSTA, 2009, p. 9-24.

²⁰ O rendimento total de algumas comendas nos séculos XVIII-XIX é apresentado por ALBUQUERQUE, 1992, p. 76-100.

²¹ COSTA, 2013, p. 70-78.

Pela precoce cronologia da sua introdução em terras portugalenses (c.1112) e pela primordial missão assistencial que assumia, a Ordem do Hospital orientou-se sobretudo para o espaço mais a Norte, e que à época formava o Condado Portucalense. Desde os seus inícios, foi integrada num programa de projeção do Noroeste peninsular por via do apoio aos peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostela. Esta realidade justificou a aproximação das comendas do Norte em relação ao traçado das principais vias de peregrinação²². À semelhança da Galiza, as comendas foram a melhor garantia material e espiritual de suporte aos caminhos de peregrinação e de enquadramento das pessoas que aderiam a esse movimento espiritual²³. Os primeiros sinais documentais de organização comendatária em Portugal encontram-se em Aboim da Nóbrega (Vila Verde), reportam-se ao ano de 1146 e consistem na referência a um comendador²⁴, provavelmente em articulação com a gestão de um hospital em Braga, que o arcebispo tinha doado à Ordem²⁵. Os dois indicadores apontados revelam a atração exercida por Santiago de Compostela sobre estas terras minhotas.

Algumas motivações mais pessoais e sociais reforçaram esta presença mais densa a Norte. Entre elas, conta-se o perfil social de uma parte das pessoas ligadas ao Hospital, uma vez que era nessa área setentrional que estavam fixadas as principais casas senhoriais que se mostraram interessadas na Ordem do Hospital. Doações régias, que foram a principal fonte de acumulação de bens, e doações particulares, a par de disposições testamentárias em favor da Ordem, contribuíram para a dispersão dos bens no Norte do reino. As motivações que são usadas para justificar esta benevolência são, sobretudo, do foro devocional, destacando-se a salvação da alma e a remissão dos pecados, a que se juntavam algumas outras a título do reconhecimento de serviços prestados à coroa²⁶. Assim, a Ordem foi desenvolvendo o exercício tanto da jurisdição cível sobre as terras do seu senhorio, a algumas das quais concedeu forais que regulavam a relação entre os moradores e destes com o senhorio, como da jurisdição religiosa, nomeadamente sob a forma do direito de padroado, domínio em que os conflitos com os bispos e com outros senhores tornou evidente a necessária intervenção e disciplina

22 COSTA, 2012, p. 69-82; MORENO, 1986, p. 77-89; MARQUES, 1998, p. 1-44.

23 GARCÍA TATO, 2004, p. 102.

24 *Liber Fidei*, doc. 842.

25 *Liber Fidei*, doc. 767.

26 COSTA, 1993, p. 75-77.

régia.

Enquanto a implantação a Norte ocorreu desde a segunda década do século XII, irradiando a partir de Leça (c.1112), a primeira casa conventual em Portugal, o progresso para a zona do rio Tejo e do Alentejo esteve relacionado com o avanço e consolidação da fronteira do reino e com a transferência gradual do poder régio e senhorial em direção ao Sul, já na transição para o século XIII. Nesta segunda fase, destacaram-se a necessidade de defesa do vale do rio Tejo, que exigiu aos Hospitalários a fixação junto à fronteira de guerra frente aos Almóadas²⁷, nomeadamente em Belver, a partir do ano de 1194²⁸, e a afirmação do poder da monarquia e a sua influência ao nível da estruturação social, fenómeno significativo sobretudo a partir do reinado de D. Afonso III (1248-1279)²⁹. Posteriormente, os efeitos da cruzada tardia, com ecos claros no contexto da batalha do Salado, travada em 1340, acentuaram o enraizamento dos Hospitalários no Alentejo. A vitória do exército cristão, composto por forças portuguesas, castelhanas e aragonesas, foi decisiva ao nível do desenvolvimento da implantação dos freires Hospitalários no Alentejo, em concreto em Vera Cruz de Marmelar, no Crato e na Flor da Rosa. Tal evolução deu lugar à transferência da sede do priorado de Portugal de Leça para o Crato / Flor da Rosa, numa lógica de aproximação aos novos centros do poder régio e senhorial e de reprodução da imagem da Terra Santa, crucial para a identidade dos Hospitalários e para a dimensão simbólica do poder que exerciam nestas áreas mais periféricas da Europa, processo visível nos próprios topónimos que escolhiam para as suas terras.

O património imóvel entregue aos Hospitalários, aglutinado nas várias comendas, e a configuração da administração do território sob a sua jurisdição abrem uma importante problemática de estudo em torno das comendas. A este nível, cruzam-se questões económicas e sociais de grande complexidade e reveladoras do perfil dos Hospitalários.

Partindo das áreas de implantação das diferentes famílias nobres³⁰ e da lista dos comendadores responsáveis pelas diversas comendas³¹, conseguimos perceber que existia

²⁷ MARQUES, 1995, p. 37-41.

²⁸ *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, 1979, doc. 73.

²⁹ VENTURA, 1992.

³⁰ PIZARRO, 1999.

³¹ COSTA, 1999/2000, p. 121-132.

uma relação significativa entre ambas³². Quer isto dizer que, em alguns casos, foi possível detetar uma coincidência geográfica entre as duas variáveis apontadas e, em outros, uma relativa proximidade entre as comendas onde alguns freires exerciam o título de comendador e as áreas onde se localizava o património das famílias biológicas de onde provinham esses mesmos homens. Deste modo, podemos aceitar a afirmação de José Mattoso de que a Ordem viabilizava as estratégias de poder plurifacetado dessas famílias, no sentido da consolidação ou da ascensão social e económica de alguns dos seus membros³³. Os comendadores, ao gerirem o património fundiário da Ordem e os respetivos direitos jurisdicionais, em áreas próximas daquelas em que se situavam os seus patrimónios familiares, dilatavam a esfera de influência das famílias em que tinham nascido. Por outro lado, com esta estratégia conseguiam manter-se integrados em lógicas senhoriais que, de outro modo, não alcançariam, fruto da fragmentação sucessiva dos patrimónios familiares por via do sistema de heranças que contemplava um amplo espectro de beneficiários, como demonstra José Augusto Pizarro³⁴.

Tendo em consideração estes princípios, é compreensível que determinadas famílias tenham mostrado um padrão de ingresso nas Ordens Religioso-Militares. José Mattoso considera que "*algumas famílias como que se especializaram em fazer carreira por este meio*"³⁵ e Rita Costa Gomes fala num "*processo de curialização dos cavaleiros das Ordens*" para se reportar à atração que a corte régia exerceu sobre estes grupos³⁶. A Ordem do Hospital, em particular, constituiu uma tradição para algumas famílias, como revela o exemplo dos Pimentéis, que fizeram do Hospital "*uma Ordem de Família*", na expressão de Bernardo Vasconcelos e Sousa³⁷. Estes dois fenómenos, isto é, a concentração de alguns grupos de freires junto da coroa e a tendência de uma determinada família dar preferência a uma certa Ordem, caracterizam a evolução histórica das Ordens Religioso-Militares no período tardo-medieval.

A intensificação do controlo da nobreza por parte da Coroa nos tempos finais da Idade Média portuguesa persistiu como um objetivo central no horizonte político e foi mesmo en-

32 COSTA, 2005, p. 605-621.

33 MATTOSO, 1982, p. 234-235.

34 PIZARRO, 1999.

35 MATTOSO, 1990, p. 289.

36 GOMES, 1995, p. 93-95.

37 SOUSA, 2000, p. 150-152.

carado como um índice de consolidação do designado Estado Moderno³⁸. As Ordens Religioso-Militares fizeram parte desta estratégia³⁹. Uma interessante representação iconográfica desta situação pode ser observada no teto da famosa sala dos brasões do palácio de Sintra, obra esta executada entre 1515 e 1520, de acordo com Anselmo Braamcamp Freire⁴⁰. Aqui figuram os símbolos heráldicos de algumas casas aristocráticas com presença na Ordem do Hospital, o que significa que tinham uma proximidade relevante com a corte régia. Destacam-se os Camelo, Castro, Góis, Ataíde, Meneses, Coelho, Almeida, de onde saíram alguns priores do Crato.

A afirmação dos interesses da Coroa sobre a Ordem

Os interesses políticos sobre a Ordem do Hospital sempre foram bastante evidentes. De uma mútua cooperação entre a Coroa e a Ordem a momentos de divergência entre ambas, foi-se firmando uma relação com base em conveniências bilaterais e que acabou por favorecer o papel determinante que a Coroa teria no controlo exercido sobre os Hospitalários.

Num primeiro momento, destacou-se o interesse de implantação dos freires no extremo ocidental da Península Ibérica e de, a partir daí, impregnar o reino com o prestígio de Jerusalém reconhecido aos Hospitalários, questão simbólica da maior relevância. A dinamização dos caminhos de peregrinação polarizados em Santiago de Compostela e o projeto de dilatação das fronteiras portugalenses em direção ao Sul constituíam o contexto ideal para que os Hospitalários se tornassem imprescindíveis à estratégia política gizada para o reino. São conhecidas várias notícias sobre pessoas portuguesas que empreenderam viagens à Terra Santa e que tiveram bastante influência no contexto em apreço⁴¹. Tratava-se de uma questão confessional, sintetizada no conceito de peregrinação, e muito relevante nessa altura. A guerra santa e o crescente domínio sobre territórios distantes também tinham um peso significativo neste tipo de opções. Foi assim que os Hospitalários se tornaram cruciais na articulação entre a Cristandade ocidental e o Mediterrâneo oriental e que, de algum modo,

³⁸ Estas medidas, amplamente descritas na bibliografia, permitem-nos chamar a atenção para alguns trabalhos, como MAGALHÃES, 1993, p. 530-540 e MENDONÇA, 1995.

³⁹ VASCONCELOS, 2008.

⁴⁰ FREIRE, 1996, p. 7 e p. 22-23.

⁴¹ COSTA, 2018, p. 169-170.

foram conotados com o fascínio que esse mundo exercia.

Nesta conjuntura, facilmente os Hospitalários alcançaram uma posição de prestígio no território português. Eram uma instituição religiosa, envolvida na prática da assistência, na guerra, na administração do território sobre o qual exercia prerrogativas jurisdicionais, na governação do reino e na sua representação externa. Um mero exemplo mostra o papel que esses homens assumiram. Em 1198, o papa Inocêncio III, recebeu por mão de dois freires Hospitalários o montante pecuniário enviado pelo rei D. Sancho I e que era uma parte do censo anual de quatro onças de ouro que D. Afonso Henriques tinha prometido ao papa Alexandre III pagar pelo reconhecimento da condição de reino a Portugal em 1179⁴².

É precisamente sob este enquadramento de dinamização do noroeste peninsular que se entende a posição alcançada pelo Hospitalário Afonso de Portugal, filho ilegítimo do rei D. Afonso Henriques, e que ocupou o lugar cimeiro do governo internacional da Ordem, tendo sido o Mestre geral dos Hospitalários entre 1202/03-1206⁴³.

As alterações políticas ocorridas em Portugal em meados do século XIII tiveram muito impacto nas Ordens Religioso-Militares. Com D. Afonso III, completou-se um ciclo da história do reino de Portugal, marcado sobretudo pela conquista de Faro em 1249. Neste contexto da história de Portugal, estas Ordens tornaram-se cada vez mais anacrónicas. Por um lado, estava em curso, desde o reinado de D. Afonso II (1211-1223), um ambicioso programa de fortalecimento do poder monárquico, e por outro, a expansão da fronteira territorial tinha atingido o limite físico mais meridional, ou seja, o Algarve (Faro, 1249), dando lugar ao questionamento da utilidade das Ordens Religioso-Militares nesse novo mundo em que a *reconquista* conhecia um fim.

No plano internacional, a conjuntura era marcada pelas derrotas sucessivas das forças ocidentais que, com muitas dificuldades, asseguravam o que restava dos Estados Latinos orientais. Depois de muitas dificuldades, em 1291, teve lugar a derradeira batalha em S. João de Acre (Israel), que acabou definitivamente com a presença organizada dos ocidentais no

⁴² *Bulário português de Inocêncio III (1198-1216)*, 1989, doc. 33.

⁴³ LUTTRELL, 2014, p. 197-206.

Oriente Latino.

A estratégia régia portuguesa em relação aos Hospitalários também mudou e refletiu as alterações políticas que, de uma maneira global, afetavam a evolução do reino e a política internacional. Assim, a partir de 1269, começaram a celebrar-se permutas ou escambos de propriedades que ilustram a imposição de ajustes e o crescente domínio régio sobre a Ordem. O reinado de D. Dinis (1279-1325) foi determinante neste processo de controlo⁴⁴. Um conjunto de sentenças contrárias aos interesses dos Hospitalários ilustram muito bem a nova estratégia régia de dominação deste tipo de instituições⁴⁵. A partir daqui a postura da monarquia seria outra, o que condicionou a evolução histórica dos Hospitalários portugueses.

Mas, a vida dos Hospitalários portugueses não dependia exclusivamente do que se passava no reino. A suas ligações ao Mediterrâneo permaneciam ativas, em virtude do vínculo canónico dos freires portugueses para com os seus superiores hierárquicos, e que se encontravam nos órgãos conventuais da Ordem que aí se situavam. Na verdade, o que acontecia nesse horizonte longínquo tinha fortes repercussões em Portugal, graças à prossecução da guerra contra os Turco-Otomanos, com base na cruzada tardia, para tentar evitar o seu avanço para ocidente.

A Batalha do Salado, travada no dia 30 de outubro de 1340, no sul de Espanha (Cádiz), imbuída deste conceito de cruzada tardia, teve um enorme significado para os Hospitalários. Os exércitos cristãos, compostos por forças castelhanas, aragonesas e portuguesas, combateram as forças do sultão de Granada e do emir de Marrocos. Com o rei D. Afonso IV alinharam, entre outros, D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga, D. Álvaro Gonçalves Pereira, filho deste último, prior da Ordem do Hospital, D. Garcia Peres de Abreu, mestre da Ordem de Santiago, e D. Gonçalo Vaz, mestre da Ordem de Avis⁴⁶.

O relato deste acontecimento militar chega-nos por via do célebre *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro⁴⁷. Com base nesta narrativa, inserida no citado livro cerca de 40 anos mais

⁴⁴ PIZARRO, 2005.

⁴⁵ COSTA, 2001.

⁴⁶ SOUSA, 2001, p. 253-262; SOUSA, 2009, p. 837.

⁴⁷ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 1980, (21G15), p. 239-257.

tarde⁴⁸, a vitória cristã no Salado resultou da influência propiciatória de uma relíquia da Santa Cruz, ostentada pelo prior Hospitalário Álvaro Gonçalves Pereira⁴⁹. A força desta narrativa é muito grande e evidencia o que se acreditava estar em jogo nos anos 40-80 do século XIV. Os Pereira e a Ordem do Hospital, a que estavam profundamente ligados, usam este episódio para consolidar uma memória associada ao Alentejo enquanto terra de reconquista e de implantação de novos poderes. O prior Álvaro Gonçalves Pereira, em homenagem à referida vitória militar, deu início à fundação do mosteiro-fortaleza⁵⁰ de Flor da Rosa, associada ao memorial do Santo Lenho. Tudo isto foi aproveitado para recuperação de um passado saudoso, conotado com a Terra Santa e a cruzada, e de (re)construção de uma identidade para a Ordem do Hospital em Portugal – fundada na cruzada e na guerra – que se encontrava fragilizada sobretudo pela insistente política de controlo régio que afetava a sua capacidade de autonomia⁵¹.

De facto, a partir do reinado de D. Dinis, a intervenção da monarquia foi decisiva e é condição *sine qua non* para compreendermos a evolução futura da Ordem do Hospital. Como já escrevemos na tese de doutoramento, a intervenção da monarquia significou o rumo em direção à modernidade⁵².

Esse tempo de abertura a novas realidades foi muito marcado pelo aproveitamento de afinidades pessoais entre o rei e alguns freires. Por exemplo, o prior do Crato D. Diogo Fernandes de Almeida, figura eminente do círculo político, foi escolhido como responsável pela educação de D. Jorge, filho bastardo de D. João II, futuro governador e administrador das Ordens de Avis e Santiago⁵³. O casamento de D. Manuel I com D. Leonor terá sido uma oportunidade para consolidar a relação com os Hospitalários, já que, e de acordo com Jerónimo Osório, foi no Crato que o monarca, recém-casado por procuração, recebeu D. Leonor⁵⁴.

A política externa, nomeadamente a que visava a manutenção da influência portuguesa no mar Mediterrâneo, estava entre as grandes ambições de D. Manuel I e envolvia diretamente

48 FERREIRA, 2011, p. 99-129.

49 *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro*, 1980, (21G15), p. 244.

50 O conceito de igreja-fortaleza foi enunciado por CHICÓ, 1968, p. 113.

51 COSTA, 2013, p. 207-234.

52 COSTA, 1999/2000, p. 222.

53 PIMENTA, 2001.

54 OSÓRIO, Jerónimo - *Da vida e feitos de El-rei D. Manuel ...*, vol. 2, p. 223.

a Ordem do Hospital⁵⁵. Os Hospitalários ocupavam posições estratégicas nesse horizonte geográfico, pois tinham os órgãos conventuais sediados na ilha de Rodes. Nessa qualidade eram importantes informadores da coroa no que tocava a negócios internacionais. Mais uma vez, a seleção de um ou outro exemplo ilustra bem a situação que então se vivia. Assim, foi graças à intervenção dos freires que o rei português recebeu informações vindas de Rodes sobre a preparação de uma armada inimiga com destino à Índia⁵⁶. A resposta a esta ameaça passou pelo envio de uma frota portuguesa, nos anos de 1499-1503, para entrar em guerra contra os Turcos⁵⁷. A partir daqui a guerra no Mediterrâneo tornou-se muito séria e intensificou-se a ameaça sobre a ilha de Rodes. O potencial militar dos Hospitalários, sobretudo ao nível da força naval além-fronteira, captou a atenção do rei, que, de acordo com os códigos de guerra da época, deveria ser o congregador dos exércitos⁵⁸.

Foi nesta conjuntura que, em Portugal, no dia 13 de maio de 1508, morreu o prior do Crato, D. Diogo Fernandes de Almeida⁵⁹. A sucessão deste homem abriu a última fase da história tardo-medieval da Ordem do Hospital em Portugal. Diogo Fernandes de Almeida foi sucedido por João de Meneses, um homem da inteira confiança pessoal do rei, fruto de um processo conduzido, de forma arguta, pelo rei D. Manuel e totalmente contrário à autonomia que os documentos estatutários conferiam à Ordem na matéria de escolha dos seus superiores hierárquicos⁶⁰.

Esta interferência régia tinha relação com a guerra mediterrânica a que já fizemos alusão. Face ao sistemático avanço Turco-Otomano em direção ao ocidente, D. Manuel I, nos anos de 1505-1507, defendeu um projeto utópico de recuperação da Terra Santa⁶¹. Como se compreende, a necessidade de controlar a Ordem tornava-se imperativa, para garantir a prossecução de uma política externa, em que a cruzada tardia constituía um *dossier* importante, e para assegurar o alinhamento da Ordem com a estratégia da moderna construção política do Estado.

Os derradeiros acontecimentos foram despoletados pela morte do prior do Crato D. João de Meneses, em 1522. Estava em curso o grande cerco posto por Solimão, o Magnífico, à ilha de Rodes. A

55 COSTA, 2004, p. 569-579.

56 OSÓRIO, Jerónimo - *Da vida e feitos de El-rei D. Manuel ...*, vol. 2, p. 196.

57 TT, *Corpo Cronológico*, I, m. 4, nº 74 e II, m. 7, nº 56.

58 MARQUES, 1999, p. 190.

59 FREIRE, 1996, vol. 2, p. 362.

60 TT, *Corpo Cronológico*, I, m. 7, nº 66.

61 TOMÁS, 1990, p. 35-103

partir deste momento, e durante 10 anos, o rei português contrariou a capacidade de escolha do prior do Crato por parte dos Hospitalários e procurou o reconhecimento do candidato por si escolhido. Tinha plena consciência de que essa figura teria de sair do círculo régio. Em 20 de maio de 1532, o assunto foi encerrado e o indigitado para o cargo foi o infante D. Luís, filho de D. Manuel I e irmão do rei D. João III⁶².

Deste modo, fechou-se mais um ciclo, marcado, no plano internacional, pela derrota de Rodes frente aos Turco-Otomanos em 1522 e pela retirada dos órgãos conventuais Hospitalários dessa ilha e, em Portugal, pela associação do priorado do Crato à Coroa, por via da nomeação do prior, figura cimeira dos Hospitalários em Portugal. O priorado do Crato perdia, assim, uma boa parte da sua antiga identidade funcional. Os seus responsáveis passam de priores a perpétuos administradores. Este ciclo de consolidação da Modernidade encerrou-se em 1551, ano em que Júlio III, pela bula *Circa pastoralis officii*, concedeu a D. António, filho de D. Luís, a administração e futura sucessão do priorado do Crato⁶³. Coincidentemente, no mesmo ano, pela bula *Praeclara clarissimi*, foram anexados à Coroa os mestrados das ordens de Cristo, Santiago e Avis, os quais já desde 1418-1434 estavam sob a administração direta de membros da família real⁶⁴. A partir de meados do século XVI, acentuou-se o vínculo das Ordens Religioso-Militares, incluindo da de Malta, à Coroa, o que se refletiu na gestão dos seus bens e na sua memória escrita⁶⁵.

Supremacia portuguesa junto dos órgãos conventuais, aristocratização e vínculo à monarquia

Perante a derrota que sofreu no cerco de 1522 frente aos Turco-Otomanos, a Ordem do Hospital foi obrigada a abandonar a ilha de Rodes. Depois deste duro golpe, a Ordem ficou depauperada do ponto de vista material e afetada no plano simbólico. Durante uns anos não dispôs de um local para fixar a sua sede governativa. A recuperação contou com o suporte dado pela Santa Sé e por várias casas monárquicas europeias. O apoio decisivo seria dado por

62 SANTARÉM, Visconde de - *Quadro Elementar* ..., t. X, p. 374. O próprio D. João III assumiu estas funções durante a menoridade do irmão.

63 TT, *Bulas*, m. 30, nº 23.

64 *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 2, p. 60-68.

65 VAQUINHAS, 2018.

Carlos V, Imperador do Sacro Império Romano Germânico, e traduziu-se na concessão da ilha de Malta, da ilha de Gozo e da cidade de Tripoli, em março de 1530, embora a iniciativa de escolha da ilha de Malta para fixação da Ordem tenha sido do seu Grão-Mestre, Fr. Philippe de Villiers L'Isle-Adam⁶⁶. A partir desta doação a Ordem assumiria o estatuto de soberana.

Carlos V tinha profundas ligações a Portugal. Basta recordar que casou com D. Isabel, filha de rei D. Manuel I, e a sua irmã, D. Catarina de Áustria, casou com o rei D. João III. Esta proximidade familiar favoreceu respostas conjuntas no Mediterrâneo, domínio que continuava a requerer uma firme aposta face ao contínuo avanço de um inimigo comum, os Turco-Otomanos, que só seria travado na batalha de Lepanto, ocorrida em 7 de outubro de 1571. Neste cenário de dificuldades, são conhecidos os esforços de Carlos V e D. João III para, em conjunto, combater o corsário Barba Roxa em La Goleta (Espanha), no ano de 1535⁶⁷. Em simultâneo, o perigo constante que recaía sobre o bastião de Malta fez com que o priorado do Crato mantivesse uma prestação empenhada no Mediterrâneo, em sintonia com os interesses régios.

Se em relação ao período medieval se pode questionar o interesse e a assiduidade das relações entre o priorado de Portugal e os órgãos conventuais, tendo em conta as fontes documentais que se conhecem, na época moderna a intensificação destas relações tornou-se um lugar-comum e deu a Portugal uma especial visibilidade na política internacional.

Na designada Época Moderna, a Ordem de Malta portuguesa teve duas oportunidades especiais para potenciar a sua notoriedade: por um lado, a candidatura à Coroa por parte de D. António, o Prior do Crato, e, por outro, a eleição de três freires portugueses para o exercício da dignidade de Grão-Mestre de Malta, entre os séculos XVII e XVIII. De uma maneira geral, as exigências ligadas à defesa da ilha de Malta estimularam o aperfeiçoamento da condição militar da Ordem e o desenvolvimento da sua força naval, o que fez dela uma instituição mais atrativa do ponto de vista político. A par desta vertente, o comércio internacional, sobretudo depois da pacificação que se seguiu à desintegração do poder mi-

⁶⁶ MALLIA-MILANES, 2009, p. 576-577.

⁶⁷ ANDRADE, 1796, p. 69.

litar espanhol já no século XVII, seria outra área de ponta em que a Ordem de Malta se empenhou⁶⁸.

Em Portugal, a partir de 1567, as Ordens Militares tornaram-se definitivamente um pilar do funcionamento do Estado Moderno e participaram no governo da graça que se impôs nos séculos XVII e XVIII⁶⁹. Este mecanismo aprofundou o vínculo à monarquia e o processo de aristocratização que vinham a caracterizar o percurso dos Malteses. A incorporação da administração do priorado do Crato na Casa do Infantado, iniciada em 1789 por pedido da rainha D. Maria I, deu lugar à separação do priorado em relação à soberania da Ordem de Malta, e foi concluída em 1793, ano da passagem dos bens para a Casa do Infantado, reservando-se a sua tutela espiritual à Santa Sé⁷⁰. Do ponto de vista social, e com especial incidência desde o século XVII, a Ordem orientava-se, cada vez mais, por “princípios aristocratizantes” para recrutar os seus membros e por uma forte ligação à coroa⁷¹.

Na sequência da morte de D. Sebastião nas campanhas de Marrocos em 1578, D. António regressou a Portugal e reivindicou os seus direitos ao trono. D. António era filho do infante D. Luís, que o antecedeu no priorado do Crato, e que tinha sido o primeiro membro da família real a ocupar o topo da hierarquia do priorado português dos Hospitalários, sob indigitação da Coroa. Como é sabido, abriu-se um período de atribuições políticas e as pretensões de D. António ao trono não se cumpriram, em virtude da sua condição de ilegitimidade⁷².

O fim da dinastia dos Filipes em 1640 abriu um conflito armado entre Portugal e Castela. No contexto desta guerra da Restauração (1640-1668), as tropas espanholas comandadas por D. João de Áustria invadiram a vila e a fortificação do Crato, onde estava instalada a sede do priorado português, incendiando o acervo documental da Ordem no ano de 1662. Foi uma perda irreparável para a investigação sobre a Ordem de Malta. Assim como foram os efeitos provocados pelo violento terramoto sentido no Crato em 1531, pelo grande terramoto português de 1755 e pelo incêndio a que deu origem, pela incorporação da administração do

68 VERSOS, 2010, p. 577-592.

69 FONSECA, 2009, p. 731; OLIVAL, 2001.

70 VERSOS, 2007, p. 91-112.

71 VERSOS, 1997, p. 109-120; VERSOS, 2010, p. 577-592.

72 CUNHA, 1993, p. 557.

Priorado do Crato na Casa do Infantado nos anos de 1790 e pela extinção das ordens religiosas e desamortização dos seus bens em 1834.

A constante ameaça militar exercida pelos Otomanos e a pirataria turca e norte africana condicionaram a presença da Ordem na ilha de Malta. Os chamados cavaleiros de Malta transformaram profundamente a ilha, contribuindo para a sua segurança, urbanismo, arquitetura e espólio artístico e também para a manutenção da fronteira cultural e ideológica da Europa cristã sob a capa da cruzada⁷³.

No século XVIII notabilizaram-se dois portugueses na qualidade de Grão-Mestre de Malta. Fr. António Manoel de Vilhena beneficiou do enorme prestígio que caracterizava a sua família e granjeou fama na ilha de Malta pela notável ação que aí desenvolveu. O seu pai, D. Sancho Manoel de Vilhena, venceu D. João da Áustria no Ameixial. António Manoel de Vilhena, em 1703, foi elevado ao cargo de Grão-Chanceler da Ordem e responsável pela Língua de Castela e de Portugal e, mais tarde, ao de Bailio de S. João de Acre e ao de governador do Tesouro da Ordem. Como corolário do seu percurso, foi Grão-Mestre da Ordem de Malta entre 1722 e 1736. Distinguiu-se na defesa militar da ilha de Malta, onde foi um grande construtor e um estratega arguto. Fundou o forte de Marsamuscetto, reconstruiu a cidade de Mdina, onde mandou fazer um palácio para dinamizar a vida local. Nos arredores de Valetta, fundou o arrabalde de Floriana, em homenagem ao seu pai, onde existe uma estátua em sua honra no Palácio da Ordem. Construiu o Forte Manoel e o Teatro Manoel, inspirado no teatro de Palermo. Mandou, ainda, construir o seu mausoléu na capela de Santiago, um exuberante monumento barroco. Doou à igreja de Valetta vários frontais de altar feitos em prata e outras peças de elevado interesse artístico. Foi reconhecido no seu tempo como homem piedoso, culto e patrono das artes, o que está na base do seu icónico legado material e imaterial⁷⁴.

Fr. Manuel Pinto de Fonseca foi Grão-Mestre da Ordem de Malta entre 1741 e 1773. Exerceu o magistério de um modo completamente distinto dos seus antecessores, e a sua atuação foi o espelho do absolutismo típico do tempo em que viveu. Esta circunstância levou-o a encarnar a figura de um príncipe e a exercer a soberania da Ordem de Malta em sintonia

73 MALLIA-MILANES, 2009, p. 576-577.

74 MORAIS, 1928, p. 87-89; ALBUQUERQUE, 1992, p. 207-243; TORRES, vol. VII, 1904-1915, p. 479.

com esses princípios. Na ilha de Malta continuou a obra de modernização da arquitetura e do urbanismo já em curso. Fundou a povoação que ficou com o seu nome – Pinto – e que hoje se chama Qormi. Entre as suas ações contam-se os grandes legados à igreja local⁷⁵.

Este “século português de Malta”, como lhe chamou Martim de Albuquerque⁷⁶, já precedido pelo magistério de Fr. Luís Mendes de Vasconcelos, eleito Grão-Mestre da Ordem de Malta em 17 de setembro de 1622, dignidade que ocupou até ao ano seguinte, e cuja ação foi sobretudo ao nível do combate militar no Mediterrâneo⁷⁷, deu lugar a uma necessidade de expressão de poder e de representação de que ainda hoje se conservam magníficos exemplares do domínio da história da arte, os quais constituem a base de importantes atrações turísticas. No seu tempo, estes homens que ascenderam ao grão-magistério foram, com certeza, determinantes na projeção do priorado do Crato junto das instâncias governativas centrais com quem a Ordem de Malta portuguesa mantinha relações próximas.

Neste período, foi edificado muito património, que constitui um precioso legado material, arquitetónico, cultural e artístico. Entre a ação de viajantes e de mecenas, as ligações às principais cortes régias europeias, à Igreja e a determinados setores sociais de perfil aristocrático, estes espaços foram ganhando forma e tornaram-se ambientes privilegiados de representação de uma identidade institucional. Neles emergiam questões simbólicas e imateriais que estão presentes nos retábulos de temática religiosa e civil, onde a pessoa, os objetos, a paisagem e o património edificado marcam presença e são fonte de reflexão para o historiador.

Poucos anos depois de ter terminado o grande período de governação portuguesa em Malta, a ilha foi tomada por Napoleão em 1798. Mais uma vez, os órgãos de governo da Ordem perderam as suas instalações. Nesta sequência, em 1834, o grão-magistério instalou-se finalmente em Roma no designado Palácio Magistral, deixado à Ordem em 1629, por Fr. Antonio Bosio, e que era usado como residência do embaixador da Ordem junto da Santa Sé.

75 SOUTO, 1954; ALBUQUERQUE, 1992, p. 244-289.

76 ALBUQUERQUE, 1992, p. 207.

77 PINHO, 2017, p. 37; ALBUQUERQUE, 1992, p. 176-189.

Por coincidência, no mesmo ano, teve lugar em Portugal a extinção das Ordens Religiosas, por decreto de 28 de maio de 1834⁷⁸. A Ordem de Malta chegava, assim, ao fim de um longo percurso histórico, com raiz no século XI. A Ordem viria, no entanto, a reorganizar-se com base em associações nacionais. Por fim, em 1899, a Ordem foi refundada sob a forma da Assembleia dos Cavaleiros Portugueses da Ordem Soberana e Militar de Malta⁷⁹.

Referências documentais e bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Martim de – *Portugal e a Ordem de Malta. Aspectos da Europa*. Lisboa: Inapa, T.L.P., 1992.
- ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel – Sentido y alcance de la reforma eclesiástica. In *La Primera Cruzada, novecientos años después: el Concilio de Clermont y los orígenes del movimiento cruzado*, ed. Luis Garcia-Guijarro Ramos. 1997, p. 33-50.
- AMARAL, Luís Carlos – A restauração da diocese do Porto e a chegada do bispo D. Hugo. In *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Estudos de história religiosa, 21. Universidade Católica Portuguesa / Centro de Estudos de História Religiosa, 2017, p. 23-45.
- ANDRADE, Francisco de – *Chronica do Muyto Alto e Muyto Poderoso Rey destes Reynos de Portugal Dom João o III deste nome*. Lisboa, 1796.
- As Gavetas da Torre do Tombo*, introdução de A. da Silva Rego, 12 vols. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977.
- Assembleia da República, *Legislação régia. Livro 1833-1834*, p. 70-71. Disponível em: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p460>
- B.A., *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, nº 49-II-32.
- Bulário português de Inocêncio III (1198-1216)*, publ. por Avelino de Jesus da Costa e Maria Alegria Fernandes Marques. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.
- Cartulaire Générale de l'Ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem (1100-1310)*, documentos publicados por Jean Delaville le Roulx, I-IV. Paris, 1894-1906.
- CHICÓ, Mário Tavares – *A arquitectura gótica em Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1968.
- COSTA, Paula Pinto – A dimensão imaterial da comenda de Marmelar. In FONSECA, Luís Adão da (coord.). *Militarium Ordinum Analecta*. Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar, nº 17. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2013, p. 207-234.
- COSTA, Paula Pinto – A nobreza e a Ordem do Hospital: uma aliança estratégica. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *As Ordens Militares e de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Atas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2005, p. 605-621.
- COSTA, Paula Pinto – A Ordem do Hospital no Primeiro Século da Nacionalidade. In *Atas do II Congresso Histórico de Guimarães. Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, vol. 5. Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1997, p. 97-107.
- COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade*, “Militarium Ordinum Analecta”, 3 / 4. Porto: Fundação Engº António de Almeida, 1999/2000.
- COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Séculos XII-XIV*. Porto: edição policopiada da dissertação de mestrado apresentada à FLUP, 1993.

78 Assembleia da República, *Legislação régia. Livro 1833-1834*, p. 70-71. Disponível em: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p460>

79 Os estatutos da nova Ordem de Malta foram publicados no *Diário do Governo*, nº 122 de 31 de maio de 1899.

- COSTA, Paula Pinto – A organização das Comendas na Península Ibérica. In FONSECA, Luís Adão da (coord.). *Militarium Ordinum Analecta*. Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar, nº 17. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2013, p. 70-78.
- COSTA, Paula Pinto – As comendas: enquadramentos e aspetos metodológicos. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*. Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares, vol. 11. Porto: CEPESE / Livraria Civilização, 2009, p. 9-24.
- COSTA, Paula Pinto – D. Dinis e a Ordem do Hospital: dois poderes em confronto. In *II Semana de Estudios Alfonsíes*. Puerto de Santa Maria, 2001.
- COSTA, Paula Pinto – O poder régio e os Hospitalários na época de D. Manuel. In *Atas do III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época*, vol. II. Guimarães, 2004, p. 569-579.
- COSTA, Paula Pinto – Peregrinação e Cruzada no contexto da articulação Ocidente / Oriente (séculos XI-XIII). In SOUZA, Armênia Maria; NÂSCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (org.) – *Cultura Política e Poder na Idade Média: estudos em homenagem ao Dr. José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018, p. 157-179.
- COSTA, Paula Pinto – The role of the Order of St John in Pilgrimage and Politics: the case of the North of Portugal. In PAZOS, Antón M. (ed.) – *Pilgrims and Politics. Rediscovering the power of the pilgrimage*. Farnham: Ashgate, 2012, p. 69-82.
- CUNHA, Mafalda Soares da – A questão jurídica na crise dinástica. In *História de Portugal. No alvorecer da Modernidade*. Dir. José Mattoso, coord. Joaquim Romero Magalhães. Editorial Estampa, 1993, p. 552-559.
- DELAVILLE LE ROULX, J. – Les Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem. In *Mélanges sur l'Ordre de S. Jean de Jérusalem*. Paris: Picard, 1910.
- DEMURGER, Alain – Baillie. In *Prier et combattre. Dictionnaire Critique des Ordres Militaires Européens au Moyen Âge*. Éditions Fayard, 2009, p. 138.
- Diário do Governo*, nº 122 de 31 de maio de 1899.
- Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra, 1979.
- FERREIRA, Maria do Rosário – A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do Livro de Linhagens. In MARTIN, Georges; MIRANDA, José Carlos Ribeiro (org.) – *Legitimação e Linhagem na Idade Média. Homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*. Porto: Estratégias Criativas Ed., 2011, p. 99-129.
- FLORI, Jean – *La Guerre Sainte. La formation de l'idée de croisade dans l'Occident chrétien*. Paris : Aubier, 2001.
- FONSECA, Luís Adão da – Portugal, royaume de. In *Prier et combattre. Dictionnaire Critique des Ordres Militaires Européens au Moyen Âge*. Éditions Fayard, 2009, p. 731.
- FOREY, Alan – The Militarisation of the Hospital of St. John, in *Studia Monastica*, XXVI (1984), p. 75-89 e in *Military Orders and Crusades*, art. IX, *Variorum*, 1994.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*, apresentação e apêndices de Luís Bivar Guerra, 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.
- GARCIA LARRAGUETA, Santos A. – *El Gran Priorado de Navarra de la Orden de San Juan de Jerusalén. Siglos XII-XIII*, I. Pamplona, 1957.
- GARCÍA TATO, Isidro (ed.) – *Las encomiendas gallegas de la Orden Militar de San Juan de Jerusalén: estudio y edición documental*, tomo I. Santiago de Compostela: CSIC, 2004.
- GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 199.
- Liber Fidei sanctae bracarensis ecclesiae*. Edição crítica de José Marques. Braga: Arquidiocese de Braga, 2017.
- Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, edição crítica por José Mattoso. In *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. II. Lisboa: Academia das Ciências, 1980.
- LUTTRELL, Anthony – Afonso of Portugal, Mater of the Hospital: 1202/3-1026. In S. B. Edgington e H. J. Nicholson (ed.), *Deeds done beyond the sea. Essays on William of Tyre, Cyprus and the Military Orders presented to Peter Edbury*, Series Crusades, Subsidia, 6. Farnham: Ashgate, 2014, p. 197-206.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de – Os régios protagonistas do poder, in *História de Portugal. No alvorecer da Modernidade*. Dir. José Mattoso, coord. Joaquim Romero Magalhães, vol. 3, 1993, p. 530-540.
- MALLIA-MILANES, Victor – Malte. In *Prier et combattre. Dictionnaire Critique des Ordres Militaires Européens au Moyen Âge*. Éditions Fayard, 2009, p. 576-577.
- MARQUES, A. H. Oliveira – Estado, fronteira e relações exteriores. In *A génese do Estado moderno no Portugal tardo-medieval (sécs. XII-XV). Ciclo de conferências*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e A. L. Carvalho Homem. Lisboa: Universidade Autónoma Editora, 1999.

- MARQUES, José – Caminhos portugueses de peregrinação a Santiago de Compostela. Pressupostos históricos e condicionalismos de uma caminhada. *Mínia*, 3ª série, nº 6 (1998), p. 1-44.
- MARQUES, José Epiphânio – *Breve memoria acerca da instituição das religiosas maltesas em Portugal*. Coimbra: Tip. França Amado, 1899.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *As etapas de crescimento do reino*, in *Nova História de Portugal. Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1995, p. 37-41.
- MATTOSO, José – A Nobreza e a Revolução de 1383. In *Fragmentos de uma Composição Medieval*, 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1990, p. 277-293.
- MATTOSO, José – *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães & Companhia Editores, 1982.
- MENDONÇA, Manuela – *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da Modernidade em Portugal*, 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- MORAIS, A. Viana de – *Numária da Ordem Hospitalária de S. João Jerusalém (Ordem de Malta)*. Publicação da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1928.
- MORENO, Humberto Baquero – Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela. *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. III (1986), p. 77-89.
- OLIVAL, Fernanda, *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.
- OSÓRIO, Jerónimo – *Da vida e feitos de EI-rei D. Manuel*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1944.
- PIMENTA, Maria Cristina Gomes – *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*, *Militarium Ordinum Analecta*, 5. Porto: Fundação Engº António de Almeida, 2001.
- PINHO, António Brandão de – *A Cruz da Ordem de Malta nos Brasões Autárquicos Portugueses*. Lisboa: Chiado Editora, 2017, p. 37.
- PIZARRO, José Augusto de Sottomayor - *D. Dinis*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.
- PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*. 2 volumes. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família/Universidade Moderna, 1999.
- RILEY-SMITH, Jonathan – *What were the crusades?*. 1ª ed., 1977.
- RILEY-SMITH, Jonathan – *Hospitallers and Templars: two very different Orders*. University of Notre Dame Press, 2010.
- SANTARÉM, Visconde de – *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias*, 18 vols. Paris - Lisboa, 1842-1876.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos – A narrativa sobre a Batalha do Salado no “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro”. In *História da Literatura Portuguesa*. Das Origens ao Cancioneiro Geral. v. 1. Mem Martins: Publicações Alfa, 2001, p. 253-262.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos – Salado, bataille du. In *Prier et combattre. Dictionnaire Critique des Ordres Militaires Européens au Moyen Age*. Editions Fayard, 2009, p. 837.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Os Pimentéis: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- SOUTO, A. Meyrelles do – *D. Frei Manoel Pinto da Fonseca 68º Grão-Mestre da Ordem de Malta (1681-1773)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.
- TIPTON, Charles L. – The 1330 Chapter General of the Knights Hospitallers at Montpellier. *Traditio*, vol. XXIV (1968), p. 293-308.
- TOMÁS, Luís Filipe – *L'idée imperiale manueline*, in *Actas do Colóquio La Découverte, le Portugal et l'Europe*, Arquivos do Centro Cultural Português, vol. XXVII. Lisboa-Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p. 35-103.
- TORRES, João Romano – Vilhena (D. António Manoel de). In *Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume VII. 1904-1915, p. 479.
- TT, *Bulas*, m. 30, nº 23.
- TT, *Corpo Cronológico*, I, m. 4, nº 74; I, m. 7, nº 66; II, m. 7, nº 56.
- VAQUINHAS, *A Mesa da Consciência e Ordens*, 2018.
- VAQUINHAS, Nelson Manuel Cabeçadas – “*A Mesa da Consciência e Ordens o tenha assim entendido*”: o sistema de informação das ordens militares no século XVIII. Évora: Universidade de Évora, 2018 (tese de doutoramento).

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – *Nobreza e Ordens Militares. Relações sociais e de poder (séculos XIV a XVI)*, 2 volumes. Porto: Universidade do Porto, 2008 (tese de doutoramento).

VENTURA, Leontina – *A nobreza de corte de Afonso III*, 2 volumes. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992 (tese de doutoramento).

VERSOS, Inês – Malta (Ordem de). In *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010, p. 577-592.

VERSOS, Maria Inês – O processo de incorporação do Grão-Priorado do Crato na Casa do Infantado e seus significados no estatuto do Priorado de Portugal da Ordem de Malta. *Filermo*, nº 10 (2007), p. 91-112.

VERSOS, Maria Inês – Os cavaleiros de S. João de Malta em Portugal de D. João V às vésperas do Liberalismo. Problemas e fontes para o seu estudo. *Penélope*, nº 17 (1997), p. 109-120.

WEBER, Benjamin – El término “cruzada” y sus usos en la Edad Media. La asimilación lingüística como processo de legitimación. In AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (et al.) – *Orígenes y desarrollo de la guerra santa en la Península Ibérica. Palabras e imágenes para una legitimación (siglos X-XIV)*. Madrid: Casa de Velásquez, 2016, p. 221-233.

Retábulos da *Ordem Militar de São João de Malta*

A presente abordagem assenta em critérios utilizados nos anteriores volumes desta coleção, que serão enumerados de seguida, um a um, de forma objetiva e simples, de modo a permitir a todos os leitores um fácil entendimento.

Localização

Tendo em conta a diversidade de locais e de funções desempenhadas nos retábulos, enunciamos, de seguida, os lugares onde se situavam estes equipamentos fundamentais e imprescindíveis para o culto, nos templos pertencentes a esta Ordem Militar, na sua larga maioria em igrejas paroquiais, nalgumas ermidas⁸⁰ e numa igreja conventual de religiosas.



Estremoz. Convento de São João Baptista, de religiosas maltesas. Claustro.
Foto Álvaro Azevedo Moura.

-Capela-mor:

Era o local mais relevante de cada templo, pois dispunha de um espaço com o pé-direito mais alto e largo de todo o edifício. Aí se situava o retábulo principal, que acolhia obrigatoriamente a representação figurativa do orago do templo, quer no centro da composição retabular, quer num nicho ou numa mísula do lado do Evangelho. Em certos exemplares encontram-se outras imagens devocionais, o sacrário e a tribuna preenchida por um trono escalonado, onde se procedia à exposição solene do Santíssimo Sacramento.

São testemunhos de ambas as situações o retábulo-mor da

⁸⁰ A título de exemplo mencionamos a que é mencionada em Abrantes, em 1747: *na freguesia de São João há uma ermida de Nossa Senhora da Ajuda e se acaba reedificada de novo, a qual é da proteção da ordem de Malta* (CARDOSO, 1747, p. 30). Curiosamente, nas Memórias Paroquiais de 1758, o pároco da freguesia de São João Baptista diz o seguinte: *há mais dentro desta mesma freguesia outra ermida com o título de São Julião, a qual pertence à sagrada religião de Malta* (p. 161).

igreja do Espírito Santo, em Montoito -Redondo (ver p. 146) e o da igreja paroquial de São Tiago, em Rio Meão - Santa Maria da Feira.



Rio Meão. Igreja paroquial.
Retábulo-mor.
Foto padre Orlando de Sousa.

Pontualmente, é possível haver pequenos retábulos no interior da capela-mor, como acontecia na igreja paroquial de Santa Cruz de Marmelar, o que pode constatar-se numa descrição de 1671: *o presbitério alto com grades de ferro muito bem lavradas e pintadas (...) no mesmo presbitério há outros dois altares colaterais com seus retábulos muito bem pintados e dourados*⁸¹.

Como veremos adiante, o custo da feitura do retábulo principal, assim como do seu douramento e pintura, era suportado pelo(s) detentor(res) do padroado do templo em questão. Era ainda da sua responsabilidade a nomeação e o pagamento do pároco que prestava os diversos serviços religiosos em cada freguesia.

⁸¹ PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO, 2006, p. 118.

-Arco triunfal:

Em quase todos os templos de nave única, a parede do frontispício era preenchida por dois retábulos colaterais que se localizavam nas ilhargas do arco triunfal. Quando a nave era demasiado estreita, os aludidos altares eram colocados de forma enviesada. Como testemunhos de ambas as situações apontamos, respetivamente, os do santuário de Nossa Senhora do Viso, na freguesia de Fontes – Santa Marta de Penaguião (ver p. 157), *os quais dois altares ou capelas reedificou o comendador daquela comenda, frei André Pinto, em ação de graças pelos muitos benefícios que da Mãe de Deus havia recebido e principalmente nas viagens de Malta, de onde invocava sempre a Senhora do Viso, em seu favor*⁸² e os da igreja paroquial de São Faustino, em Gueifães – Maia (ver p. 115).



Viso – Fontes. Santuário de Nossa Senhora.
Retábulo colateral.
Foto SIPA 67289.

Nalguns casos, os dois retábulos colaterais encontravam-se interligados pelo revestimento em talha, do frontispício da nave, por vezes complementada por outras modalidades artísticas, dando origem a uma tipologia adiante mencionada, a dos arcos triunfais retabulares.

Maioritariamente os retábulos colaterais eram gémeos, pois utilizavam o mesmo projeto ou risco, pretendendo-se deste modo dignificar o espaço do templo em questão.

Nos templos com três naves também era possível haver dois altares colaterais, como sucedia na igreja paroquial de Leça do Balio, nos meados do século XVIII, neste caso *encostados aos pilares dos arcos (...) o da parte da Epístola é de São Gonçalo (...) o da parte do Evangelho é de São Caetano*⁸³.



Leça do Balio. Igreja paroquial.
Retábulos colaterais, do sec. XIX.
Foto SIPA 55706.

82 SANTA MARIA, 1716, p. 132.

83 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. não numerada.

-Transepto

Nos templos com transepto, tipologia erudita e pouco usual, era possível colocar retábulos nas paredes do topo, como ocorria na igreja de Nossa Senhora da Flor da Rosa, no Crato: *há mais dois altares, um fronteiro ao outro, por se achar cada um em seu lado do grande cruzeiro desta igreja paroquial*⁸⁴.

-Outras capelas da cabeceira:

Nos templos com capelas na cabeceira, independentemente de serem mais ou menos profundas, encontramos também retábulos nas paredes fundeiras, conforme se constata nas Memórias Paroquiais de 1758, referentes à igreja paroquial de Leça do Balio: *ambas são de abóbada de pedra em arcos, com seus altares, o da parte da Epístola da Santíssima Trindade (...) e nesta capela no altar está o sacrário com o Santíssimo Sacramento (...), o da parte do Evangelho de Nossa Senhora do Rosário*⁸⁵.

-Nave(s):

Na Idade Média era frequente haver retábulos adossados às colunas. Temos conhecimento dos que existiram em várias catedrais, incluindo na do Porto⁸⁶. Também na aludida igreja de Leça do Balio, *encostados aos primeiros gigantes ou pedestais em que se firmam os arcos que vêm para o corpo da dita igreja estão dois altares, um de cada parte (...) o da banda da Epístola é de Santo António (...) o altar correspondente que fica da parte do Evangelho é do Senhor Jesus pregado na cruz*⁸⁷(ver p. 81).

As paredes laterais ou as capelas situadas no corpo de algumas

⁸⁴ DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 558.

⁸⁵ DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. não numerada.

⁸⁶ BRANDÃO, 1986, p. 23.

⁸⁷ DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. não numerada.

igrejas foram também aproveitadas para colocar retábulos. Os eventuais interessados, normalmente irmandades ou confrarias e instituidores particulares, podiam escolher o local mais conveniente enquanto houvesse espaços disponíveis. Os retábulos situavam-se maioritariamente nas paredes testeiras das capelas, ficando numa posição fronteira ao olhar dos fiéis, apontando-se como exemplo a de Belém na igreja conventual de São João da Penitência, em Estremoz: *em que se venera o Menino Deus nascido, foi fundada pela madre soror Joana Baptista, irmã de D. Manuel de Meneses, almirante da armada real e hoje está entregue o seu ornato ao cuidado de soror Filipa Josefa de Jesus, madre da Ordem no dito convento*⁸⁸.



Em casos esporádicos, o altar podia estar numa parede lateral de uma capela, encontrando-se um interessante testemunho na igreja paroquial de São João Baptista, em Sernancelhe. De salientar que nesta situação a parede central incorpora um arcossólio com uma arca tumular de pedraria e que por debaixo do lajeado da dita capela *há um túmulo ou uma campa, talhada a primor, que foi de um dos comendadores ou cavaleiros da Ordem de Malta*⁸⁹.

Estremoz. Convento de São João Baptista, de religiosas maltesas.
Capela de Nossa Senhora do Carmo.
Fonte Arquivo fotográfico do município de Évora.

-Sacristia:

A sacristia principal era da responsabilidade da comunidade que administrava cada templo. Para além do arcaz ou *caixão*, móvel destinado a guardar as alfaias religiosas, sobre o qual assentava um oratório, normalmente dedicado ao Senhor Crucificado⁹⁰, nos templos com maior número de sacerdotes, podia haver um retábulo,

⁸⁸ DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 733.

⁸⁹ C. AZEVEDO, 2012, p. 188.

⁹⁰ A título de exemplo, mencionamos o ajuste feito em 1748 pelo pintor José da Costa Negreiros, no qual se compromete com o deputado da Mesa Prior do Crato a executar, entre outras pinturas, quatro telas do Senhor Crucificado para a sacristia das seguintes igrejas: Nossa Senhora da Conceição no Monte da Pedra – Crato, Nossa Senhora da Assunção no Gavião, São Vicente no Troviscal e Santo António no Marmeleiro, ambas no concelho da Sertã (BONIFÁCIO, 1990, 2, pp. 361).

como o que é descrito, em 1671, na igreja de Vera Cruz de Marmelar: *está a sacristia com seu retábulo e armários perfeitamente concertados*⁹¹.

-Coros (alto e baixo):

Nas casas religiosas era normal a existência de um ou mais retábulos nos coros, de modo que os membros dessa comunidade pudessem aí assistir à celebração de alguns ofícios religiosos (laudes, hora intermédia, vésperas e completas), como deveria acontecer no convento de São João da Penitência, de religiosas maltesas, em Estremoz.

-Claustro:

Nos edifícios conventuais havia vários altares no claustro, quer na Sala do Capítulo, quer em capelas, muitas delas de modestas dimensões. Também no referido convento de Estremoz se verificava esta situação.

-Refeitórios.

Conforme se constata nas Memórias Paroquiais de 1758, no claustro anexo à igreja paroquial de Leça do Balio, *na parede da cabeceira está um arco que bem se conhece que era o altar do mesmo refeitório, como costumam ter as comunidades (...) algum dia viviam aqui doze freires e dois beneficiados*⁹².

-Passos processionais:

Estes equipamentos eram somente utilizados no dia da procissão do Senhor dos Passos. Um dos poucos exemplares remanescentes está adossado à frontaria do atrás mencionado convento das religiosas



Estremoz. Convento de São João Baptista, de religiosas maltesas. Passo processional. Foto Município de Estremoz.

91 PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO, 2006, pp. 101 e 119.

92 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. não numerada.

maltesas, em Estremoz. De mármore policromos, ostenta no intercolúnio central a representação recente de Cristo com a Cruz às costas (ver p. 185). Destacamos ainda o que se encontrava junto à ermida de Santa Ana, nas imediações da igreja paroquial de Leça do Balio: *defronte desta capelinha está um oratório em que está uma imagem do Senhor Crucificado, que serve de estar no Calvário na procissão do Santos Passos e se lhe arma um altar na mesma ocasião no cabido ou galilé da mesma capela*⁹³.

-No exterior ou nas imediações de igrejas de peregrinação:

Apesar de ser muito pouco frequente, é possível haver altares, normalmente em materiais resistentes à humidade, no exterior ou então em pequenas ermidas ou capelas existentes nas imediações de igrejas de peregrinação. Assim acontece, respetivamente, no exterior da igreja paroquial de Nossa Senhora dos Mártires, nos arredores do Crato, cuja romaria ainda ocorre anualmente nos meados de maio e na escadaria de acesso à igreja de Nossa Senhora da Castelo, nos arredores de Mangualde.

-Capelas privativas de habitações senhoriais:

Alguns comendadores e balios tinham capelas privativas incorporadas nas suas habitações. Nessa capela havia obrigatoriamente um retábulo na parede testeira do presbitério, apontando-se o que é referido nas Memórias Paroquiais de 1758, referentes à freguesia da sé de Lamego: *no pátio do palácio que foi de frei Martinho Álvaro Pinto da Fonseca, balio de Leça, está uma capela da invocação de Nossa Senhora do Amparo, com seu retábulo e no meio uma majestosa imagem de Cristo Crucificado com o título dos Aflitos*⁹⁴.



Mártires. Igreja paroquial de Nossa Senhora. Altar campal. Foto Alexandre Morgado Santos – Município do Crato.



Mangualde. Santuário de Nossa Senhora do Castelo. Capela localizada na escadaria de acesso ao santuário. Foto SIPA 156064.

93 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. não numerada.

94 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 288.

-Edificações militares:

A maioria das edificações militares detinha uma capela privativa no interior do recinto fortificado, na qual havia um retábulo onde se celebravam missas, não só para os que aí prestavam serviço, mas também para todos os fiéis que se deslocavam nos dias festivos. Serve de exemplo o que ainda existe na ermida de São Brás, no interior do castelo de Belver - Gavião (ver p. 142).

-Cemitérios:

A larga maioria da população era enterrada no interior dos templos, quer no solo da nave, quer à porta da igreja, quando já não havia mais lugares disponíveis. Em diversos templos encontramos sepulturas de cavaleiros e comendadores da Ordem de Malta em capelas privativas, custeadas por esses dignitários, sendo obrigatória a presença de um altar com um retábulo destinado a celebrar ofícios para sufragar a alma do defunto e dos seus familiares já falecidos. Vejamos alguns testemunhos:

-Na igreja de São João do Alporão, na freguesia de São Martinho, em Santarém, assim descrito nas Memórias Paroquiais de 1758: *o corpo da igreja tem um arco que divide a capela-mor e à parte esquerda da capela da mesma se acha um caixão que tem as seguintes palavras: aqui estão os ossos de D. Afonso Portugal, filho de el-rei D. Afonso Henriques, que sendo grão-mestre da religião de São João renunciou a dignidade e faleceu nesta vila no ano de 1207, logrando esta comenda que possui D. João de Sousa, o qual mandou fazer este letreiro para memória deste príncipe, na era de 1654⁹⁵.*

-O que foi executado na primeira década do século XVI, na igreja da Flor da Rosa: *no meio do grande cruzeiro tem uma sepultura que diz*

⁹⁵ DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 512.

*ser de Diogo Fernandes de Almeida, filho de D. Lopo de Almeida, conde de Abrantes, grão-prior do Crato e mimoso dos senhores reis D. Manuel I e D. João II e foi duas vezes em socorro de Rodes. Morreu no ano de 1508*⁹⁶.

-Os túmulos de diversos balios existentes na igreja paroquial de Leça do Balio⁹⁷.

-Retábulos portáteis ou amovíveis:

Resta-nos, por fim, referir alguns altares, de pequenas dimensões, *utilizados em deslocações por terra ou por mar, em expedições militares, nas visitas regularmente realizados por prelado nas suas circunscrições territoriais e ainda em situações especiais, como a assistência aos enfermos e aos presos*⁹⁸. Como testemunho referimos o altar portátil de Alcaravela – Sardoal⁹⁹, sobre o qual não subsistem quaisquer dados documentais. De madeira de pinho, ostenta na face interna do tampo uma composição ornamental alusiva à Paixão de Cristo no monte do Calvário¹⁰⁰.

-Retábulos deslocados

Por vicissitudes diversas, ocorridas nos séculos XIX e XX, muitos retábulos foram, na sua maioria, destruídos, só tendo sido pontualmente transferidos para outros espaços. Como exemplos sinalizamos as infelizes intervenções realizadas em quatro importantes templos da Ordem de Malta: a igreja de Leça do Balio, a de São Brás e Santa Luzia, na cidade de Lisboa (ver p. 193), a igreja conventual de São João da Penitência, em Estremoz e a de Vera Cruz de Marmelar – Portel, cujos retábulos foram maioritariamente destruídos. Na igreja paroquial de São João Baptista, em Ser-



Leça do Balio. Igreja paroquial.
Túmulo do balio frei João Coelho.
Foto SIPA 514310.



Vera Cruz de Marmelar. Igreja paroquial.
Retábulo lateral já inexistente.
Foto SIPA 161992.

96 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 558.

97 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. não numerada.

98 MENDONÇA, 2016, p. 13.

99 MORGADINHO e ANTUNES, 2012.

100 MENDONÇA, 2016, p. 54.

nancelhe, o arco triunfal retabular foi retirado do local de origem e colocado na parede interior da entrada da igreja, ficando expostos os retábulos colaterais dos princípios do século XVI, em pintura mural.



Sernancelhe. Igreja paroquial.
Arco triunfal retabular, antes e depois da sua deslocação .
Fonte C. AZEVEDO, 2012, p. 166.

Usos e funções

Entre os exercícios espirituais praticados nos retábulos, o mais frequente era a celebração de missas. Para além das que se destinavam a toda a comunidade, realizadas aos domingos e nas várias festividades, celebravam-se ainda diversos ofícios por dia, por vezes, em simultâneo, quer como ritual obrigatório dos sacerdotes, quer para sufragar as almas dos defuntos. Em determinadas igrejas, o número de sufrágios justificava a celebração de diversas missas em simultâneo, cada uma em seu altar. Deste modo, se justifica a existência de múltiplos retábulos nalguns templos, por exemplo, nos meados do século XVIII, na igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, sede do priorado do Crato, havia *nove altares*¹⁰¹.

Independentemente dos rituais celebrados nos diversos retábulos, verificamos que algumas esculturas neles existentes, designadamente de Cristo e da Virgem Maria, tinham grande devoção dos fiéis, que a elas recorria nas suas preces nos momentos de maior aflição. Quando eram atendidos os seus pedidos deixavam no altar ou nas suas imediações alguns sinais de agradecimento, conforme se verifica nos seguintes testemunhos:

-A freguesia de Nossa Senhora de Águas Santas e as mais povoações circunvizinhas a ela, em ocasiões de seca e mais esterilidades ou demasiadas chuvas, costumam tirar a Senhora em procissão de preces, com licença do prelado da religião de Malta, onde a ermida e santuário de Nossa Senhora é anexo e ali vão ordinariamente com grande devoção e concurso à igreja do Bom Jesus de Bouças ou de Matosinhos até que a misericordiosa Senhora lhes alcança do seu santíssimo filho o bom despacho das suas petições (...) vê-se naquela igreja da Senhora muitos quadros que se lhe ofereceram em ação de graças, que neles se veem pintadas, muitas mortalhas que se lhe dedicaram pelos que já estavam



Crato. Igreja matriz.
Retábulo de Nossa Senhora da Piedade.
Foto Rui Ponte e Sousa.



Águas Santas.
Capela de Nossa Senhora de Guadalupe.
Imagem da padroeira.
Foto SIPA 912180.

¹⁰¹ DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 3207.

*sem esperança de vida e muitos outros sinais e memórias de evidentes e conhecidos milagres que a Senhora obrou. Também os navegantes têm experimentado no mar muitos e grandes prestígios que continuamente obra a Senhora a seu favor, como o estão testemunhando os navios pequenos que se lhe dedicaram e veem suspensos no teto da sua capela, velas de navios que escaparam de tormentas e naufrágios pelos merecimentos desta tão grande e poderosa Senhora, outras memórias e sinais semelhantes que se lhe ofereceram*¹⁰².

-O santuário de Nossa Senhora do Viso, na freguesia de Fontes – Santa Marta de Penaguião, *vigararia confirmada, que apresenta o comendador da Ordem de São João de Malta (...) muitos dos que recebem daquela soberana Senhora os seus favores e mercês, por não faltarem ao seu agradecimento, vão a dar-lhe as graças e oferecer-lhe as memórias dos seus benefícios, exprimindo-os em quadros, como o estão publicando os que se veem pender das paredes daquele santuário, outros mortalhas e vários sinais de cera e todos estão testemunhando os poderes daquela bendita Senhora*¹⁰³.



Viso – Fontes. Santuário de Nossa Senhora.
Imagem da padroeira.
Foto Município de Santa Marta de Penaguião.

Convém, no entanto, diferenciar os retábulos, quer porque alguns eventos só podiam ser realizados num determinado altar, quer pelos diferentes conteúdos exibidos.

Ainda que determinados espécimes, nomeadamente os de maior relevância, possam ter desempenhado mais do que uma função, era frequente restringirem-se a uma única finalidade. Nos casos em que coexistem duas ou mais funções, uma era dominante, normalmente a exposição solene do Santíssimo Sacramento, existindo nichos nos tramos laterais destinados, quer a representações escultóricas de santos da devoção da clientela, quer a relicários. Vejamos os usos ou funções detetados nos retábulos desta Ordem militar.

102 SANTA MARIA, 1716, p. 100.

103 SANTA MARIA, 1716, p. 133.

Narrativos ou didáticos

Tinham como função principal proporcionar aos fiéis, predominantemente iletrados, a amostragem de ciclos figurativos que ilustrassem a mensagem a transmitir. Esta tipologia foi muito frequente no século XVI. Maioritariamente recorreu-se à pintura de temática religiosa, como se constata, em 1584, na escritura de ajuste da pintura e douramento do retábulo-mor da igreja paroquial de Vera Cruz: *o painel que está feito de bordo será todo dourado à roda por todas as partes onde tiver moldura, de modo que as molduras fiquem todas douradas e o painel grande do meio terá a história da achada da Santa Cruz por Santa Helena e o imperador Constantino, com toda a companhia de gente que for possível, tudo muito bem historiado e com boas tintas finas e boas e nos dois painéis que estão ao longo do sacrário, de uma parte porá a Santíssima Trindade e da outra São João Baptista e São João Evangelista*¹⁰⁴.

Devocionais a um só tema

Possibilitavam a concentração dos fiéis num único acontecimento, evitando deste modo a dispersão na observação dos ciclos figurativos. Foram sempre usados, no entanto, passaram a ser da preferência da maior parte da clientela a partir do Protobarroco, isto é, do segundo quartel do século XVII, apontando-se como testemunhos o altar-mor da igreja do Espírito Santo, em Montoito - Redondo (ver p. 146) e o de Nossa Senhora do Rosário, na igreja paroquial de Nossa Senhora da Purificação, em Pontével - Cartaxo.

Devocionais a três temas

Surgiram como alternativa à devoção a um só tema iconográfico. Para além do orago do retábulo, ostentava ainda duas representa-



Pontével. Igreja paroquial.
Retábulo de Nossa Senhora do Rosário.
Foto Marques Wedding.

¹⁰⁴ PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO, 2006, p. 159.

ções figurativas secundárias, colocadas nos tramos laterais. Consequentemente, na maioria das situações, estes retábulos tinham corpo único e três tramos, podendo as imagens ser em pintura ou em escultura, como se verifica, respetivamente, num retábulo lateral da invocação de Nossa Senhora da Piedade, na igreja matriz de Sernancelhe (ver p. 156) e na igreja paroquial de Oriola – Portel (ver p. 172).

Retábulos devocionais a vários temas

Foram pouco frequentes, tendo sido utilizados em exemplares com um ou dois corpos e três ou mais tramos. Para além da representação escultórica do orago, no centro da composição, havia várias imagens individualizadas, quer em escultura, quer em pintura, da devoção da entidade responsável pela sua administração. A título de exemplo indicamos um retábulo lateral da igreja paroquial de Santa Maria, em Veade – Celorico de Basto: *no corpo da igreja, da parte do Evangelho, junto ao arco, um altar de Nosso Senhor Crucificado e tem as imagens de Nossa Senhora das Candeias, o Menino Deus, São Brás, São Gonçalo e Santa Luzia*¹⁰⁵ (ver p. 183).

Eucarísticos

A exposição solene da urna com o Santíssimo Sacramento, na Quinta-Feira Santa ou de *Endoenças*, era realizada em equipamentos amovíveis, vulgarmente conhecidos por *sepulcros*, que se montavam e desmontavam em cada Quaresma.

O aparecimento do *Jubileu das Quarenta Horas*, nos princípios do século XVII¹⁰⁶ e mais tarde de outros jubileus ou lausperene, alguns de

105 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 622.

106 O primeiro ocorreu em 1608, tendo sido realizado pelos Carmelitas Descalços em Lisboa, nomeadamente pelo padre provincial frei Pedro da Anunciação: *armaram a igreja às mil maravilhas, prepararam excelente música, fizeram um trono majestoso para ali aparecer em público o rei dos céus e da terra e adornaram os altares com muita variedade de cheiros e perfumes (...). E os muito reverendos padres da Companhia foram os que mais se alegraram nos louvores da obra e se adiantaram na sua imitação pois no ano seguinte de 1609 imitaram-na em São Roque, sendo prepósito o muito reverendo padre Jerónimo Dias* (SANTA ANA, 1657,1, pp. 460 a 463).

periodicidade mensal, valorizaram estes eventos, que se realizavam em certos templos com grande solenidade.

Para evitar a constante montagem e desmontagem destes equipamentos e a conseqüente deterioração dos mesmos, surge como solução especificamente portuguesa colocar os *sepulcros* ou tronos, de forma permanente, no interior de um espaço que passou a existir na parte central dos retábulos, isto é, nos camarins ou tribunas. Exemplo interessante era o que existia, em 1758, na igreja paroquial de Leça do Balio: *o altar-mor tem um retábulo dourado e antigo, no alto sua tribuna para expor o Santíssimo*¹⁰⁷.

Na maior parte do ano, a boca do camarim era ocupada por cortinas de tecido ou então por uma tela pintada, amovível, com a representação do orago, como se verifica na igreja paroquial de São João Baptista, na Covilhã: *tem um altar com sua tribuna, em cujo meio está colocada em pintura a imagem de Cristo Nosso Senhor e de São João Baptista, orago da mesma igreja*¹⁰⁸ (ver p. 184) e em Chavão – Barcelos: *fecha a boca da tribuna uma tela antiga, representando São João pregando no deserto*¹⁰⁹.

Nas igrejas monástico-conventuais o culto solene ao Santíssimo era providenciado pelos responsáveis de cada comunidade religiosa, realizando-se estes exercícios espirituais na maioria das situações na capela-mor.

Assistimos, no entanto, à continuação do uso de tronos, portáteis ou amovíveis, que se montavam e desmontavam periodicamente, conforme ocorreu até meados de Setecentos na *paroquial igreja de Santa Maria, matriz deste vila de Marvão, no ano 1749: ordenamos que se fizesse tribuna em o altar-mor para se expor nela o Santíssimo Sacramento em Quinta-feira Santa e nas mais funções, por se e-*



Covilhã. Igreja de São João de Malta.
Pormenor do retábulo-mor.
Foto Museu de Arte Sacra – Covilhã.

107 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. não numerada.

108 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 3120.

109 FONSECA, 1948, p. 117.

*uitar armar a tribuna de madeiras, com as quais fica a capela ocupada para nela se fazerem as funções com a decência devida*¹¹⁰.

Em relação aos retábulos destinados à exposição solene do Santíssimo, que ainda subsistem nos templos desta Ordem militar, os mais antigos adotam já o Barroco Pleno, tendo sido executados no último quartel do século XVII. A título de exemplo salienta-se o da capela-mor da igreja paroquial de São Pedro, na Sertã (ver p. 147), ajustado em 1685¹¹¹.

Retábulos relicários

Alguns retábulos tinham por função principal acolher relíquias de santos ou mártires e/ou objetos que fizeram parte da vida de Cristo permitindo assim que os fiéis as pudessem venerar e ver em ocasiões especiais. Vejamos dois testemunhos: na ermida de São Brás, localizada no interior do castelo de Belver – Gavião (ver p. 142), *por tradição se diz assistira neste castelo Santa Joana, princesa deste Reino e que por sua via vieram para a capela deste castelo as muitas relíquias que nela se veneram (...) é visitada de muitos devotos continuamente, principalmente nos três dias do ano em que se costuma mostrar as relíquias, que são a 3 de fevereiro, 3 de maio e a 14 de setembro*¹¹²; em 1730, Francisco Patalim refere que na igreja de Vera Cruz, em Portel: *os principais dias em que se mostra publicamente (a relíquia do Santo Lenho) é na primeira sexta-feira de março; na Exaltação da Cruz, em setembro e na Invenção, em maio*¹¹³.



Belver. Ermida de São Brás.
Pormenor do retábulo.
Foto Pedro Melo Tavares.

A existência destes equipamentos pressupunha a posse de relíquias, normalmente doadas, nos exemplares em estudo, por alguns dignitários desta Ordem, a saber, os grão-priores e balios. Se nalguns templos estavam colocadas nos retábulos-mores, por exem-

¹¹⁰ PATRÃO, 1999 - 2000, p. 23.

¹¹¹ BRANDÃO, 1984, pp. 597 a 601.

¹¹² CARDOSO, 1751, p. 145.

¹¹³ PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO, 2006, p. 42.

plo na ermida de São Brás, em Belver (ver p. 142), também é possível encontrá-las em retábulos laterais, como acontece no retábulo de Santo António, na igreja paroquial de Santa Maria, em Veade – Celorico de Basto (ver p. 57).

Conforme se atesta nos dois exemplos anteriores, os relicários tanto podiam estar colocadas em lóculos ou nichos, em maior quantidade nos tramos laterais, sendo o tramo central ocupado preferencialmente por um nicho com a imagem de vulto perfeito do orago do altar, como estar guardadas num sacrário existente no eixo da composição.

Mencionamos, de seguida, alguns testemunhos documentais de relíquias outrora existentes em altares administrados pela Ordem de Malta:

-No tombo da comenda de Vera Cruz – Portel, em 1671, *na parede do altar-mor à parte do Evangelho está uma capela de abóbada com portas e nela um altar com um retábulo e dentro deste um nicho com suas portas, dentro do qual tem um relicário de prata dourada, excelentemente lavrado, obra mandada fazer pelo senhor conde D. Nuno Álvares Pereira, fundador da sereníssima Casa de Bragança e neste relicário está a preciosa relíquia do Santíssimo Lenho da Vera Cruz, feita em uma cruz patriarcal com duas ordens de braços de comprimento de um palmo de vara, esta capela, retábulo e nicho está ricamente ornada pelo dito bailio¹¹⁴ e no o altar-mor um retábulo da Invenção da Cruz que novamente mandou fazer e dourar o dito balio e no meio dele está o sacrário com o Santíssimo Sacramento, também dourado de novo e de baixo do mesmo um pequeno nicho com sua porta e dentro dele uma relíquia do Apóstolo Santo André em uma caixinha de prata¹¹⁵. Por sua vez, nas Memórias Paroquiais de 1758, o pároco refere: *nos anos passados havia neste lugar quarenta homens privilegiados para guarda e defesa da venerável**



Vera Cruz de Marmelar. Igreja paroquial.
Relicário do Santo Lenho.
Fonte PAGARÁ, VASSALO E SILVA e
SERRÃO, 2006, p. 71.

114 PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO, 2006, p. 58.

115 PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO, 2006, p. 118; ROSAS, 2013, p. 303.

*reliquia do Santo Lenho, mas isso já não se observa*¹¹⁶.

-No retábulo-mor da igreja paroquial de São João Baptista, em **Campo Maior**, descrito em 1734, mas que já não subsiste: *há uma reliquia do mesmo Santo com sua autêntica que veio de Roma., a expensas do padre Luís Pereira, no ano de 1717, em sua custódia de prata feita mesmo em Roma com seu cristal e são cinzas do mesmo Santo*¹¹⁷.

-Em 1751, na igreja paroquial de **Barrô**, no atual concelho de Resende: *veem-se no altar-mor umas relíquias, que se não sabe de que santos são, nem quem as deu, por elas obra Deus muitos prodígios, principalmente nos que são mordidos por cães danados*¹¹⁸.

-Em **Belver**, as sagradas relíquias que na ermida de São Brás, dentro do castelo (...) sendo em diferentes tempos levadas para a igreja matriz da dita vila, tornavam milagrosamente para o mesmo sítio, onde são veneradas pelos fiéis¹¹⁹. Alguns dos relicários foram doados pelo sereníssimo senhor infante D. Francisco, na sua menoridade pelo seu lugar tenente, o balio frei Duarte de Almeida¹²⁰.

-Em **Estremoz**, o infante D. Luís enriqueceu o seu mosteiro com um precioso tesouro de relíquias, entre as quais, tem principal lugar, de São Baco, mártir, advogado contra o pulgão e outras pragas das vinhas¹²¹.

-Em 1758, o retábulo-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Assunção, em **Leça do Balio**, por cima do mesmo altar tem m sacrário em que está um grande relicário de prata, bem lavrado e feito na Itália, com uma cruz do Santo Lenho e à roda relíquias de todos os sagrados Apóstolos e é feito quase como uma custódia (...) tem mais outro relicário pequeno e com pouca prata, ao modo de custódia (...) em que estão várias relíquias de santos¹²².



Belver. Ermida de São Brás.
Relicário.
Foto Pedro Melo Tavares.

116 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 766.

117 E. AZEVEDO, 1993, p. 60.

118 CARDOSO, 1751, p. 77.

119 CASTRO, 1763, 2, p. 190.

120 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 626.

121 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 733.

122 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. não numerada.

-Em 1758, no retábulo das Almas da igreja paroquial de São Sebastião, em Cernache do Bonjardim está *a santa relíquia do Santo Lenho em um perfeitíssimo relicário, dado tudo do sereníssimo senhor infante D. Pedro*¹²³.

-Ainda em 1758, na igreja paroquial de Santa Maria, em Veade - Celorico de Basto: *no corpo da igreja (...) da parte da Epístola, em correspondência do altar do Senhor Santo António, tendo em correspondência a imagem do precursor de Cristo, São João Baptista e no meio do altar entre ambos se acha a imagem do Senhor Ecce Homo. Tem este mesmo altar um sacrário em que se acha a sagrada relíquia do Santo Lenho, com sua autêntica*¹²⁴.



Veade. Igreja paroquial.
Sacrário relicário.
Foto Rota do Românico.

¹²³ DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 969.

¹²⁴ DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, pp. 622 e 623.

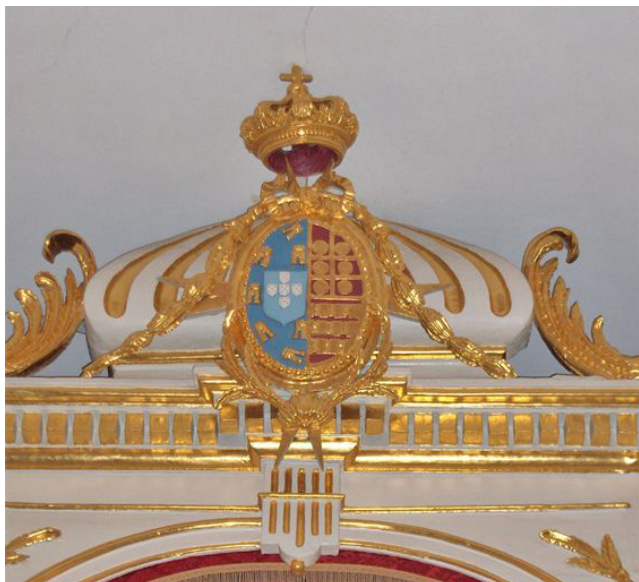
Iconografia

O caráter predominantemente religioso dos retábulos determinou o emprego de múltiplas representações, não só alusivas a conceitos morais associados ao Catolicismo, mas também de divisas relacionadas com a entidade promotora da sua feitura e posterior administração.

A própria estrutura arquitetónica usada na sua composição e os respetivos campos decorativos dignificavam e nobilitavam os conteúdos iconográficos que se pretendiam proporcionar aos fiéis, registando-se para cada época uma intencionalidade específica. Assim, podemos detetar desequilíbrio e complexidade, envolvimento e acolhimento, magnificência e luxo, graciosidade e delicadeza, imponência e seriedade, saudosismo e fascinação por épocas passadas, etc...

Os temas iconográficos encontram-se hierarquizados: os mais importantes localizam-se no retábulo principal, por exemplo a exposição do Santíssimo Sacramento ou o orago do templo; os menos relevantes, nos restantes altares. Por sua vez, no mesmo retábulo os tramos laterais são secundários relativamente ao tramo central, prevalecendo o do lado do Evangelho sobre o lado da Epístola.

Não só nos elementos arquitetónicos, mas também em determinados espaços da composição retabular, a saber no embasamento, nos intercolúnios e no ático, encontramos alguns temas mais genéricos, designadamente símbolos eucarísticos (cachos de uvas, espigas de trigo, fénix, etc.), figuras de Virtudes (Fé, Esperança, Caridade, etc.), invocações naturalistas, sendo as mais frequentes: a folhagem de *cardo* (tormentos), as flores (esperanças), os frutos (obras), as folhas (palavras), as romãs (conformidade), as rocalhas ou concheados (interioridade, domínio ínti-



Gueifães. Igreja paroquial.
Pormenor do retábulo-mor.
Foto SIPA 1039030.

Travanca. Igreja paroquial.
Pormenor do retábulo-mor.
Foto Emanuel Campos - Município de Mogadouro.



mo feminino), grotescos (alusões ao mundo antigo), figuras híbridas, seres fantásticos, medalhões, efígies, animais diversos (lebres, serpentes, peixes, mochos), personagens com expressões particulares e adereços locais, etc.

Em relação às divisas das entidades promotoras da feitura e posterior administração dos retábulos, verificamos que em muitos exemplares houve a preocupação de mandar colocar as insígnias da Ordem Militar de São João de Malta, a saber, *uma cruz com oito pontas, que significa as oito bem-aventuranças*¹²⁵, normalmente no interior de cartelas ou tarjas existentes no ático e, em menor quantidade, no frontal da mesa do altar. Encontramos testemunhos de ambas as situações na capela-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Assunção, em Montoito - Redondo (ver p. 175) e nalguns retábulos laterais da igreja paroquial de Nossa Senhora do Ó, em Águas Santas - Maia.

Águas Santas. Igreja paroquial.
Frontal da mesa de um dos altares laterais.
Foto SIPA 1038965.



125 CASTRO, 1763, 2, p. 41. As oito bem-aventuranças são as seguintes: *Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus; Bem-aventurados os que choram, porque eles serão consolados; Bem-aventurados os mansos, porque eles herdarão a terra; Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos; Bem-aventurados os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia; Bem-aventurados os limpos de coração, porque eles verão a Deus; Bem-aventurados os pacificadores, porque eles serão chamados filhos de Deus; Bem-aventurados os que sofrem perseguição por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus* (Mateus, 5, 3 a 10).

Deparamo-nos também com a cruz de Malta nas modalidades artísticas que complementam os espaços contíguos ao retábulo, como se verifica na cobertura da capela-mor da igreja paroquial de São Sebastião, em Algosó - Vimioso (ver p. 68).

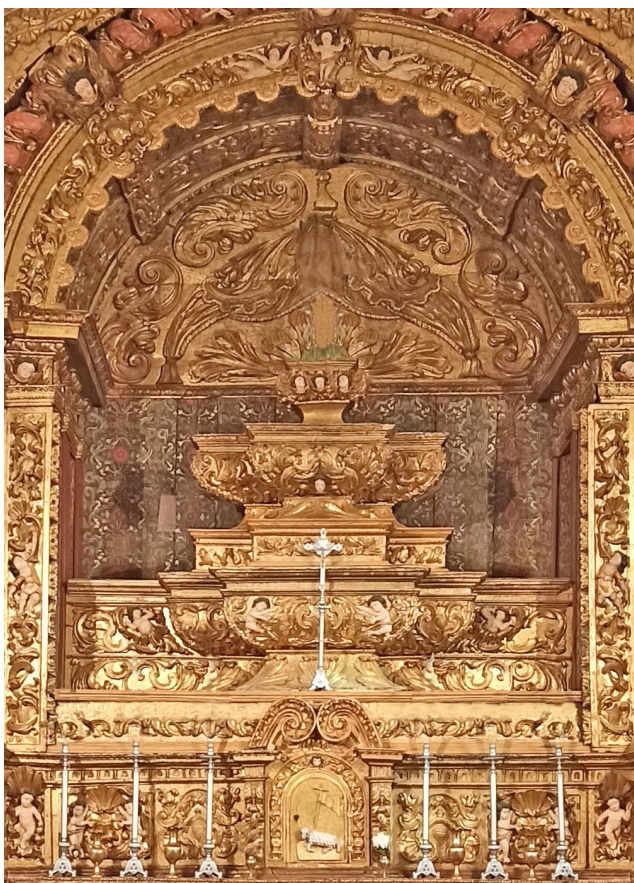
É, no entanto, na representação do orago dos altares, maioritariamente em escultura de vulto perfeito, que mais se investe, na maior parte das situações colocadas no centro da composição retabular. Como já mencionámos antes, em determinados retábulos com camarim ou tribuna central, a imagem do orago podia estar numa mísula ou num nicho existente no lado do Evangelho, como se verifica no altar-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição, em Oleiros (ver p. 163).

Enumeramos, de seguida, os temas mais frequentes:

Santíssimo Sacramento

Representa a apoteose eucarística, destacando-se o sacrário, por vezes, de grandes dimensões e a partir do último quartel de Seiscentos o trono escalonado, na maioria dos casos, colocado no interior do camarim ou tribuna, onde se expunha uma custódia ou uma urna, aquando da exposição do Santíssimo Sacramento. Nos degraus colocavam-se várias velas ou *lumes* que se acendiam nos *Lausperene*. Como testemunho mencionamos o da igreja paroquial de São Sebastião, no Algosó - Vimioso, assim descrito em 1747: *o altar-mor, em que está colocada a imagem do patrono, tem suficiente tribuna para expor o Santíssimo e sacrário em que este se conserva*¹²⁶.

Algosó. Igreja paroquial.
Pormenor do retábulo-mor.
Foto Manuel João - Município de Vimioso.



¹²⁶ CARDOSO, 1747, p. 291.

Nas restantes ocasiões, a boca da tribuna podia estar preenchida com cortinas de tecido, ou com uma tela pintada, como se verifica na igreja paroquial de Aldoar – Porto.



Cristíferos

O tema mais frequente é o Senhor Crucificado, sendo comum encontrar outras representações ligadas à Paixão. Até no interior da mesa de alguns altares, nomeadamente em determinadas igrejas paroquiais, é possível colocar a representação escultórica do Senhor Morto, como ocorre na igreja paroquial de Santa Maria, em Veade – Celorico de Basto: *outro altar que é o do Senhor da Boa Morte, que se acha em um túmulo de madeira bem dourado por dentro e por fora jaspeado em mármore e coberto com um pano de damasco roxo*¹²⁷ (ver p. 183).

Aldoar. Igreja paroquial.
Pormenor do retábulo-mor.
Foto padre José António Almeida.

¹²⁷ DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 623.

Marianos

Foram muito frequentes as representações da Virgem Maria, sendo usual encontrar no mesmo templo mais do que uma imagem de Nossa Senhora, quer como orago de uma igreja matriz ou paroquial, de uma ermida ou de um altar ou simplesmente como imagem devocional existente num nicho ou numa mísula lateral de um altar.

Cumprir referir que algumas das principais igrejas desta Ordem tinham como orago a Virgem Maria. Entre muitos exemplos mencionamos Santa Maria em Leça do Balio, Nossa Senhora da Conceição no Crato e Nossa Senhora da Flor da Rosa, no termo desta última vila.

Em determinados templos o culto mariano teve grande devoção, como se constata no doc. 3593 da *Bailiagem de Leça: celebravam-se festas em louvor da Virgem Nossa Senhora, nomeadamente a Natividade, em setembro, tendo em consideração a vitória alcançada contra os turcos. Na véspera tinha lugar uma procissão solene, que percorria o caminho que ia do mosteiro de Leça até São Sebastião em ambos os sentidos, na qual seguiam as cruzes do mosteiro e os capelães. Depois de recolhida a procissão havia uma missa cantada de requiem, com ofício dos mortos, estando uma tumba no mosteiro rodeada de seis tochas acesas. Acabado o ofício e a missa apagavam-se as tochas e com duas candeias era dita uma missa no altar-mor. Pedia-se aos capelães do mosteiro, ao donato e às merceeiras que rogassem a Deus pelos defuntos que morreram na batalha contra os turcos, pelo que se lhe dava um almude de vinho bom e uma rosca de pão de trigo. A pregação estava, igualmente, prevista nestas práticas religiosas. Assim se viesse um pregador seria beneficiado pelo seu trabalho e se a tarefa da pregação ficasse confiada ao cura do mosteiro, este teria de apresentar a vitória contra os inimigos da fé de Cristo. Era também recomendado a cada um dos fregueses que oferecessem a Deus e a Nossa Senhora um Padre Nosso e uma Ave-Maria pelas almas dos fiéis cristãos¹²⁸ ou então no santuário de*



Leça do Balio. Igreja paroquial.
Imagem de Nossa Senhora.
Foto padre Ricardo Silva.

¹²⁸ P. COSTA, 1999 - 2000, p. 333.

Nossa Senhora do Viso, em Fontes, no concelho de Santa Marta de Penaguião: *não só os moradores da vila de Fontes frequentam continuamente aquele santuário e casa da Senhora do Viso, mas outros muitos que vivem bem distantes, os quais em todo o decurso do ano visitam com grande devoção aquela casa da Senhora. São muitas as missas que naquele santuário se celebram continuamente porque como as suas maravilhas que obra a favor de todos são muitas, assim em ação de graças se mandam dizer e celebrar. A sua festividade se celebra a 8 de setembro, dia da Natividade da Senhora e nesta ocasião se faz em seu louvor uma grande e numerosa feira por espaço de três dias. Neste tempo é muito grande o concurso de gente porque então vão todos pagar os seus votos e promessas à Senhora*¹²⁹.

Hagiográficos

Logo a seguir à devoção à Virgem Maria, a de maior aceitação foi ao precursor de Cristo, São João Baptista, cuja natividade se celebra no dia 24 de junho e o martírio a 29 de agosto. Entre múltiplos testemunhos mencionamos que na vila da Amieira – Nisa: *em dia da degolação de São João Baptista, 29 de agosto, se faz aqui uma limitada feira, que não dura mais do que este dia*¹³⁰; no Algozo – Vimioso: *fora da vila, para o Sul, fica a ermida de São João Baptista, com sua confraria e debaixo do altar tem uma grande fonte a que chamam a fonte de São João dos Milagres, pelos muitos que as suas águas têm obrado. Acodem a banhar-se nela muitos romeiros, assim deste Reino como do de Castela e os dias principais em que veem são o de São João Baptista e de São Lourenço. Pegada a esta capela está uma casa fechada por onde se entra à fonte e serve de nela se vestirem e despirem os que se vão banhar (...) serve para todo o género de chagas, convulsões, tolhimentos de nervos, juntas e gota*



Algozo. Fonte de São João dos Milagres.
Foto SIPA 1006231.

¹²⁹ SANTA MARIA, 1716, p. 133.

¹³⁰ CARDOSO, 1747, p. 451.



Gandra. Igreja paroquial.
Imagem de São João Baptista.
Foto padre Felisberto Vilinga.

*artrítica*¹³¹.

Digno de referência é o facto de este santo ser o orago do convento das religiosas maltesas, em Estremoz e de doze¹³² das vinte e cinco comendas e das treze vilas pertencentes ao priorado do Crato¹³³. Em muitos templos encontramos ainda a imagem de São João Baptista nas ilhargas ou num dos nichos laterais do altar-mor de templos com outros patronos, como ocorre por exemplo na igreja paroquial de São Miguel, em Gandra – Paredes.

Encontramos ainda outros santos como orago de algumas igrejas administradas por comendas da Ordem de Malta, a saber: Santo André, Santo Antão, São Brás, São Ciríaco, Santa Clara, Santa Comba, Santo Estevão, São Facundo, São Julião, Santa Luzia, São Mamede, São Martinho, São Miguel, São Pedro, São Sebastião, São Tiago e São Vicente.

Almas do Purgatório

A celebração de sufrágios pelas almas do Purgatório foi um dos eventos litúrgicos que mais justificou a abundância de retábulos¹³⁴, não só nas igrejas e capelas, mas também noutros espaços (sacristias, claustros, coros, salas capitulares, enfermarias, casas das irmandades, etc.). Este incremento ocorreu após o Concílio de Trento, nomeadamente, na sessão de 4 de dezembro de 1563, quando se proclama a existência do Purgatório: *a Igreja Católica, instituída pelo Espírito Santo, a partir das Sagradas Escrituras e da tradição dos Padres, nos sagrados concílios e mais recentemente neste Sínodo ecuménico, ensinou que o Purgatório existe e que as almas aí retidas*

¹³¹ CARDOSO, 1747, pp. 291 e 292.

¹³² Aldeia Velha, Alporão – Santarém, Ansemil, Carvoeiro, Chavão, Corveira, Covilhã, Gáfete, Pedrógão Pequeno, Sernancelhe, Trancoso, Vila Cova,

¹³³ CASTRO, 1763, 2, pp. 40 e 41.

¹³⁴ De igual modo, o declínio da piedade pública e a progressiva secularização do culto, iniciada nos meados do século XVIII, fortemente dinamizados pelas ideias iluministas e pela política pombalina, vão estar na origem da decadência dos retábulos, nomeadamente nos de madeira predominantemente entalhada e dourada, bastante dispendiosos e da sua substituição por outros, muito mais baratos, onde predominam os fingimentos de pedraria policroma ou então o branco de pérola ou de leite.

podem ser ajudadas pelos sufrágios dos fiéis e sobretudo pelo santo sacrifício do altar, o santo Sínodo prescreve aos bispos que se empenhem diligentemente para que a santa doutrina sobre o Purgatório, transmitida pelos santos Padres e pelos sagrados Concílios, seja acreditada, mantida, ensinada e pregada por toda a parte ¹³⁵. Alguns anos depois, mais concretamente em 1580, o Purgatório é instituído como dogma de fé¹³⁶.

O número de sufrágios passou a ser tão grande que, em determinadas situações, era necessário celebrar diversas missas em simultâneo no mesmo templo, cada uma em seu altar.

Como referimos antes, as capelas privadas destinadas a servir de sepulturas dos diversos membros da Ordem de Malta, quer em igrejas da sua administração, quer noutros templos, dispunham de um altar destinado a celebrar múltiplos ofícios para sufragar a sua alma e a dos seus familiares falecidos. Alguns dignitários mais devotos, para além de instituírem uma capela privada e esporadicamente um templo, ajustavam com outras instituições a celebração de missas para sufragar a sua alma. Testemunho bastante interessante ocorreu com o comendador de Vera Cruz – Portel e balio de Leça, frei Jerónimo de Brito Melo. Em Palmela, sua terra natal, mandou edificar uma igreja para acolher a sua sepultura, em cuja inscrição se pode ler: *Sepultura perpétua de frei Jerónimo de Brito de Melo, natural desta vila, comendador de Vera Cruz e bailio de Leça, da sagrada religião de Malta, que fez esta igreja à sua custa e a dedicou ao grande São João Baptista, seu patrão*¹³⁷. Na mesma localidade, em 1631, ajustou com a irmandade da Santa Casa da Misericórdia a obrigação de lhe celebrarem perpetuamente uma missa quotidiana, conforme



Cernache do Bonjardim. Igreja paroquial.
Pormenor do retábulo das Almas.
Foto padre Paulo Jorge.

¹³⁵ O. RODRIGUES, 2010, p. 62. Em 1580 é instituído como dogma de fé.

¹³⁶ M. OLIVEIRA, 1992, p. 349.

¹³⁷ MENDONÇA e AVELAR, 1992 - 2004.

se lê numa lápide existente no corpo da igreja: *Esta Santa casa da*

Misericórdia da vila de Palmela está obrigada por uma escritura pública feita nas Notas de Diogo de Mora, tabelião na mesma, de mandar dizer uma missa quotidiana para sempre por frei Jerónimo de Brito de Melo, natural da mesma vila, comendador da Vera Cruz, da religião de São João de Malta e a isso obrigou à Misericórdia todos seus bens e rendas porquanto recebeu para a dita missa 63\$000 réis em dinheiro e a escritura se fez em setembro de 1631, em ela está

*uma cláusula que não de dizendo as missas o convento recolha a esmola e as mande dizer e por esse respeito está a escritura no cartório do dito convento de Santiago da dita vila*¹³⁸.

Nalguns retábulos, designadamente nos que eram administrados pelas irmandades ou confrarias das Almas, foram colocados painéis figurativos pintados ou em relevo escultórico, onde estão representadas, não só as entidades intercessoras¹³⁹, mas também as almas no Purgatório.

Dos poucos retábulos das Almas patrocinados por priores ou comendadores da Ordem de Malta individualizamos o da igreja paroquial de Cernache do Bonjardim (ver p. 186).

Palmela. Igreja da Misericórdia. Lápide.
Foto SIPA 25851.

Vera Cruz de Marmelar. Igreja paroquial.
Pentecostes.
Fonte PÁGARÁ, VASSALO E SILVA e
SERRÃO, 2006, p. 176.

Outros temas

De entre outros temas, indicamos as representações alusivas ao Espírito Santo¹⁴⁰ e à Santa Cruz¹⁴¹, patronos de alguns templos.

¹³⁸ BELO, 1998.

¹³⁹ Entre as entidades intercessoras salientamos a Déesis ou representação de Cristo em Majestade, ladeado pela Virgem e por São João Baptista; a Santíssima Trindade, a Virgem Maria, São Francisco, São Domingos, o Senhor Crucificado, São Miguel Arcanjo e os anjos libertadores.

¹⁴⁰ Por exemplo em Elvas e em Vera Cruz de Marmelar.

¹⁴¹ Nomeadamente em Oliveira do Hospital e em Vera Cruz de Marmelar- Portel.



Encomenda

Um dos aspetos identitários do nosso país, no período pós-tridentino, manifesta-se no empenhamento de todos os setores da sociedade na encomenda e/ou patrocínio dos diversos equipamentos litúrgicos. Esta atitude é referenciada, não só por alguns viajantes estrangeiros, como se constata no comentário expresso, em 1726, pelo naturalista suíço Charles Merveilleux: *esbanjam de boa vontade as suas riquezas para embelezar as igrejas*¹⁴², mas também pelos nossos responsáveis religiosos que continuamente defendiam que *a casa de Deus seja tratada com a devida decência*¹⁴³.

Esse empenhamento manifestou-se particularmente nos retábulos, local privilegiado da celebração dos diversos rituais, apresentando-se de seguida as principais entidades envolvidas.

Instituições detentoras do padroado das freguesias

Como era frequente na época, *a despesa com as capelas-mores e com os ornamentos necessários para o culto divino* das igrejas matrizes e paroquiais era assumida pelo(s) detentor(es) dos seus benefícios, sendo o corpo da igreja suportado pelos fregueses.

Vejamos alguns exemplos em que o padroado era assumido por diferentes entidades:

-Na igreja paroquial de Santa Clara, em Alcaravela – Sardoal: *a terça é dos bispos da Guarda, que visitam somente o corpo da igreja, a que são obrigados a concertar os fregueses e a capela-mor é de Malta e corre por conta do dito prior e é visitada pelo visitador do priorado do Crato*¹⁴⁴.

-Em Sendim – Miranda do Douro (ver p. 187), à comenda da Ordem de Malta *pertencem metade dos dízimos desta abadia, um quarto ao excelentíssimo*



Sendim. Igreja paroquial.
Pormenor do retábulo-mor.
Foto padre António Augusto Pires.

142 A. CARVALHO, 1962, 2, pp. 147 e 148.

143 Opinião expressa em 1748 na visitaçãõ à igreja paroquial de Rossas – Arouca (BRANDÃO, 1987, p. 15).

144 A. COSTA, 1712, 3, p. 191.

*bispo e o outro ao abade*¹⁴⁵.

Em relação aos templos administrados pela Ordem de Malta sobressai a ação mecénática de alguns grão-priores, particularmente o infante D. Luís, filho de D. Manuel e irmão de D. João III e o infante D. Pedro, filho de D. João V e futuro rei D. Pedro III. O primeiro *fundou um colégio, em Flor da Rosa, onde pudessem estudar teologia trinta religiosos do hábito (...) fundou um mosteiro de freiras de sua profissão na vila de Estremoz, só para senhoras principais (...) para conceder-lhes alguns bens do mesmo priorado*¹⁴⁶. O segundo, como já mencionámos antes: *zela e atende a que o culto divino se observe com toda a atenção e decência, suprimindo liberalismo com todos os ornamentos precisos naquelas igrejas em que faltam, para que não se falte ao asseio do culto e esplendor dos templos*¹⁴⁷. Da sua intervenção individualizamos os ajustes, um em 1748 e o outro em 1749, de seis retábulos-mores¹⁴⁸, onze *quadros* com pintura figurativa¹⁴⁹ e o douramento de dez retábulos para igrejas paroquiais do priorado do Crato¹⁵⁰.

Seguem-se os detentores de priorados, bailiados, comendas e de outros benefícios da Ordem, cuja ação decorre principalmente nas igrejas da sua administração, como se verificam nos seguintes exemplos:

-Na igreja paroquial de São Martinho, em Aldoar – Porto: *no altar-mor, no arco deste se vê um escudo de armas entalhadas em pedra, que são dos apelidos Pereira, Pintos, Vilbenas e Coutinhos. Mais uma lâmina de cobre dourado, que se acha pregada em uma pedra do arco do lado de dentro e se vê em letras pretas a seguinte inscrição: Em tempo do ilustríssimo e venerando frei Melchior Álvaro Pereira Pinto, comendador de Poiares e balio de Leça se fez e*



Estremoz.
Convento de São João Baptista, de religiosas maltesas.
Portal da capela.
Foto Álvaro Azevedo Moura.



Algo. Igreja paroquial.
Brasão existente na cobertura da capela-mor.
Foto Manuel João – Município do Vimioso.

145 C. OLIVEIRA, 2006, 2, p. 485.

146 FIGUEIREDO, 1800, p. 142.

147 CASTRO, 1763, 2, p. 38.

148 A saber, Nossa Senhora da Visitação, em Belver – Gavião (ver p. 180), Santo António no lugar de Marmeleiro – Sertã, São Vicente da aldeia de Troviscal – Sertã, Nossa Senhora da Assunção, em Gavião (ver p. 181), Nossa Senhora da Graça, em Envendos – Mação, São João Baptista, no Carvoeiro – Mação.

149 Ver nota 292.

150 BONIFÁCIO, 1990, 2, pp. 360 a 366.

ornou esta capela-mor e sacristia, sendo administrador da baliagem o deão do Porto Jerónimo de Távora e Noronha, ano de 1733¹⁵¹.

-A (freguesia) de Santiago de Fontes, de onde os marqueses têm o título, é vigararia confirmada, que apresenta o comendador da Ordem de São João de Malta (...) os quais dois altares ou capelas reedificou o comendador daquela comenda, frei André Pinto, em ação de graças (...) tão generoso se mostrou o comendador que levantou casas não só para os ermitães, mas para os peregrinos e romeiros que são muitos, que de várias e distantes terras concorrem a venerar aquela milagrosa Senhora (...) são os comendadores da comenda de Fontes os padroeiros desta casa da Senhora (do Viso) e assim estão obrigados à fábrica e a toda a despesa (...) destes comendadores o que mais aumentou aquela casa da Senhora foi o comendador frei André Pinto, dos fidalgos da Casa de Felgueiras, o qual a enobreceu com muitas obras¹⁵² (ver p. 157).

-Na igreja paroquial de Santa Maria, em Veade – Celorico de Basto, no ano de 1732 reedificou de novo a igreja matriz o reverendo balio que foi de Leça, frei Martim Álvaro Pinto, irmão do eminentíssimo grão-mestre de Malta, sendo aqui comendador (...) todos os mais altares são dourados de novo, obra do mesmo padroeiro¹⁵³.

-Na Amieira – Nisa, a ermida do glorioso São João Baptista, que está dentro dos muros do castelo, de cujo passo era oratório e pertence o reparo dela ao alcaide-mor desta vila (...) e é a dita imagem antiquíssima e de pedra, com maravilhosa escultura e na tradição foi colocada na dita ermida pelo senhor D. Álvaro Gonçalves Pereira, dom prior do Crato, que fundou o dito castelo¹⁵⁴.

-Em 1687, na visitação à capela de São João Baptista da Comenda, na



Veade. Igreja paroquial.
Retábulo-mor.
Foto Rota do Românico.

151 CARDOSO, 1747, p. 232.

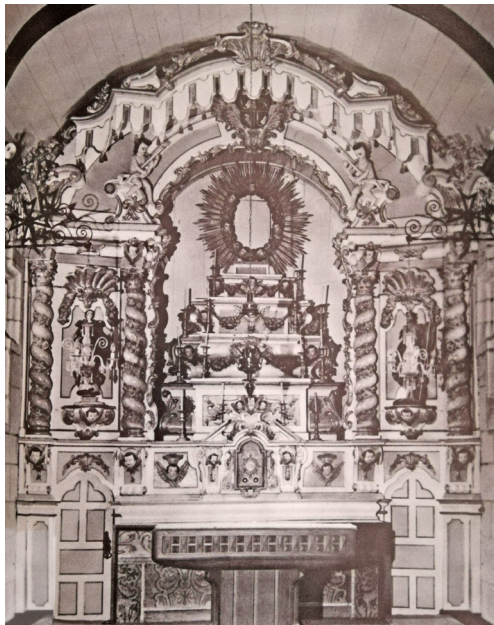
152 SANTA MARIA, 1716, pp. 132, 133 e 135.

153 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, pp. 622 e 623.

154 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 545.

freguesia de Távora – Arcos de Valdevez, o *visitador frei Heitor de Sá Pereira ordena que o comendador de Távora mude para a capela de São Tomé o retábulo-mor, para a qual mandará fazer outro*¹⁵⁵.

Apesar de a Ordem de Malta ser responsável pelo governo espiritual de um pouco mais de uma centena e meia de paróquias¹⁵⁶, em praticamente todas as regiões do país, por ser *nullius diocesis*¹⁵⁷ e conseqüentemente lhe estar reservada o direito de visitaçãõ, na prática alguns visitantes dos bispados acabaram por se pronunciar sobre a capela-mor de determinadas igrejas, *sendo necessário que os visitantes fossem insistentes nas explicitações de alguns detalhes das obras a realizar. No entanto, para que estas fossem concretizadas com a brevidade e perfeição requeridas, quase sempre era necessário voltar a repetir, no todo ou em parte, o conteúdo de alguns capítulos das visitas, os quais, para melhor vincarem os propósitos desejados e evitar novos adiamentos, normal se faziam acompanhar com ameaças de penalizações*¹⁵⁸. Interessante testemunho foi o que ocorreu na igreja paroquial de Rossas – Arouca: a 11 de maio de 1717, o visitador do bispado de Lamego ordenou que se fizesse um retábulo novo para a capela-mor¹⁵⁹, a 9 de agosto de 1742 refere que a igreja se encontrava em miserável estado, a 18 de junho de 1745, determina que se desse cabal cumprimento ao preceituado na visita anterior e finalmente a 14 de junho de 1748 anota *ainda que achei a dita igreja com grande indecência, consta-me que o venerando comendador manda compor e ornar brevemente de tudo o necessário (...) e havia mandado fazer o retábulo da dita capela-mor (...) e por isso somente recomendo ao reverendo pároco que tenha particular cuidado em que o procurador ou rendeiro assim o cumpra*¹⁶⁰.



Rossas. Igreja paroquial.
Fonte BRANDÃO, 1987, Est. I

155 NOÉ, 1992.

156 Incluem-se neste número as igrejas das comendas e das suas filiais.

157 FIGUEIREDO, 1800, p. 114.

158 L. RODRIGUES, 2001, pp. 407 e 408.

159 BRANDÃO, 1985, p. 474.

160 BRANDÃO, 1987, pp. 15 e 16.

Confrarias e irmandades

Os responsáveis de cada paróquia empenharam-se bastante no envolvimento de todos moradores numa freguesia, dos mais ricos aos mais pobres, em associações de carácter religioso, cuja sede tanto podia ser numa capela ou altar localizado no interior de uma igreja paroquial, como num templo autónomo. Pertencer, pelo menos, a uma irmandade era essencial para todos os membros de uma sociedade, pois permitia a sua integração nas diversas estruturas então existentes. Independentemente da(s) irmandade(s) a que pertenciam, os fregueses eram obrigados a custear, não só corpo da igreja, mas também a tribuna e o trono destinados à exposição solene do Santíssimo Sacramento. Como testemunhos desta última situação mencionamos a recomendação do visitador episcopal do bispado de Bragança na visitação à igreja paroquial de São Pedro da Silva – Miranda, em 1785: *por conta do benefício se fará um retábulo novo (...) os moradores mandarão fazer a tribuna para as suas exposições, cuja obra se fará dentro de um ano, pena de 1\$000 réis (...) e deve ser arrematada junta com a do povo para comodidade de uns e outros*¹⁶¹ e uma das cláusulas da escritura do ajuste notarial respeitante à pintura e douramento do retábulo-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Graça, em Sezures – Penalva do Castelo, realizada a 11 de março de 1718: *por conta da confraria e povo de Sezures outros 50\$000 réis, que vem tudo a ser 100\$000 réis, os quais haviam de dar aos ditos pintores*¹⁶².



Sezures. Igreja paroquial.
Pormenor do retábulo-mor.
Foto SIPA 16616

As irmandades do Santíssimo Sacramento desempenharam um papel determinante, designadamente na gestão dos retábulos das capelas-mores das igrejas matrizes e paroquiais, em estreita colaboração com os párocos ou vigários. Referimo-nos às exposições solenes do Santíssimo atrás aludidas. Em certos templos, a partir do

161 MOURINHO JÚNIOR, 1995, p. 170.

162 A. ALVES, 2001, 2, p. 281.



Crato. Igreja matriz.
Retábulo da capela do Santíssimo.
Foto SIPA 165260.

segundo quartel de Setecentos, passaram a administrar também uma outra capela dedicada ao Santíssimo, como se verifica na igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição, sede de grão-priorado do Crato.

Cada uma destas associações, maioritariamente de leigos, definia nos seus estatutos as condições exigidas aos seus membros. Se algumas estavam restritas a uma determinada profissão (marítimos, mesterais, militares, estudantes, clérigos, etc.), outras integravam grupos específicos da população. Vejamos vários exemplos:

-Em 1747, na descrição da igreja paroquial de São Sebastião, no Algozo - Vimioso é dito: *há mais neste altar (mor) a imagem de Santo Estevão, com sua confraria de homens casados. O altar colateral da parte da Epístola é dedicado ao Menino Deus, com uma confraria de moços solteiros (...) o outro colateral, da parte da Epístola, é da invocação de Nossa Senhora do Rosário, com uma confraria de moças solteiras*¹⁶³.

-Entre as doze irmandades e confrarias existentes em 1758 na igreja paroquial de Leça do Balio havia *uma de clérigos de São João*¹⁶⁴.

Em cada freguesia havia normalmente várias irmandades, sendo duas obrigatórias: a do Santíssimo Sacramento, onde estavam inscritos os moradores mais ilustres e de conduta exemplar e a das Almas do Purgatório, destinadas à restante população.

Em cada confraria ou irmandade, os mesários, isto é, os membros que ocupavam os cargos diretivos eram escolhidos anualmente, desempenhando essas funções os irmãos ou confrades de maior prestígio social e financeiro.

Instituidores particulares

Alguns membros da Ordem de Malta, independentemente do

¹⁶³ CARDOSO, 1747, p. 291.

¹⁶⁴ DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. não numerada.

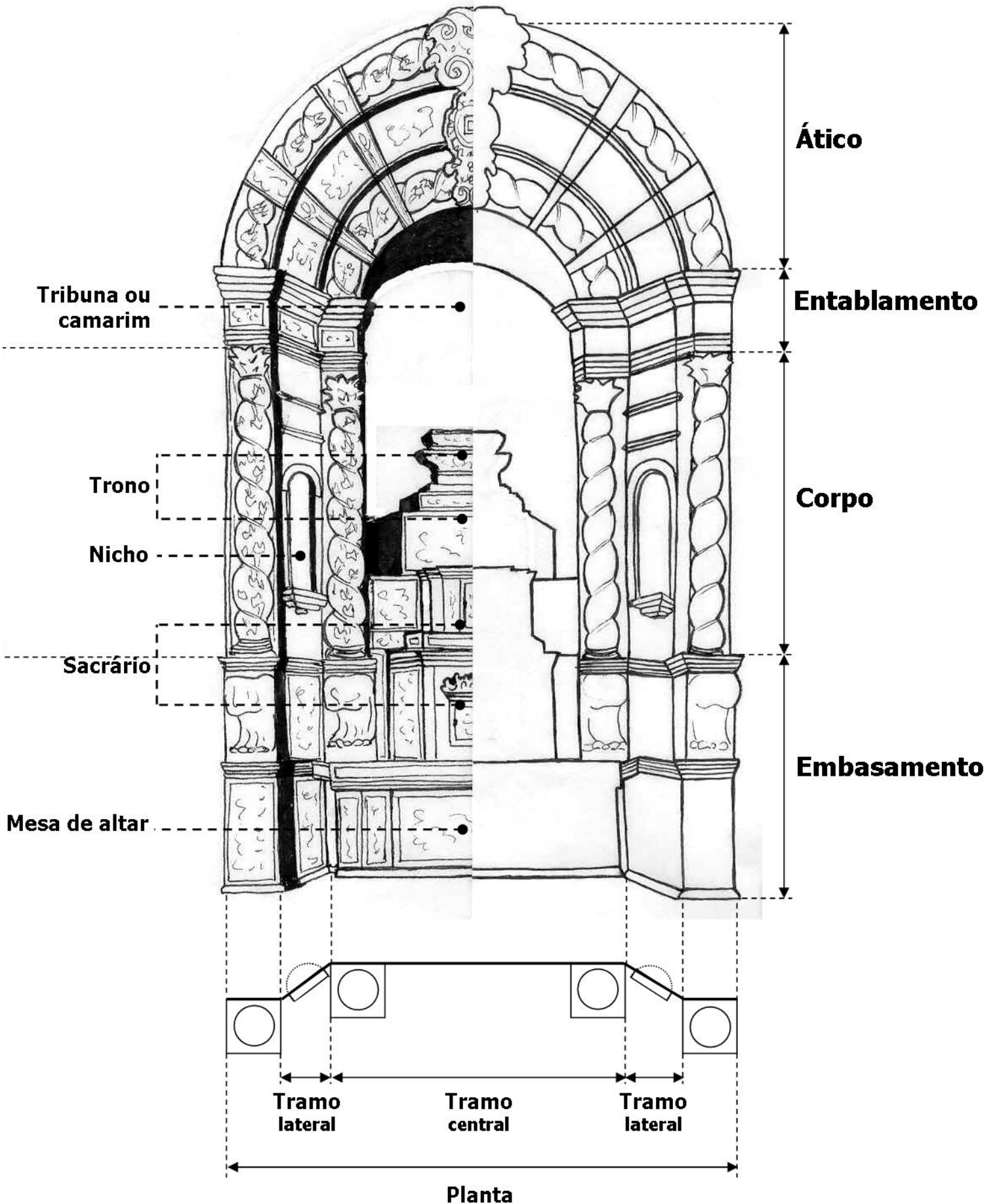
do seu estatuto, para além das obras que promoviam nas igrejas da sua administração, afirmavam-se também na localidade da sua residência, nomeadamente na instituição de vínculos em capelas sediadas em templos de maior prestígio, destinadas a lhes servir de sepultura. Entre outros testemunhos, mencionamos o túmulo de pedra com o jacente de frei João Boto Pimentel, comendador de Távora – Arcos de Valdevez, que se encontra numa capela lateral da igreja paroquial de São Sebastião da Espiçandeira – Meca, local da sua residência e a capela que existia, em 1712, na igreja paroquial de Santa Marinha do Outeiro, em Lisboa: o retábulo colateral *de Nossa Senhora da Boa Nova, da banda do Evangelho, com São Sebastião, a qual fundou frei João Brandão Pereira, balio de Negroponte e comendador das comendas de Oliveira do Hospital e Águas Santas na Ordem de São João de Malta, aonde tem nobre sepultura*¹⁶⁵.



Malta – Olmos.
Pormenor do retábulo-mor.

¹⁶⁵ A. COSTA, 1712, 3, p. 363.

Tipologias e modelos compositivos



Por tipologias entendemos o agrupamento de retábulos de acordo com algumas características morfológicas comuns. A maior parte filia-se nos tratados italianos. Nos retábulos encostados à parede testeira de uma capela, a sua estruturação ou composição arquitetónica assenta na relação corpo(s)/tramo(s), surgindo desta conjugação várias soluções possíveis¹⁶⁶. Houve, no entanto, altares que se autonomizaram da parede, passando a apresentar uma ou mais faces e, eventualmente, mais do que uma mesa de altar¹⁶⁷.

Verificamos outrossim que certas tipologias se restringiram ao mundo português, designadamente as que também preencheram espaços contíguos aos retábulos propriamente ditos¹⁶⁸.

Por sua vez, os modelos compositivos correspondem à estruturação dos intercolúnios, isto é, à identificação do número de colunas ou pilastras que delimitam cada tramo e à forma como se interligam. As diferentes opções são definidas independentemente da planta usada (reta, em perspectiva côncava, convexa ou mista), dos elementos arquitetónicos empregues, de haver ou não outros componentes relevantes, nomeadamente os camarins ou tribunas e dos mesmos serem delimitados de forma autónoma. Se maioritariamente, cada um dos intercolúnios é ladeado por igual número de colunas ou de pilastras, dignos de destaque são os casos em que se aplica desigual número de elementos estruturantes nos vários tramos, ainda que de forma simétrica em cada um dos lados.

É conveniente ter em conta que muitos retábulos, apesar de se inserirem nas tipologias e nos modelos compositivos aludidos, apresentam determinadas especificidades, detetáveis em maior número em localidades do interior. Esta ocorrência deve-se não só à



Sarzedá. Igreja paroquial.
Retábulo-mor, em que o intercolúnio central se inscreve entre colunas duplas, havendo somente uma coluna na extremidade dos tramos laterais.
Foto SIPA 519494.

¹⁶⁶ Nos retábulos abordados neste estudo constatamos as seguintes tipologias: corpo único e um só tramo, corpo único e três tramos, corpo único e cinco tramos, dois corpos e um tramo, dois corpos e três tramos.

¹⁶⁷ Eram os chamados altares em ilha.

¹⁶⁸ Verificamos duas soluções: os dois retábulos colaterais ao arco triunfal interligam-se entre si através do revestimento parcial ou total do frontispício da nave; a utilização de um arco ou enquadramento arquitetónico que complementa o retábulo propriamente dito, preenchendo estruturas próximas, a maior parte das vezes o intradorso e parte do frontispício da capela onde está inserido.



Vilarandelo. Igreja paroquial.
Pormenor do retábulo-mor.
Foto padre João Pires Dias.

criatividade de artistas mais reputados, mas também à intervenção de algumas oficinas locais, um pouco desatualizadas e que respondiam às solicitações de clientelas menos esclarecida. A título de exemplo mencionamos o retábulo da capela-mor da igreja paroquial de São Vicente, em Vilarandelo - Valpaços, em que o retábulo propriamente dito se insere na tipologia de corpo único e três tramos, inscrevendo-se os intercolúnios entre duas colunas, uma de cada lado. Como especificidade referimos o preenchimento do restante espaço disponível da parede testeira com duas portas de acesso ao camarim, rematadas por telas pintadas, delimitadas no lado exterior por um cordão salomónico (ver p. 160).

Em número muito reduzido são os retábulos que não se integram em qualquer tipologia, constituindo exemplares ímpares, como veremos adiante.

Atentemos às diferentes tipologias identificadas e aos modelos compositivos empregues em cada uma delas.

Corpo único e um só tramo

Foi maioritariamente utilizada nos retábulos devocionais a um só tema passando, a partir do Protobarroco (segundo e terceiro quartéis do século XVII), a ser usada também noutros exemplares, nomeadamente nos que tinham tribuna ou camarim central, quer o trono seja destinado à exposição solene do Santíssimo Sacramento, quer acolha a representação escultórica do orago.

O intercolúnio tanto pode ser ladeado por duas colunas, uma de cada lado, como por elementos arquitetónicos duplos ou mesmo em maior número. São testemunhos, respetivamente, os altares colaterais da igreja paroquial de Rio Meão - Santa Maria da Feira (ver p. 155), o da capela-mor da igreja paroquial de São João Baptista, em Campo Maior (ver p. 173) e o da capela-mor da igreja paroquial de São Simão, no Nesperal - Sertã, este último com duas colunas e quatro pilastras de cada lado (ver p. 162).

É ainda possível determinados exemplares não possuírem qualquer estrutura arquitetónica, sendo constituídos por um único painel em relevo escultórico ou então pintado, como se constata nos retábulos colaterais da igreja paroquial de Nossa Senhora dos Mártires, nos arredores da vila do Crato.

Corpo único e três tramos

A sua utilização generalizou-se a partir dos princípios de Seiscentos constituindo, em conjunto com a tipologia composta por corpo único e um só tramo, a opção predileta da maioria da clientela.

Foi normalmente usada nos retábulos devocionais a três temas e nalguns retábulos eucarísticos e relicários, sendo menos frequente em retábulos devocionais, quer a um, quer a vários temas.

Atendendo a que apresentam uma composição tripartida, os intercolúnios inserem-se quase sempre entre dois elementos arquitetónicos, um de cada lado, como ocorre no retábulo-mor do santuário de Nossa senhora do Viso, em Fontes – Santa Marta de Penaguião (ver p. 189).

Pontualmente são empregues diversas alternativas, variando o número de elementos arquitetónicos a delimitar cada um dos tramos, incluindo a sua ausência. Por exemplo, no retábulo-mor da igreja do Espírito Santo, em Montoito – Redondo, enquanto o intercolúnio central se inscreve entre duas pilastras antecidas por esculturas de vulto perfeito, uma de cada lado, nas extremidades dos tramos laterais não há qualquer elemento arquitetónico (ver p. 146).

Corpo único e cinco tramos

Esta tipologia teve muito pouca aceitação. Na maioria das vezes é utilizada em templos cuja parede testeira é bastante mais larga do que alta, como ocorre na ermida de São Brás, em Belver – Gavião (ver p. 142). Já os retábulos-mores das igrejas paroquiais de São João Baptista, em Aldeia Velha – Sabugal, Nossa Senhora da Conceição,



Mártires. Igreja paroquial.
Retábulo colateral.
Foto Alexandre Morgado Santos – Município do Crato.

Aldeia Velha. Igreja paroquial.
Retábulo-mor.
Foto SIPA 1029315.



em Figueiró da Serra – Gouveia e Nossa Senhora da Assunção, em Travanca – Miranda do Douro (ver p. 166), só passaram a ter cinco tramos em data muito posterior, quando foram parcialmente remodelados.

Corpo único e sete tramos

O único exemplar identificado, o da capela-mor da igreja paroquial de Santa Leocádia, em Cércio – Duas Igrejas, no concelho de Miranda do Douro, resulta de duas campanhas diferenciadas. Na primeira só apresentava uma composição tripartida, tendo-se acrescentado dois tramos em cada uma das extremidades na segunda metade de Setecentos (ver p. 167).

Dois corpos e um só tramo

À semelhança da tipologia anterior, teve também pouca aceitação, sendo empregue com mais frequência em retábulos colaterais ao arco triunfal, inscrevendo-se cada tramo, quer entre duas colunas, uma de cada lado, quer entre colunas duplas, conforme vemos nos retábulos colaterais da igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição, em Rossas – Arouca, ajustados em 1703¹⁶⁹.

Dois corpos e três tramos

Foi muito usual no século XVI, decaindo a sua utilização, a partir dos meados da centúria seguinte, com o aparecimento das *tribunas* ou camarins e com a generalização dos retábulos devocionais a um só tema. Interessante testemunho deveria ser o desaparecido retábulo-mor da atrás mencionada igreja paroquial de Rossas, de que



Rossas. Igreja paroquial.
Retábulo colateral.
Fonte BRANDÃO, 1985, Est. XXIII.

¹⁶⁹ BRANDÃO, 1985, pp. 158 a 163.

subsistem alguns painéis pintados, atribuídos por D. Domingos de Pinho Brandão ao prestigiado pintor lisboeta Diogo Teixeira¹⁷⁰, nomeado por D. António, Prior do Crato, cavaleiro-fidalgo da sua casa.

Esporadicamente, certos retábulos com camarim adotaram esta tipologia, como se verifica no da capela-mor da igreja paroquial de São Sebastião, em Algosó - Vimioso, que utiliza também um modelo compositivo nada usual: enquanto no primeiro corpo são empregues três elementos arquitetónicos a flanquear o intercolúnio central, nas extremidades dos tramos laterais há somente uma coluna. Por sua vez no segundo corpo, os intercolúnios inscrevem-se entre duas colunas ou pilastras, uma de cada lado (ver p. 149).

Já o retábulo-mor da igreja paroquial de São João Baptista no Sameiro - Manteigas só passou a adotar esta tipologia no século XIX, ocasião em que se colocou no segundo corpo os elementos reaproveitados do anterior altar setecentista.

Arcos triunfais retabulares

Esta tipologia teve alguma aceitação, nomeadamente a Norte do Mondego. É composta por dois retábulos colaterais ao arco triunfal que se interligam entre si pelo revestimento ornamental, maioritariamente em talha dourada, de parte ou da totalidade do frontispício da nave da igreja. Deparamo-nos com interessantes testemunhos nas igrejas paroquiais de Santa Comba, em Moura Morta - Peso da Régua (ver p. 168), de São Tiago, em Fontes - Santa Marta de Penaguião (ver p. 190) e de São Tiago, em Custóias.

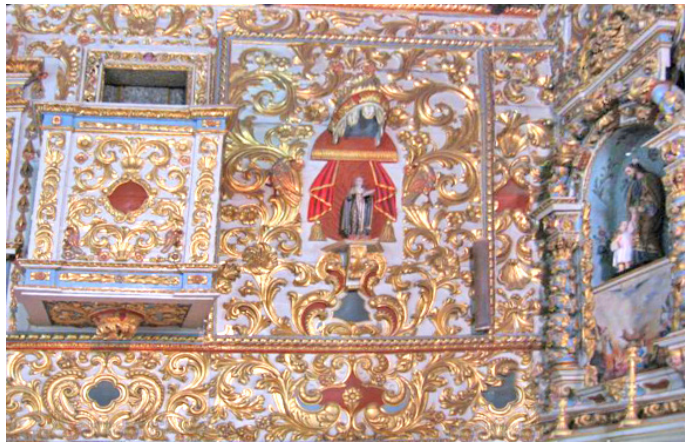
Em situações esporádicas e, muito raras a nível nacional, o revestimento integral do frontispício encontra-se articulado com o pre-



Rossas. Igreja paroquial.
Tábua pintada do retábulo-mor quincentista.
Fonte BRANDÃO, 1984, Est. XII

¹⁷⁰ BRANDÃO, 1984, pp. 168 e 169.

enchimento em talha das paredes laterais da nave, como se verifica na igreja paroquial de São Vicente, em Vilarandelo – Valpaços.



Vilarandelo. Igreja paroquial.
Revestimento em talha da parede lateral.
Foto SIPA 849840

Retábulos com *arco*

Tal como referimos antes, trata-se de uma tipologia com algum acolhimento. Foi usada em capelas ligeiramente reentradas, na sua maioria em retábulos secundários, correspondendo o *arco*, termo muito frequente na documentação setecentista, a uma estrutura, geralmente autónoma, que complementa o retábulo propriamente dito e se prolonga pelo intradorso e por parte do frontispício da capela onde está inserido. Para exemplificar apontamos os retábulos colaterais da igreja paroquial de Santa Maria, em Veade – Celorico de Basto, em que os retábulos propriamente ditos foram executados nos meados do século XVII e os *arcos* resultam da campanha de obras promovida, em 1732, pelo comendador frei Martim Álvaro Pinto da Fonseca e Sousa¹⁷¹ (ver p. 144).

Retábulos *em ilha*

A designação *em ilha* encontra-se na documentação setecentista¹⁷², correspondendo aos altares que se autonomizam das paredes, apre-

¹⁷¹ DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 622.

¹⁷² Por exemplo, em 1710, o clérigo teatino Manuel Caetano de Sousa no seu manuscrito Peregrino Instruído, a respeito da localização do altar contrapõe duas hipóteses: encostado ao retábulo ou em ilha (Gomes, 2009, nota 127).

sentando duas ou mais faces e uma ou mais mesas de altar. Se nalguns exemplares os fiéis só visualizam umas das faces, noutros é possível circular à sua volta, como ocorria na igreja de Leça do Balio: *encostados aos primeiros gigantes ou pedestais em que se firmam os arcos que vêm para o corpo da dita igreja estão dois altares, um de cada parte (...) o da banda da Epístola é de Santo António (...) o retábulo é dourado e o ínclito santo português está dentro de vidraças por diante e pelos lados (...) o altar correspondente que fica da parte do Evangelho é do Senhor Jesus pregado na cruz, com seu retábulo dourado, metido também dentro de vidraças por diante e pelos lados* ¹⁷³.

Formato retangular

Foram muito frequentes na Idade Média e no século XVI, quer em exemplares fixos, quer portáteis ou amovíveis. Em relação a estes últimos predomina a tipologia dos trípticos com portas ou volantes, na época referenciados como *retábulos com portas*, maioritariamente compostos por três painéis emoldurados, com pintura figurativa ou então com o painel central em relevo escultórico e os dois laterais pintados. São testemunhos os dois volantes ainda subsistentes de um tríptico seiscentista, na igreja paroquial de São Pedro, em Vera Cruz de Marmelar – Portel¹⁷⁴.

Retábulos ímpares

Dos exemplares recenseados, salientamos o da capela-mor da igreja paroquial de São Cristóvão, no lugar de Malta, na freguesia de Olmos – Macedo de Cavaleiros (ver p. 152), cuja originalidade resulta da ausência de elementos arquitetónicos a enquadrar os cinco quadros pintados, reaproveitados do anterior



Cliché da Fotografia Alvão

Leça do Balio. Retábulo em ilha, já inexistente.
Fonte Boletim da DGEMN, 1935, fig. 17.



Vera Cruz de Marmelar.
Volantes de um tríptico seiscentista.
Fonte PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO, 2006, p.177.

¹⁷³ DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. não numerada.

¹⁷⁴ PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO, 2006, pp. 151 e 152.

retábulo dos princípios do século XVI¹⁷⁵. Nos finais do século XVII/princípios do XVIII, as referidas pinturas foram emolduradas por frisos ornamentais de talha dourada e ladeadas por dois painéis laterais, também dourados, com avultados enrolamentos acânticos. O espaço remanescente, quer nas ilhargas da mesa do altar, quer na restante composição, foi preenchido por caixotões pintados com o mesmo padrão decorativo, delimitados nas extremidades por um friso vertical de óvulos.



Malta - Olmos. Igreja paroquial.
Pormenor do retábulo-mor.

¹⁷⁵ LOPES, 2018, p. 1.

Periodização

Se excetuarmos os períodos de longa extensão, correspondentes, à época medieval¹⁷⁶ e à Idade Contemporânea¹⁷⁷, verificamos que na Idade Moderna ou Antigo Regime existiram vários períodos de média duração, correspondendo *grosso modo* cada conjuntura artística a uma geração (período de trinta a quarenta anos).

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, os diversos intervenientes, quer na encomenda, quer na execução, assumiam de forma consciente as inovações adotadas periodicamente na corte portuguesa pelos arquitetos régios (residentes maioritariamente na cidade de Lisboa) e procuravam na medida do possível seguir esse formulário.

Algumas entidades mais esclarecidas e com maiores disponibilidades financeiras chegavam inclusivamente a mudar de retábulo ou a promover campanhas de atualização de alguns dos seus elementos em sucessivas conjunturas. Por exemplo, na igreja paroquial de Vera Cruz de Marmelar – Portel *já se havia colocado um altar à face da antiga capela-mor, talvez durante as obras ocorridas no período manuelino, o qual veio a ser substituído mais tarde*¹⁷⁸, em 1584. Este último esteve em funções até meados da centúria seguinte, sendo o que atualmente subsiste *dos finais do século XVIII*¹⁷⁹.

A partir dos finais do século XV, princípios do XVI, cada nova conjuntura passou, com alguma frequência, a ser designada *ao moderno*. Como exceções referimos o Renascimento, o Rococó e o Tardobarroco em que, por vezes, se utilizam respetivamente os termos *ao romano*, gosto *francês* e *à romana*.

Em contrapartida, quando se referiam aos retábulos de qual-



Vera Cruz de Marmelar. Igreja paroquial. Retábulo-mor, dos finais de Setecentos. Foto António Pinho de Brandão.

¹⁷⁶ Do século XII aos meados do século XV, apesar de ainda se fazerem alguns exemplares retardatários até meados de quinhentos.

¹⁷⁷ Dos finais do século XVIII ao Concílio Vaticano II (1962 - 1965).

¹⁷⁸ PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO, 2006, p. 103.

¹⁷⁹ PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO, 2006, p. 103.

quer uma das conjunturas anteriores, designavam-nos *ao antigo*.

Vejamos alguns testemunhos da aplicação destes termos:

-Em 1703, na escritura notarial do ajuste dos retábulos colaterais da igreja paroquial de Santa Maria de Rossas – Arouca (ver p. 78), numa das cláusulas é mencionado: *a qual obra será entalhada, feita ao moderno*¹⁸⁰.

-Na escritura de ajuste do retábulo-mor da igreja paroquial de Gueifães – Maia, realizada em 1751, o mestre entalhador assume também a feitura de *quatro castiçais para o altar e duas tocheiras, tudo com a perfeição moderna e estilo à patriarcal*¹⁸¹.

-Nas Memórias Paroquiais de 1758, referentes à igreja paroquial de Leça do Balio é referido: *o altar-mor tem um retábulo dourado e antigo, no alto sua tribuna para expor o Santíssimo*¹⁸².

-O retábulo da capela das Almas, na igreja paroquial de São Sebastião, em Cernache do Bonjardim – Sertã, é identificado pelo pároco, nas Memórias Paroquiais de 1758, da seguinte maneira: *feito primorosamente à romana*¹⁸³.

Apresentamos, de seguida, cada um dos nove períodos identificados, desde as origens até ao Concílio Vaticano II (1962 - 1965). Em certos casos aplicamos mais de uma designação, nomeadamente quando coexistem opções estéticas diferenciadas e em que nenhuma delas abrange a totalidade da realidade artística então existente.

Tardogótico (meados do século XV e princípios de Quinhentos)

A partir dos meados do século XV, inicia-se um novo ciclo. A clientela com maiores recursos financeiros manda construir retábulos

180 BRANDÃO, 1985, p. 160.

181 BRANDÃO, 1987, p. 44.

182 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. não numerada.

183 MEMÓRIAS PAROQUIAIS, 1758, p. 969; S. SALDANHA, 2020, p. 179.

fixos à parede, por vezes monumentais, sendo assumidos como um importante equipamento arquitetónico e litúrgico, não só detentor de um discurso figurativo, mas também como representação alegórica do poder do cliente. Esta situação vulgariza-se no nosso país a partir do Manuelino.

No entanto, a maioria dos retábulos, de pequenas ou médias dimensões, eram portáteis ou amovíveis, preferencialmente trípticos com portas ou volantes, com pintura figurativa nos três painéis, nalguns casos também no reverso das portas. Como alternativa, o tramo central era composto por uma estrutura arquitetónica com a escultura do orago, sendo as portas ou volantes pintados.

À semelhança do que ocorria noutras regiões do país, o interior de diversos templos era revestido por pintura mural figurativa. As que estavam sobre o altar, apesar de não utilizarem *ainda os elementos formais de um retábulo*, no entanto as figuras estão organizadas num esquema *retabular*¹⁸⁴. A título de exemplo mencionamos o da capela-mor da igreja paroquial de Santa Luzia, em Sarzeda – Sernancelhe (ver p. 10) e os altares colaterais da igreja paroquial de São João Baptista, em Sernancelhe.



Sernancelhe. Igreja paroquial.
Retábulo colateral.
Fonte C. AZEVEDO, 2012, p. 112.

Renascimento (c. 1520 - meados do século XVI)

Período que começa a vigorar a partir da segunda década de Quinhentos e que corresponde, *grosso modo*, ao reinado de D. João III (1521 - 1557). Surge em paralelo com a manutenção de tipologias e modelos medievais, afirmando-se progressivamente como opção dominante. Enquanto na fase anterior se designavam as obras inovadoras pela expressão *ao moderno*, no Renascimento, por oposição estilística, prefere-se a expressão *ao romano* ou *ao modo antigo, romano*,

¹⁸⁴ CAETANO, 2016, p. 3.



Sernancelhe. Igreja paroquial. Tábua pintada do retábulo-mor quincentista.
Fonte C. AZEVEDO, 2012, p. 164.

denunciando *uma crescente consciência do valor exemplar do “antigo”*¹⁸⁵.

Nos retábulos esta expressão foi utilizada, nomeadamente no *Regimento dos ensambladores, entalhadores e imaginários de Lisboa*, de 1549, regulamentando-se que no exame dos entalhadores deverão ser feitas *duas peças (...) muito bem ordenadas e lavradas ao romano, como agora se costuma*¹⁸⁶.

De entre os materiais utilizados, a maior parte da clientela preferiu a madeira, apontando-se como exemplo o retábulo mandado executar pelo comendador de Sernancelhe, nos meados de Quinhentos, para capela-mor da igreja paroquial, de que subsistem somente algumas tábuas pintadas.

Em relação às tipologias formais, tiveram maior aceitação as de corpo único e três tramos e as de dois corpos e três tramos. De menor preferência foi a de corpo único e um só tramo.

Apresentamos, de seguida, algumas das características formais dos retábulos renascentistas:

- Predomínio da planta reta ou plana.
- São definidos os elementos compositivos que permanecerão, durante séculos, na grande maioria dos retábulos portugueses, a saber o embasamento, o(s) corpo(s) e o ático, estruturados através das ordens arquitetónicas em tramos. Estes últimos são preenchidos por ciclos figurativos de caráter religioso, em relevo nos exemplares de pedraria e em pintura nos de madeira.
- Os corpos e os tramos são delimitados por pilastras e/ou colunas, podendo estas últimas ser lisas, apresentar caneluras ou ainda a forma de balaústres, também designadas por *colunas monstruosas* (Diego de Sagredo).
- O vocabulário decorativo então vigente baseia-se em motivos inspirados na arquitetura greco-romana, nomeadamente candelabros,

185 MOREIRA, 1995, p. 315.

186 LANGHANS, 1945, p. 462.

maskarões, cartelas, medalhas, urnas, bucrânios, troféus, sátiros, vieiras, etc.

Atitude anti-clássica e decoro (meados do século XVI - c. 1580)

Período correspondente à primeira fase do Maneirismo. Principia, no final do reinado de D. João III, prolongando-se até ao domínio filipino. Coexistiram duas opções estéticas, ambas de acentuado cunho classicista. Uma em que predominam os ornatos ítalo-flamengos, a outra, surgida após a última sessão do Concílio de Trento, em dezembro de 1563, pautada pela sobriedade e contenção decorativa.

O único exemplar sobrevivente e já sem o ático encontra-se na capela-mor da ermida de São João Baptista, na Amieira - Nisa.

A opção da madeira entalhada e predominantemente dourada continuou a ser a de maior aceitação da clientela, restringindo-se os exemplares de pedraria ou de alvenarias policromadas a uma diminuta clientela.

Tal como acontecia no período antecedente, muitos retábulos têm um caráter narrativo ou didático, prevalecendo a tipologia que utiliza um ou dois corpos e três tramos, preenchidos na sua maioria por pintura figurativa. Em menor número eram os retábulos devocionais a um só tema, surgindo como inovação os dedicados ao Santíssimo Sacramento.

Apresentamos, de seguida, algumas das características formais dos retábulos desta conjuntura artística:

- Predominam as plantas retas ou planas.
- O equilíbrio e as proporções renascentistas dão lugar, por vezes, a composições alongadas e esguias.
- Os elementos arquitetónicos são interpretados com alguma liberdade, tendendo mesmo a simplificar-se. Passam a preponderar as pilastras e as colunas estriadas, por vezes diferenciadas no terço inferior.



Amieira. Ermida de São João Baptista.
Retábulo-mor.
Foto SIPA 167515.



Amieira. Ermida de São João Baptista.
Esgrafitos da cobertura da capela-mor.
Foto SIPA167514.

-Em relação aos ornatos, *as figuras fantásticas e contaminadas por vários mundos vão dando progressivamente lugar ao ornamento menos exótico e ordenado a um ritmo mais rígido. Motivos de frutos associados a ramos vegetalistas, ferronerias, máscaras ou cartelas várias com ou sem inscrições e extraídas sobretudo do universo da gravura de raiz flamenga preenche os campos decorativos da arquitetura*¹⁸⁷. Por sua vez, nos retábulos mais sóbrios são usados poucos ornatos, nomeadamente elementos geométricos, vegetalistas, cabecinhas de serafins, etc...

Prenúncios do Triunfalismo Católico (c. 1580 - c. 1620)

Período correspondente à segunda fase do Maneirismo. Vigorou, *grosso modo*, no reinado dos dois primeiros monarcas espanhóis, respetivamente D. Filipe I (1580 - 1598) e D. Filipe II (1598 - 1621), assistindo-se a um estreitamento de relações artísticas com algumas cidades espanholas. À postura de contenção e de decoro da fase anterior, sucedem os primeiros sinais de um movimento de renovação, pautado por uma postura triunfalista da Igreja Católica. A instituição do Purgatório como dogma de fé, ocorrida em 1580¹⁸⁸, impulsionou a celebração de missas, quantas mais melhor, para sufragar as almas dos que faleciam, podendo ser oficiadas em qualquer altar. Por conseguinte, intensificou-se o número de retábulos, tornando-se a obra de Sebastião Serlio o ponto de partida para uma série de ensaios e experiências que, apesar de pontuais e, nalguns casos, divergentes, estão na origem de determinadas soluções de estrutura, tensão, desequilíbrio e, por vezes, complexidade na composição arquitetónica retabular.

Tal como ocorreu nas fases anteriores, predomina a utilização de madeira, complementada quase sempre por painéis de pintura figurativa e/ou com esculturas, como acontecia no retábulo-mor da

¹⁸⁷ CRAVEIRO, 2002, p. 407.

¹⁸⁸ OLIVEIRA, 1992, p. 349.

da igreja paroquial de Vera Cruz – Portel, cujo entalhe é um pouco anterior a 1584, data em que o mestre António de Oliveira, com oficina aberta em Beja, ajusta o seu douramento pela modesta quantia de 40\$000 réis. De entre as cláusulas contratuais salientamos as seguintes: *o painel grande do meio terá a história da achada da Santa Cruz com Santa Helena e o imperador com toda a companhia de gente que for possível, tudo muito bem historiado (...) e nos dois painéis que estão ao longo do sacrário, de uma porá a Santíssima Trindade e da outro São João Baptista e São João Evangelista e o sacrário será todo dourado (...) e na porta do sacrário porá a Ressurreição (...) e as colunas todas historiadas (...) e no frontispício porá uma pomba com o Espírito Santo*¹⁸⁹..



Vera Cruz de Marmelar.
Tábua pintada do retábulo-mor de 1584.
Fonte PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO,
2006, p.178.

Se na maioria dos retábulos prevalece o carácter narrativo ou didático, valorizam-se também os devocionais a um só tema e os relicários.

Apresentamos, de seguida, algumas das características formais dos retábulos desta conjuntura:

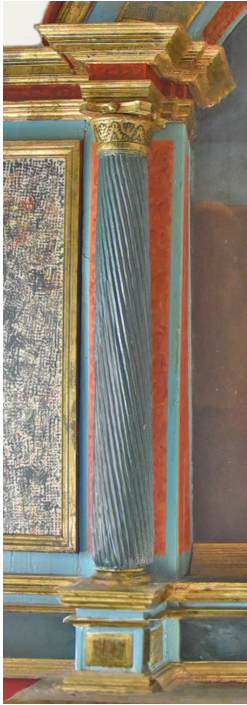
-Predominam as plantas retas ou planas. Em determinados exemplares é criada alguma dinamização através do facto de as colunas das extremidades estarem ligeiramente salientes em relação aos restantes elementos arquitetónicos.

-Surge a tendência para preencher a totalidade do vão da capela onde o retábulo se insere.

-A diversidade compositiva foi tão grande que se utilizaram múltiplas tipologias, algumas criadas nesta conjuntura, nomeadamente a dos retábulos com *arco*, isto é, com um enquadramento arquitetónico diferenciado que envolve a totalidade ou parte do retábulo propriamente dito.

-Emprego de elementos dissonantes: colunas parcialmente ocultadas por

¹⁸⁹ PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO, 2006, p. 159.



Castelo de Vide. Igreja de São João Baptista.
Pormenor de retábulo, eventualmente originário da
capela-mor.
Foto Manuel Isaac Correia.

segmentos de frontões curvos, coexistência de painéis pintados de formatos diferenciados, frontões triangulares rematados por cartelas elípticas ou por painéis retangulares, círculos inscritos em retângulos, entablamentos interrompidos pelo remate dos nichos, etc.

-As ordens arquitetónicas preferidas são as clássicas, nomeadamente a jónica e a coríntia, predominando esta última. O fuste é parcial ou totalmente canelado, por vezes com o terço inferior decorado com diamantes e/ou óvulos, grinaldas de frutos, cabecinhas de serafins, etc. Assiste-se ao aparecimento de elementos mais dinâmicos, nomeadamente consolas ornadas de grinaldas.

-Regista-se uma grande diversidade de soluções no ático, quer nos retábulos com composição única, quer nos exemplares de composição tripartida. Convém ainda destacar o uso de uma solução que veio a ter grande sucesso nos séculos seguintes: a de acompanhar o fecho da abóbada da capela através de arquivoltas plenas e concêntricas.

-A pintura figurativa continua a ser aplicada sobre painéis de madeira, passando gradualmente a usar-se sobre telas de cânhamo, possibilitando representações de grandes dimensões.

-O vocabulário decorativo preenche, não só os elementos arquitetónicos: pedestais, colunas, pilastras e entablamentos, mas também outros espaços disponíveis. Na maioria das situações mantêm-se os ornamentos inspirados nas gravuras ítalo-flamengas.

Protobarroco (c. 1620 - c. 1675)

Período que principia por volta de 1620 e que se prolonga no segundo e terceiro quartéis do século XVII. O impacto da postura triunfalista da Igreja Católica acentua-se na península ibérica, onde adquire características distintas dos restantes países europeus. A partir do reinado de D. Filipe III, evidenciam-se de forma sistemática novos princípios normativos, quer litúrgicos, quer artísticos, que não serão postos em causa pelos monarcas da Restauração, nem tão pouco na sequência do abrandamento de relações diplomáticas de Portugal com a

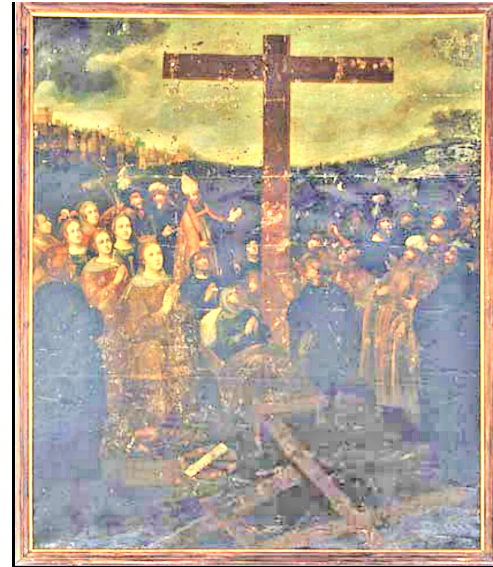


Rossas. Igreja paroquial.
Tábua pintada do retábulo-mor quinhentista.
Fonte Brandão, 1984, Est. XIV.

Santa Sé, ocorrido pouco depois.

Neste período, de grande relevância, surge uma das maiores inovações retabulares: o camarim ou tribuna, que preenche o centro da composição do retábulo-mor e que normalmente rompe o entablamento através de uma arquivolta plena. No seu interior é colocado um trono escalonado, expondo-se, em momentos específicos, uma custódia ou um ostensório com uma hóstia consagrada. No restante tempo, a boca do camarim estava coberta por uma tela amovível com a representação pictórica do orago ou com cortinas de tecido, que eram retiradas nas cerimónias onde se promovia a exposição solene do Santíssimo Sacramento. Consequentemente, os retábulos com estas funções eram restritos aos templos de maior importância religiosa, nomeadamente as igrejas matrizes ou paroquiais.

Outro dos sinais de modernidade está relacionado com a preferência pelos retábulos devocionais a um só tema, com corpo único e um só tramo e que, por vezes, preenchem a totalidade do vão disponível, em substituição dos retábulos narrativos, com dois ou mais corpos e diversos tramos. Consequentemente, passam a ser os de maior aceitação da clientela, situação que nunca tinha ocorrido até então e no centro da composição evidencia-se um nicho emoldurado com a representação escultórica ou pictórica do orago. A título de exemplo mencionamos o da igreja paroquial de Vera Cruz – Portel, já inexistente, mandado executar nos meados do século XVII: *o altar-mor com um retábulo da Invenção da Cruz que novamente mandou fazer e dourar o dito balio e no meio dele está o sacrário com o Santíssimo Sacramento, também dourado de novo e de baixo do mesmo um pequeno nicho com sua porta e dentro dele uma relíquia do Apóstolo Santo André em uma caixinha de prata*¹⁹⁰ e os dois colaterais, na ermida de Santa Apolónia, em Malta – Vila do Conde (ver p. 143).



Vera Cruz de Marmelar.
Tábua pintada do retábulo-mor, dos meados do século XVII.
Fonte PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO, 2006, p.180.



Malta. Ermida de Santa Apolónia.
Retábulo colateral.
Foto SIPA 973988.

¹⁹⁰ PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO, 2006, p. 165.

Referimos ainda a primazia dada às representações escultóricas, por vezes, inseridas em nichos e o progressivo abandono dos painéis figurativos pintados.

Por fim, mencionamos a utilização do entalhe em médio relevo, integralmente dourado e policromado, que preenche a totalidade do retábulo, incluindo os elementos arquitetónicos. Interessante testemunho encontra-se na ermida de São Brás, em Belver, exemplar relicário que nunca chegou a ser dourado (ver p. 142).

Em relação aos materiais, a madeira mais abundante em cada região foi a de maior preferência. Pouca aceitação tiveram os retábulos de pedraria e os de pintura em *trompe l'oeil*.

Apresentamos, de seguida, algumas das características formais dos retábulos desta conjuntura:

-As plantas retas ou planas são as de maior aceitação, surgindo os primeiros exemplares com maior dinamismo.

-Predominam as colunas com brutescos no terço inferior e caneluras no resto do fuste ou então com o fuste integralmente revestido com ornatos vegetalistas. São, ainda, usadas consolas e quartelões. Só num único exemplo, no retábulo-mor da igreja do Espírito Santo, em Montoito

- Redondo (ver p. 146), se utilizam esculturas no lugar dos elementos arquitetónicos.

-O vocabulário decorativo adquire cada vez mais um carácter naturalista, onde prevalece a folhagem de acanto, em médio relevo, sendo complementado por cabecinhas de serafins.

Barroco Pleno¹⁹¹ (c. 1675 - c. 1711)

Período que corresponde *grosso modo* à época de D. Pedro II, primeiro como regente (1669 - 1683), depois como monarca (1683 -



Montoito. Igreja do Espírito Santo.
Pormenor do retábulo-mor.
Foto padre António Sanches.

¹⁹¹ Vulgarmente conhecido por Barroco Nacional.

1706). De realçar o ambiente de paz e de prosperidade decorrente do fim do conflito militar com a Espanha, do conseqüente reatamento das relações diplomáticas com a Santa Sé e da descoberta de importantes jazidas de ouro e de diamantes na região de Minas Gerais, no Brasil. Trata-se, sem qualquer dúvida, da conjuntura que conheceu maior aceitação, conforme se constata no catálogo apresentado na parte final do presente estudo.

O exemplar pioneiro pode ter sido o da capela-mor da igreja paroquial de São Pedro, na Sertã, ajustado em 1685¹⁹² (ver p. 147).

A principal inovação foi a utilização das colunas torsas com seis ou sete espiras totalmente revestidas por cachos de uvas, parras e fénix: *colunas salomónicas, todas revestidas de parra com seus cachos e pássaros entre a dita parra*¹⁹³ e, por vezes, meninos vindimando. Se na generalidade das situações foi utilizada a coluna torsa, é possível encontrar-se quartelões ou pilastras compósitas e pilastras com o fuste revestido por ornatos vegetalistas.

Outro elemento de grande relevância diz respeito à generalização de uma solução compositiva já ensaiada no ático de alguns retábulos da fase anterior, em que se utilizam arquivoltas plenas e concêntricas, cortadas transversalmente por aduelas. Agora são usados também arcos salomónicos, isto é, com espiras torsas e com ornamentação idêntica à das colunas¹⁹⁴. Esta solução não foi a única utilizada, recorrendo-se pontualmente a modelos retardatários, de composição unitária ou tripartida em que o ático assenta num entablamento contínuo. Ao centro, inscrito entre quartelões, evidencia-se uma edícula, incorporando pinturas ou representações figurativas em relevo escultórico, conforme se verifica



Rio Meão. Igreja paroquial.
Pormenor de retábulo colateral.
Foto padre Orlando de Sousa.

192 BRANDÃO, 1984, pp. 597 a 601.

193 BRANDÃO, 1984, p. 599.

194 (...) *os arcos que assentam sobre estas colunas e pilares serão também entalhados com seus serafins, repartidos com suas cartelas e tarjas* (BRANDÃO, 1984, p. 599).

nalguns retábulos laterais da igreja paroquial de Nossa Senhora do Ó, em Águas Santas – Maia (ver p. 150).

A outra inovação diz respeito ao vocabulário ornamental, tratado em médio ou alto-relevo, descrito na época por *talha crespa e relevante*. O ornato predominante era a folha de acanto, designado na documentação por *cardo*. Os espaços reservados à ornamentação eram preenchidos por flores diversas, frutos, meninos e anjinhos despídos ou com poucas vestes, sempre com carnação, animais (as fénixes eram as mais frequentes, cabeças de peixes, seres híbridos, etc.).

As tipologias mais utilizadas foram a de corpo único e um só tramo e a de corpo único e três tramos. De reduzida aceitação foi a dos arcos triunfais retabulares, aplicada em templos em que o frontispício da nave é integralmente preenchido por dois retábulos colaterais que se interligam entre si através do revestimento em talha das pilastras do arco triunfal e do espaço contíguo, como ocorre na igreja paroquial de Santa Comba, em Moura Morta – Peso da Régua, exemplar algo retardatário (ver p. 168).



Moura Morta. Igreja paroquial.
Pormenor do arco triunfal retabular.
Foto José Bernardo Carvalho.

Se, a larga maioria da clientela prefere a madeira entalhada, dourada e policromada, pontualmente assiste-se à utilização de materiais pétreos, nomeadamente no embasamento de alguns retábulos, situação que se verifica na mencionada capela-mor da igreja paroquial de São Pedro, na Sertã (ver p. 147).

Apresentamos, de seguida, as principais características dos retábulos desta fase:

-Predomínio de plantas dinâmicas, nomeadamente em perspetiva côncava.

-Os camarins ou tribunas deixam de estar associados aos retábulos onde se realiza a exposição solene do Santíssimo Sacramento e tendem a ser utilizados também nos exemplares relicários e nos devocionais a um ou mais temas.

-São empregues diversos elementos figurativos em relevo escultórico, quer nas mísulas e nos pedestais do embasamento, quer nos consolos do ático.

-A ornamentação expande-se por todos os espaços, numa atitude de *horror vacui*, pervertendo toda a composição.

-Assiste-se a uma tendência generalizada para os retábulos serem complementados por outras modalidades artísticas. De entre estas avultam a talha dourada, o azulejo figurativo azul e branco e a pintura de brutesco acântico. Nos exemplares em que mais se investiu no envolvimento dos fiéis, assiste-se ao preenchimento total do espaço disponível, as chamadas obras de arte total, quer em capelas-mores ou laterais, quer na totalidade dos templos. A aplicação simultânea destas manifestações artísticas surgiu como uma solução exclusivamente portuguesa, compensando a manutenção de soluções planimétricas retardatárias que, na maioria das situações, se manteve alheia às inovações da arquitetura barroca italiana.



Malta - Olmos. Igreja paroquial.
Pormenor do retábulo-mor.

Barroco Final¹⁹⁵ (c. 1711 - década de 1740)

Conjuntura artística que corresponde, *grosso modo*, ao longo reinado de D. João V, em que predomina nos retábulos um carácter

¹⁹⁵ Vulgarmente conhecido por Barroco Joanino.



Covilhã. Igreja de São João de Malta.
Pormenor do retábulo-mor.
Foto Museu de Arte Sacra - Covilhã.

cenográfico de luxo e ostentação, resultante de uma maior aproximação aos cânones oriundos de Roma. A partir de 1713, com o fim da participação portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha, inicia-se um período de paz e de grande prosperidade, impulsionado pelo enriquecimento provocado pelo ouro e pelos diamantes originários do Brasil.

Numa fase inicial, que às vezes se prolonga por uma ou duas décadas, as tradicionais colunas torsas mantêm a sua configuração formal, sendo na maioria das situações renovada a decoração, que passa a utilizar ornatos vegetalistas e flores diversas. Como testemunhos mencionamos dois retábulos-mores idênticos, muito provavelmente com o mesmo projeto ou risco, ambos localizados em igrejas paroquiais: no Crato (ver p. 170) e em Pontével - Cartaxo (ver p. 171).

A partir de 1727, predomina o uso de colunas torsas com o fuste espiralado, restringindo-se a ornamentação à garganta, que é percorrida por uma grinalda de flores, como ocorre no retábulo-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Assunção, em Barrô - Resende (ver p. 179). Como alternativa, com alguma aceitação, referimos o uso de quartelões, apontando-se como exemplo o retábulo-mor da igreja paroquial de Montoito - Redondo (ver p. 175).

Como opção minoritária, restrita à clientela mais próxima da corte preferia, são usados os retábulos *à romana* ou *à maneira de Roma*, isto é, de pedraria policroma, que tomavam por modelo os exemplares que se construía em Roma. Apresentam corpo único e um só tramo, inserindo-se o intercolúnio entre duas colunas, uma de cada lado ou então entre colunas duplas. Interessante testemunho é o retábulo-mor da igreja paroquial de São João Baptista, em Campo Maior, patrocinado pelo rei D. João V. Enquanto a representação escultórica do orago se encontra no interior de um nicho existente no banco, a boca do camarim era preenchida por uma tela pintada, apesar de atualmente ter sido retirada (ver p. 173).



Campo Maior. Igreja paroquial de São João Baptista.
Pormenor do retábulo-mor.
Foto João Custódio - Município de Campo Maior.

Apresentamos, de seguida, as principais características formais dos retábulos desta conjuntura artística, nomeadamente as que foram mais inovadoras:

-As plantas tendem a ser cada vez mais dinâmicas, maioritariamente em perspetiva côncava.

-São aplicados dosséis com sanefas, alguns com cortinas repuxadas por meninos ou anjinhos, quer no remate do camarim ou do nicho central, quer nas ilhargas ou nos tramos laterais, sendo frequentes as expressões: *nichos com cúpulas ao moderno, com suas cortinas, de madeira; nichos em forma de pavilhão, cortinas com dossel, etc.*

-O ático desempenha um papel compositivo fundamental. Em certos exemplares surge como o principal elemento inovador, sendo empregues segmentos de frontões curvos, alguns sustentando figuras de anjos em alto-relevo; dosséis, volutas, festões, elementos vegetalistas, etc.

Pontével. Igreja paroquial.
Ático do retábulo-mor.
Foto Marques Wedding.



-São usados com frequência elementos figurativos em alto-relevo (atlantes, meninos hercúleos, anjos, querubins, serafins, meninos, etc.), sobretudo no embasamento e no ático, conforme se verifica no retábulo-mor da igreja paroquial de São Miguel, na Maia, apesar de todos eles se encontrarem indevidamente dourados (ver p. 174).

-A ornamentação continua a ser tratada preferencialmente em relevo (em alto, médio ou pequeno relevo ou *baixinha*) e a invadir todos os espaços disponíveis.

-O vocabulário decorativo apresenta duas facetas diferentes: uma, de origem italiana, em grande parte já aclimatizada no nosso país na fase anterior; a outra, mais inovadora e próxima da Regência francesa. De entre os ornatos mais usuais na Regência destacamos as cabeças coroadas com plumas, palmetas, faixas de arabescos, elementos de expressão gráfica, ornatos sinuosos e leves, etc.

-O predomínio da aplicação do douramento, complementado por alguma policromia, pela carnação e pelo estofado.

-Mantém-se a tendência generalizada para os retábulos serem complementados por outras modalidades artísticas, como se verifica na capela-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Purificação, em Pontével – Cartaxo (ver p. 171).



Cércio. Igreja paroquial. Sacrário.
Foto padre António Augusto Pires.

Tardobarroco e Rococó (década de 1740 - década de 1790)

Período que principia na cidade de Lisboa, na década de 1740, fortemente condicionado pela drástica diminuição de recursos financeiros, deixando praticamente de se receber ouro e diamantes do Brasil. Coexistem duas opções estéticas diferentes: o Tardobarroco e o Rococó, que acabam por se influenciar mutuamente.

Apesar de os retábulos *à romana* ou *à maneira de Roma* terem sido minoritários na fase anterior, restringindo-se a sua aceitação a algumas elites lideradas pelo rei D. João V, a partir dos meados de Setecentos afirmam-se gradualmente, estando na origem do Tardobarroco. Na sua larga maioria deixam de ser de pedraria policroma, de elevado custo, passando a ser de madeira ou de alvenaria estucada fingindo pedraria. Esta opção teve maior aceitação no priorado do Crato, apontando-se como testemunhos o retábulo-mor da igreja paroquial de Belver, ajustado em 1748 (ver p. 180) e o da capela das Almas, na igreja paroquial de São Sebastião, em Cernache do Bonjardim – Sertã, cujo pároco, nas *Memórias Paroquiais* de 1758, diz que foi *feito primoro-*

samente, à romana¹⁹⁶ (ver p. 186).

O Rococó, de origem francesa, apresenta como ornamento inovador os concheados ou rocalhas, continuando a ser predominantemente entalhados e dourados e como tal de maiores encargos financeiros. Como testemunho mencionamos o retábulo-mor do santuário de Nossa Senhora do Viso, na freguesia de Fontes – Santa Marta de Penaguião (ver p. 189).

As crescentes dificuldades económicas e a consequente opção da corte pelos valores do Tardobarroco acabaram gradualmente por se impor em todos os locais, apesar de alguma resistência, cada vez mais pontual dos adeptos do Rococó. Deste modo terminava um longo e interessante ciclo, estreitamente associado ao Barroco.

Apresentamos, de seguida, as principais características formais, nomeadamente as que foram mais inovadoras:

-As plantas denotam grande dinamismo, como nunca até então tinha ocorrido. Nalguns casos, utilizam-se superfícies curvilíneas, quer côncavas, quer convexas. Noutros prefere-se acentuar a angulosidade dos elementos arquitetónicos, que são colocados de viés.

-A aplicação de uma grande diversidade de elementos arquitetónicos: colunas torsas ornamentadas por uma grinalda de flores na garganta do fuste, com ou sem o terço inferior diferenciado; colunas clássicas de fuste liso, por vezes adossadas com diferentes ornatos, incluindo concheados; colunas e pilastras compósitas, quartelões, pilares-estípites, etc.

-Desenvolve-se a tendência para recorrer à pintura figurativa de painéis, que tanto é empregue nos exemplares de pedraria como nos de madeira entalhada.

-O uso de soluções diversificadas no ático, desde composições definidas por elementos arquitetónicos clássicos a outras bastante



Viso. Santuário de Nossa Senhora.
Pormenor do retábulo-mor.
Foto Município de Santa Marta de Penaguião.

196 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 969; S. SALDANHA, 2020, p. 179.

mais elaboradas.

-Os elementos figurativos são pouco empregues, restringindo-se a figuras de anjos, a Virtudes e a cabecinhas de serafins.

-Se, em muitos exemplares, os ornatos em talha são desvalorizados, nos que adotam mais fielmente o Rococó, o vocabulário ornamental

assenta sobretudo nos concheados ou rocalhas fantasistas e assimétricas. Usam-se também linhas sinuosas e formas auriculares, ornatos vegetalistas estilizados, flores diversas, etc.

-O douramento continua a ser usado, restringindo-se, por vezes, a sua utilização a alguns ornatos em relevo escultórico.

Em muitos retábulos é aplicada pintura a fingir pedraria, como se constata na escritura do ajuste do retábulo-mor da igreja paroquial de São Pedro da Silva – Miranda do Douro, mandado executar em 1785. Numa das cláusulas é dito que *todo o papo de rola da cornija será de pedra mármore com veios azuis e todos os lisos da mais obra serão de várias pedras fingidas de todas cores, tudo burnido, repartidos à eleição do artífice*¹⁹⁷.

-Mantém-se a tendência generalizada para os retábulos serem complementados por outras modalidades artísticas.

Fontes. Igreja paroquial. Retábulo-mor.
Foto Município de Santa Marta de Penaguião.

Neoclassicismo e Romantismos (finais da década de 1780 – 1834)

No curto período que decorre entre os finais da década de 1780 e a queda do Antigo Regime, em 1834, a Ordem de Malta é incorporada na Casa do Infantado em 1790 e extinta com a implantação do Liberalismo e a eliminação das Ordens Militares e Religiosas.

A par do Neoclassicismo, de muito pouca aceitação, assisti-

¹⁹⁷ MOURINHO JÚNIOR, 1984, p. 140.

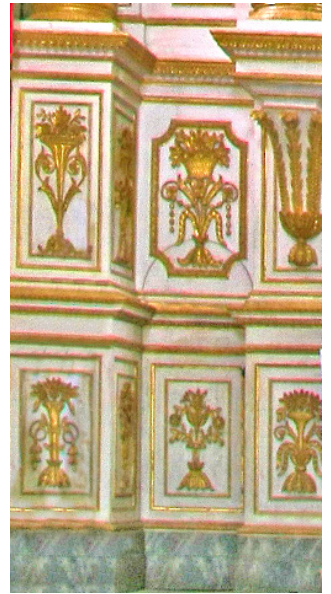
mos à manutenção das normas de contenção e sobriedade defendidas nas décadas anteriores pelos adeptos do Tardobarroco.

As diferentes opções estéticas acompanharam a profunda alteração de valores que se instalou na sociedade. As irmandades perderam adeptos: *a mundividência subjacente a esta transformação gradual de atitudes coincide com o período de difusão das ideias iluministas que se acentua na viragem do século e no decurso da experiência liberal de 1820 - 1823. Sob o impacto das novas ideias, sobem de tom as críticas aos excessos de uma prática religiosa superficial, incapaz de potenciar os valores espiritualmente libertadores do Cristianismo. Os ventos da secularização, trazidos pelo movimento das Luzes, contagiam o campo moral e dos costumes e sedimentam, em nome da razão crítica, os primeiros ataques públicos à intolerância e ao rigorismo do clero conservador*¹⁹⁸.

A maioria dos retábulos então realizados são de pouca qualidade, delineados e executados na sua maioria por artífices de modestas qualificações.

A madeira continuou a ser o material de maior aceitação, quer fingindo pedraria policroma, quer revestida a branco de leite com ligeiras aplicações de ouro, como ocorre na igreja paroquial de São Faustino, em Gueifães - Maia (ver p. 198) e no santuário de Nossa Senhora do Castelo, em Mangualde (ver p. 199). Pontualmente recorre-se à pedraria e a outras matérias-primas de baixo custo (argamassas de cal e areia, estuque, etc.). Interessante testemunho desta última situação é o retábulo-mor da igreja paroquial de São João, em Castelo de Vide.

As tipologias de maior aceitação foram a de corpo único e um só tramo, podendo o intercolúnio inscrever-se entre dois ou mais elementos arquitetónicos e a de composição tripartida, em que cada



Mangualde. Igreja de Nossa Senhora do Castelo. Pormenor do retábulo-mor. Foto Vítor Oliveira.



Castelo de Vide. Igreja paroquial de São João Baptista. Pormenor do retábulo-mor. Foto Manuel Isaac Correia.

¹⁹⁸ A. ARAÚJO, 1997, p. 341.

tramo é ladeado por duas colunas ou pilastras, uma de cada lado.

Apresentamos algumas das características principais deste período:

- As plantas de maior aceitação continuaram a ser planas ou retas.
- O predomínio de estruturas lineares e de grande contenção e sobriedade, mantendo-se por vezes alguns elementos compositivos das épocas anteriores, designadamente os camarins preenchidos com troncos escalonados, na sua maioria destinados à exposição solene do Santíssimo Sacramento. A título de exemplo mencionamos o retábulo-mor da igreja paroquial de São Tiago, em Portalegre (ver p. 194).
- Nos retábulos historicistas, os elementos arquitetónicos usados obedecem ao formulário que lhes serve de referência. Nos restantes predominam as ordens clássicas.
- O vocabulário ornamental, de desenho fino e leve, é usado pontualmente, restringindo-se a alguns ornatos vegetalistas, grinaldas, vasos de flores, urnas, etc.



Portalegre. Igreja paroquial de São Tiago.
Pormenor do retábulo-mor.
Foto Manuel Isaac Correia.

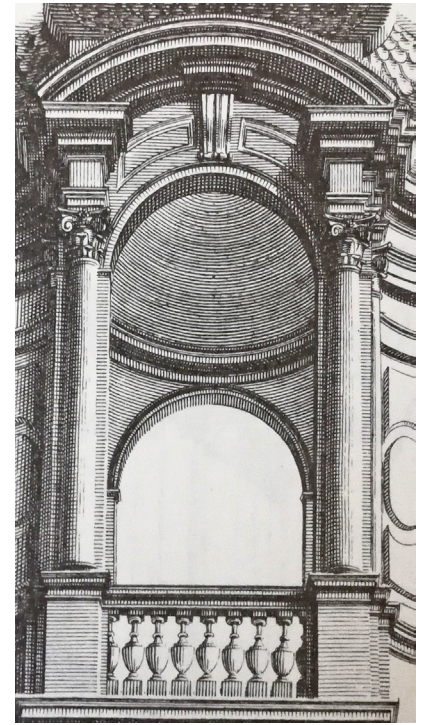
Filiação artística

Atendendo à reduzida dimensão do nosso país e ao papel hegemónico de Lisboa como principal centro urbano do reino e sede da corte e da generalidade das Ordens religiosas, com facilidade entendemos a importância desta cidade na receção periódica das inovações litúrgicas e artísticas provenientes de Roma e de outras cidades europeias, através da vinda de profissionais desses países chamados pela corte ou por altos dignitários¹⁹⁹, do regresso de diplomatas e de artistas portugueses que estagiaram no estrangeiro, da importação de tratados, de coleções de gravuras, de missais e outros livros religiosos, etc.

Essas novidades eram posteriormente reformuladas na corte, destacando-se nesta matéria a intervenção contínua dos vários arquitetos régios, alguns dos quais ao serviço do grão-priorado do Crato, engenheiros militares e clérigos mais eruditos, por vezes enviados em comissões de serviço para diferentes localidades. A partir da cidade de Lisboa espalhavam-se progressivamente pelas diversas províncias, das mais próximas às mais longínquas, registando-se ritmos diferentes, diretamente relacionados com o perfil cultural da clientela e com a cultura artística dos profissionais envolvidos.

À medida que as inovações chegavam às diferentes regiões, progressivamente iam servindo de referência a outros retábulos, quer na mesma localidade, quer noutras mais afastadas.

Consequentemente, parece-nos não ter existido soluções regionais relevantes, mas sim uma unidade nacional, assente num normativo, naturalmente com algumas especificidades de entalhe ou então com soluções pontuais, restritas a algumas oficinas, como veremos adiante.



Tratado de Andrea Pozzo.
Pormenor de uma gravura.



Gavião. Igreja paroquial.
Pormenor do ático do retábulo-mor.
Foto Manuel Isaac Correia.

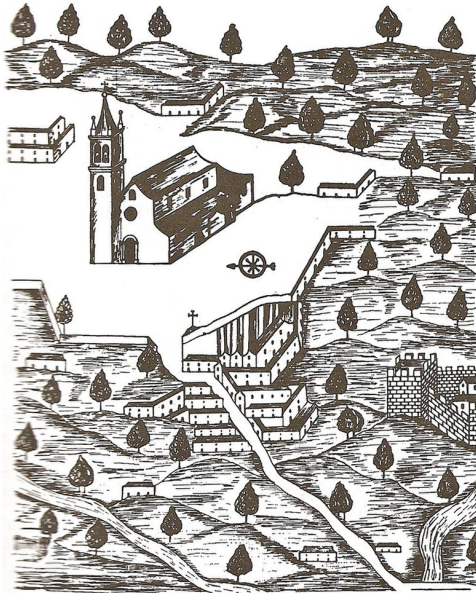
¹⁹⁹ Como exceções apontamos a vinda para outras localidades de Carlos Gimac e posteriormente de Nicolau Nasoni, ambos vindos de Malta. O primeiro chamado pelo bailio de Leça, António de Sousa Montenegro e o segundo pelo administrador da baliagem de Leça e deão da sé do Porto, D. Jerónimo de Távora e Noronha. Quer um, quer outro, pouca ou nenhuma inovação trouxeram no campo da retabulística.

Na totalidade das comendas administradas pela Ordem de Malta, constatamos duas realidades diferentes.

No priorado do Crato há uma certa coesão resultante do responsável pela encomenda ser comum, o grão-prior, tratando-se normalmente de um filho segundogénito do rei, que tinha jurisdição espiritual e temporal sobre treze vilas²⁰⁰, incluindo alguns pequenos templos existentes nesses concelhos e ainda o direito de apresentação de algumas igrejas localizadas em diferentes bispados²⁰¹. Este infante contava com um arquiteto régio ao seu serviço, morador na cidade de Lisboa, que assistia às diferentes necessidades dos diversos equipamentos do priorado, incluindo a feitura de projetos ou riscos para retábulos. Na maioria das situações, o entalhe, a pintura figurativa e o douramento dos altares eram executados por profissionais originários de Lisboa, como se constata nos seguintes testemunhos documentais:

-José Antunes, reputado mestre entalhador e debuxador, de janeiro a março de 1700, recebe a elevada quantia de 300\$000 réis por ter executado o, já desaparecido, retábulo principal da igreja conventual de São João da Penitência, de religiosas maltesas, em Estremoz²⁰².

-Manuel da Costa Negreiros, *arquiteto da religião de Malta*, em 1748, concebe as plantas para seis retábulos de igrejas do priorado do Crato (Nossa Senhora da Assunção, na vila de Gavião, Nossa Senhora da Graça em Envendos - Mação, São João Baptista, em Carvoeiro - Mação, Nossa Senhora da Visitação, em Belver - Gavião, Santo António, no lugar de Marmeleiro - Sertã e São Vicente, na aldeia de Troviscal - Sertã), cujo entalhe e pintura figurativa dos painéis são assumidos, a 13 de março do dito ano pelos mestres entalhadores



Sertã. Gravura executada pelo arquiteto do priorado do Crato, Pedro Nunes Tinoco.

200 Álvaro, Amieira, Belver, Carvoeiro, Crato, Envendos, Gáfete, Gavião, Oleiros, Pedrogão Pequeno, Proença-a-Nova, Sertã e Tolosa (CASTRO, 1763, 2, pp. 40 e 41.

201 Por exemplo, no de Portalegre: São Tiago e Santa Maria, em Marvão; São João, em Castelo de Vide e São Martinho e São Tiago, em Portalegre.

202 FERREIRA, 2009, 2, p. 520.

Matias José de Faria e Jorge Soares de Oliveira e pelo pintor José da costa Negreiros. Já o douramento é ajustado no ano seguinte por José Gonçalves Soares²⁰³.

-Em 1749, o mestre entalhador Caetano Rodrigues Gomes ajusta, no dia 13 de novembro de 1749, o entalhe do retábulo principal da igreja paroquial de Nossa Senhora dos Mártires, nos arredores do Crato²⁰⁴ (ver p. 182).

Nas restantes comendas, a responsabilidade pela escolha, quer do risco, quer dos entalhadores e douradores que deveriam executar os retábulos-mores e, por vezes, alguns colaterais, das igrejas paroquiais e das freguesias anexas é exclusivamente de cada comendador.

A preferência por profissionais sediados na cidade do Porto, constata-se nos seguintes exemplos:

-António Gomes e Domingos Nunes, prestigiados mestres entalhadores e debuxadores, ajustam no dia 1 de agosto de 1685, o entalhe do retábulo principal da igreja paroquial de São Pedro, na **Sertã** (ver p.147), tomando por modelo o retábulo que ambos tinham concebido e executado no ano anterior na igreja do colégio de São Bento, em Coimbra²⁰⁵.

-Dois anos depois, os mesmos profissionais assumem o entalhe do retábulo-mor da igreja paroquial de São Sebastião, em **Cernache do Bonjardim** – Sertã, tomando novamente por modelo o retábulo que ambos tinham executado na referida igreja do colégio de São Bento, em Coimbra²⁰⁶.

-No dia 4 de dezembro de 1702, os mestres entalhadores portuenses João da Fonseca e o seu irmão Manuel da Fonseca, assumem com o procurador do comendador de Rossas, Frossos e Rio Meão a feitura

203 BONIFÁCIO, 1990, pp. 360 a 364.

204 Informação cedida pelo Prof. Vítor Serrão.

205 BRANDÃO, 1984, pp. 597 a 601.

206 BRANDÃO, 1984, pp. 634 a 639.

de sete retábulos destinados às seguintes igrejas paroquiais: o da capela-mor (ver p. 40) e dois colaterais (ver p. 155) para **Rio Meão** – Vila da Feira, dois colaterais para São Pedro de **Maceda** (ver p. 132) e dois colaterais para São Martinho de **Arada**, estes últimos quatro no concelho de Ovar²⁰⁷.

-O pintor e arquiteto Nicolau Nasoni, em 1735, faz o risco do retábulo-mor da igreja de **São Mamede de Infesta**, em Matosinhos, cujo entalhe é assumido pelo mestre João de Oliveira Durão. Na opinião de Pinho Brandão este retábulo não foi executado²⁰⁸.

-A 31 de agosto de 1751, o mestre entalhador Francisco Correia Carneiro ajusta com o procurador do balio de Leça, a feitura do retábulo-mor, já inexistente, da igreja paroquial de São Faustino, em **Gueifães** – Maia, pela quantia de 90\$000 réis, apresentando como fiador um dos mais reputados mestres entalhadores portuenses, Manuel da Costa de Andrade. De assinalar que entre as cláusulas se afirma: *tudo com a perfeição moderna e estilo à Patriarcal*²⁰⁹.

Mencionamos ainda testemunhos do recurso a entalhadores sediados noutras localidades:

-O mestre entalhador António Rodrigues, com oficina aberta em **Macieira de Cambra**, no dia 21 de janeiro de 1703, assume com o procurador do comendador de Rossas – Arouca a feitura de dois modestos retábulos colaterais, pela quantia de 45\$000 réis, para a igreja paroquial de Santa Maria de Rossas, *os quais hão de ser feitos à salomónica (...) ao moderno*²¹⁰ (ver p. 78).

-Em 1787, José Fernandes Duarte, mestre entalhador com oficina aberta em São Martinho de **Angueira** – **Miranda do Douro**, *prático e inteligente na sua arte como tem mostrado nas muitas obras que tem feito*

207 BRANDÃO, 1985, pp. 148 a 154.

208 BRANDÃO, 1986, pp. 302 a 304 e 1987, p. 97.

209 BRANDÃO, 1987, pp. 42 a 46.

210 BRANDÃO, 1985, pp. 158 a 163.

nesta terra, ajusta a feitura de dois retábulos-mores de igrejas paroquiais: o de São Pedro da Silva – Miranda do Douro²¹¹ (ver p. 134) e o de São Joanino - Vimioso²¹² (ver p. 108).

-No dia 26 de janeiro de 1763, o reputado mestre entalhador e debuxador Sebastião de Abreu do Ó, com oficina aberta em Évora, assume a feitura do retábulo-mor, já inexistente, da igreja de São Martinho, na cidade de Portalegre²¹³.

Os retábulos concebidos e entalhados por profissionais mais competentes, maioritariamente sediados nos principais centros urbanos, a saber, em Lisboa, no Porto e em Évora, eram mais eruditos, no entanto, aqueles que dependiam de entalhadores menos atualizados e/ou com menor habilidade conjugam elementos inovadores com outros retardatários. São exemplos da primeira situação os retábulos-mores das igrejas paroquiais de Belver (ver p. 180) e da Maia (ver p. 174) e da segunda os altares-mores das igrejas paroquiais de Sernancelhe (ver p. 151) e do Algosó - Vimioso (ver p. 149). Estes dois últimos retábulos, de composição tripartida, apresentam uma solução muito pouco usual, resultante do facto de somente utilizarem um arco salomónico no remate do camarim e representações figurativas no topo dos tramos laterais.

Algosó. Igreja paroquial.
Pormenor do retábulo-mor.
Foto Manuel João - Município de Vimioso.



211 F. ALVES, 2000, 7, p. 215; MOURINHO JÚNIOR, 1984, p. 139.

212 MOURINHO JÚNIOR, 1984, p. 220; L. RODRIGUES, 2006, pp. 190 e 191.

213 A. BORGES, 2005, p. 161.

Materiais e técnicas

Até um retábulo ficar concluído passava por sucessivas etapas, nomeadamente o projeto, a execução e os acabamentos, nas quais eram empregues materiais e técnicas diferenciadas. Vejamos então como se desenvolvia este processo nos três momentos indicados.

Projeto

Como já referimos, o projeto de um retábulo era então designado por *risco*, *traça*, *debuxo*, *rascunho*, *amostra*, *borrão*, etc. Os projetos eram desenhados em folhas de papel, em formato

ligeiramente superior a A4 ou A3, respetivamente nos mais pequenos e nos maiores. Na sua maioria eram executados com tinta preta, só em casos restritos, se recorria a outras cores, designadamente o amarelo. Os projetos eram acompanhados, muitas vezes, por apontamentos escritos que especificavam as exigências do cliente. Vejamos um exemplo bastante elucidativo: na escritura de arrematação do retábulo-mor da igreja paroquial de São Joanico – Vimioso, ocorrida a 3 de novembro de 1787, são especificados os apontamentos: *Como esta capela há de ter de altura 24 palmos e 20 de largo, fará o mestre o seu retábulo que encha a dita altura e largura na forma seguinte: levará sobre o altar sua banquetta proporcionada e sobre ela seu banco entalhado e guarnecido com suas molduras correspondente; levará quatro colunas, duas por banda, com seus capitéis entalhados e tarja; levará seu caixilho guarnecendo a boca da tribuna; levará seu pilar entalhado pela boca da mesma*

tribuna; o soco das colunas subirá acima a despedir, guarnecido com sua moldura que faceje com o teto; levará sua sanefa faceando toda a obra; levará seu resplendor no remate da obra; passará a cornija de toda a obra em volta com seu ressaltado no meio; fará a tribuna com três bojos na forma ordinária, ficará o mestre livre dos carros precisos para a condução das



São Joanico. Igreja paroquial.
Retábulo-mor.
Fonte MOURINHO JÚNIOR, 1984, gravura 101.

*madeira*²¹⁴.

No caso dos retábulos de pedraria ou com fingimentos de pedraria policroma, o projeto podia ser acompanhado por uma listagem ou minuta das cores das pedras a utilizar.

Execução

Em relação à feitura de retábulos, a madeira foi a opção mais vulgar ao longo dos séculos. A preferência por este material justifica-se por vários fatores: a existência de matéria-prima a custos acessíveis, a formação de mão-de-obra experiente desde os meados do século XVI, a eficácia e o baixo preço dos profissionais e finalmente por opções estéticas.

Conforme se verifica na documentação, por exemplo na escritura de ajuste do retábulo-mor da igreja paroquial da Sertã, a madeira necessitava de estar em boas condições: *limpa e seca, sem nós nem podridão alguma (...) as madeiras sejam secas para que a dita obra não abra e abrindo por falta de não serem secas se obrigam eles mestres o conserto da dita obra*²¹⁵. Depois de adquirida, era conduzida para a oficina ou tenda do mestre ou então para as instalações cedidas pelo cliente, normalmente nas imediações do templo para onde se destinava o retábulo. Aí era cortada e preparada de acordo com o tipo de entalhe previamente definido, como se verifica nos seguintes exemplos:

-Em 1687, no ajuste do retábulo-mor da igreja paroquial de Cernache do Bonjardim – Sertã é declarado que *a varanda da tribuna será de talha vazada, com suas molduras por cima picadas*²¹⁶.

-Em 1703, na escritura notarial do ajuste dos retábulos colaterais da igreja paroquial de Santa Maria de Rossas – Arouca, numa das cláu-

²¹⁴ L. RODRIGUES, 2006, pp. 190 e 191.

²¹⁵ BRANDÃO, 1984, p. 600.

²¹⁶ BRANDÃO, 1984, p. 637.

sulas é mencionado: *a qual obra será entalhada, feita ao moderno e aberta ao valente, com o primor que a arte der lugar*²¹⁷.

-No ajuste do retábulo-mor da igreja paroquial de Gueifães – Maia, realizado em 1751, é declarado *que a talha será crespa e avultada*²¹⁸.

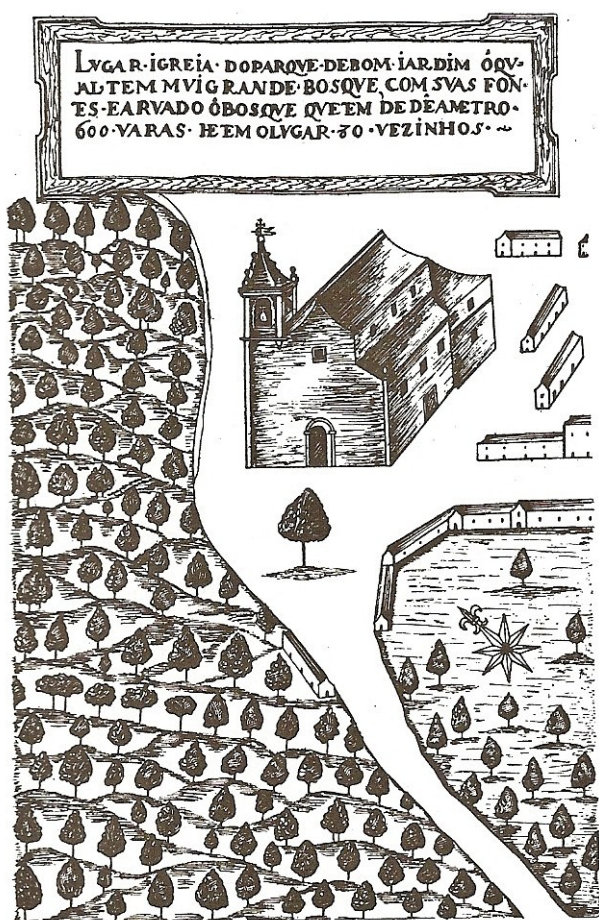
Depois de entalhadas as várias peças que compunham o retábulo, eram transportadas para o local de destino, como se verifica no compromisso assumido, em 1685, pelos mestres António Gomes e Domingos Nunes, com oficina aberta na cidade do Porto, relativo à execução do retábulo-mor da mencionada igreja da Sertã: *se obrigam os ditos mestres a fazer esta dita obra e pô-la à sua custa na cidade de Coimbra (...)* e a condução dela de Coimbra *até à dita vila será por conta dos ditos moradores da dita vila*²¹⁹. Já no interior do templo, os diversos membros da oficina trabalhavam no encaixe ou ensamblagem das peças e na

montagem final.

Por vezes, no mesmo retábulo utilizavam-se madeiras distintas, reservando-se as de menor qualidade para os lugares de menos visibilidade.

Preferencialmente recorria-se às madeiras com maior abundância em cada região, predominando a de castanho (*castanea sativa*). Para a região centro sobressaía o *parque de Bonjardim, tapado em redondo, em circuito de meia légua, pouco mais ou menos e tem dentro uma grande mata de paus de castanho, pinho, carvalho e sobreiras, com cujas madeiras o sereníssimo senhor infante D. Pedro, atual administrador do dito priorado do Crato, manda fazer e refazer as igrejas*²²⁰.

Restrito foi o recurso a madeiras importadas, nomeadamente a de *bordo* (*acer pseudoplatanus*), originária da



Cernache do Bonjardim. Gravura executada pelo arquiteto do priorado do Crato, Pedro Nunes Tinoco.

217 BRANDÃO, 1985, p. 160.

218 BRANDÃO, 1987, p. 44.

219 BRANDÃO, 1984, p. 600.

220 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 967.

Flandres.

Vejamos dois testemunhos documentais da utilização de diferentes tipos de madeira. De castanho era o retábulo-mor, ajustado em 1751, da igreja paroquial de Gueifães – Maia²²¹. Em 1748, os mestres entalhadores Matias José de Faria e Jorge Soares de Oliveira, com oficina aberta em Lisboa, ajustam a feitura de seis retábulos de bordo para as seguintes igrejas paroquiais do priorado do Crato: Belver – Gavião, Carvoeiro – Mação, Envendos – Mação, Gavião, Marmeleiro – Sertã e Troviscal - Sertã²²².

A partir do segundo quartel do século XVII, com o Protobarroco, começa um longo período que se prolonga até meados do século XVIII, em que os retábulos são predominantemente entalhados, dourados e policromados. Interessante exemplo é o retábulo-mor da igreja do Espírito Santo, em Montoito – Redondo (ver p. 146).

A utilização de materiais pétreos (mármore, calcários, granitos, etc.) na feitura de retábulos foi sempre menor, pois o seu custo era mais elevado, não só pela raridade das matérias-primas, mas também devido ao reduzido número de profissionais competentes. No século XVII, raramente foram utilizados, no entanto, a partir da construção da capela-mor da sé de Évora e da basílica de Mafra o seu número começou a ser maior, particularmente no Alto Alentejo, como se verifica na igreja paroquial de São João Baptista, em Campo Maior (ver p. 173) e no passo processional anexo ao convento das maltesas, em Estremoz (ver p. 185).

Se nos finais do século XV, princípios do XVI, era relativamente frequente a utilização de pintura mural fingindo ou não composições retabulares, como se vê na parede fundeira da capela-mor da igreja



Sarzeda. Igreja paroquial. Pintura mural, parcialmente visível nas traseiras do retábulo-mor de talha dourada. Foto Joaquim Inácio Caetano.

221 BRANDÃO, 1987, p. 44.

222 BONIFÁCIO, 1990, 2, pp. 360 a 364.



Estremoz. Convento de São João Baptista, de religiosas maltesas. Capela do Senhor dos Passos.
Fonte Arquivo fotográfico do município de Évora.

paroquial de Santa Luzia, em Sarzeda - Sernancelhe (ver p. 10) e na da igreja paroquial de Nossa Senhora da Assunção, em Travanca - Mogadouro, a partir do Protobarroco, isto é, do segundo quartel de Seiscentos, diminuiu drasticamente esta opção.

O uso de alvenaria estucada teve pouca aplicação, estando associada à vinda para o nosso país de profissionais italianos e suíços, que se fixaram em Portugal, aqui formando discípulos. São testemunhos os que se encontram nas capelas-mores das igrejas paroquiais de Vera Cruz de Marmelar - Portel e o de São João Baptista, em Castelo de Vide (ver p. 192).

Convém referir a utilização simultânea de diferentes materiais:
-Retábulos de pedraria com trono e sacrário de madeira entalhada, dourada e pintada. Para exemplificar mencionamos o retábulo-mor proveniente da igreja de São Brás e Santa Luzia, em Lisboa (ver p. 193).

-Retábulos de madeira entalhada com embasamentos de pedraria, designadamente o da capela-mor da igreja de São Pedro, na Sertã (ver p. 147) ou então de madeira pintada a fingir embutidos policromos, por exemplo o da igreja paroquial de Nossa Senhora da Purificação, em Pontével - Cartaxo.

-Frontais da mesa do altar revestidos de azulejos; de pedraria com pintura mural, como ocorre nos altares colaterais da igreja paroquial de São João Baptista, em Sernancelhe; com têxteis, por exemplo na



Pontével. Igreja paroquial.
Embasamento do retábulo-mor.
SIPA 148762.



Sernancelhe. Igreja paroquial. Frontal de altar.
Fonte C. AZEVEDO, 2012, p.110.

capela-mor da igreja paroquial de Oriola – Portel (ver p. 172), muitas vezes mudando de cor, consoante o tempo litúrgico; em prata, como o que existia na ousia do santuário de Nossa Senhora do Viso, em Fontes – Santa Marta de Penaguião, assim descrito em 1716: *tem também um frontal da mesma prata batida, coisa muito preciosa em custo e feitio*²²³.

Acabamento

Após o assentamento do retábulo no local destinado, tornava-se necessário complementá-lo com outras intervenções, a maior parte das quais executadas por profissionais com uma formação diferente. Por vezes, havia necessidade de esperar algumas décadas e só então as disponibilidades financeiras permitiam a sua conclusão. Por vicissitudes diversas, há retábulos aos quais não chegaram a ser aplicados esses complementos, como o da ermida de São Brás, em Belver – Gavião (ver p. 142).

Excetuando os retábulos de pedraria, cujo polimento estava a cargo dos mesmos oficiais que os executavam e assentavam, nos restantes recorria-se aos pintores e douradores. Estes assumiam com o cliente um novo contrato, onde se especificava o preço, as modalidades de pagamento, os prazos a cumprir e as tarefas a realizar.

Entre as técnicas prediletas da clientela mencionamos o douramento, mais frequente nos séculos XVI, XVII e na primeira metade do XVIII. Nas palavras da Prof.^a Natália, *este não era unicamente a última fase pela qual passavam os retábulos (...) era a expressão mais eloquente de que se revestia a mística do ouro. Cor por excelência ligada a Deus, a sua profusão, ainda que buscando uma manifestação de majestade e magnificência, deverá antes de tudo ser entendida como um dos processos mais*

²²³ SANTA MARIA, 1716, p. 132.



Crato. Igreja matriz.
Retábulo do Senhor dos Passos.
Foto Patrícia Monteiro.

*convincentes para a atração sensitiva do crente*²²⁴. O douramento era completado por outras práticas, sendo as mais usuais o estofado e a carnação, como se atesta no contrato, realizado em 1715, respeitante ao douramento dos retábulos colaterais da igreja paroquial de Santa Maria, em Rossas – Arouca: *serão aparelhados para ouro brunido, com todas as mãos de tintas necessárias para que a dita obra fique com segurança e serão os ditos dois retábulos feitos e dourados, de ouro subido, agomado todos os altos e levantados da dita obra e os baixos das ditas obras serão feitos de azul de esmalte, todos os pássaros e serafins que tiver a dita obra serão dourados e estofados de cores alegres e as caras dos serafins serão encarnadas a polimento e alguns respaldos lisos que tiver a dita obra serão feitos de alcachofras de ouro e azul*²²⁵.

Em relação à feitura dos cadernos de ouro, estes eram fabricados pelos bate-folhas, na maioria dos casos sediados nos grandes centros urbanos, a saber, Lisboa e Porto. Se nos séculos XVI e XVII o ouro era obtido em África, nomeadamente em São Jorge da Mina, a partir dos finais de Seiscentos o grande fornecedor passa a ser a região brasileira de Minas Gerais.

No que concerne aos fingimentos de pedraria, esta técnica torna-se mais frequente a partir da década de 1740, tendo sido aplicada maioritariamente em retábulos de madeira. Vejamos alguns testemunhos documentais:

-Na escritura de ajuste da pintura de vários retábulos para igrejas do priorado do Crato, ocorrida a 27 de outubro de 1749, o mestre pintor lisboeta José Gonçalves Soares compromete-se *a pintar os tais retábulos e mais obras de pedras fingidas a óleo com as cores que determinar o arquiteto Manuel da Costa Negreiros, que fez as plantas*²²⁶.

-Nas Memórias Paroquiais de 1758, o pároco da igreja paroquial de Santa

224 FERREIRA ALVES, 1989, 1, p. 183.

225 BRANDÃO, 1985, p. 444.

226 BONIFÁCIO, 1990, 2, pp. 364 e 365.

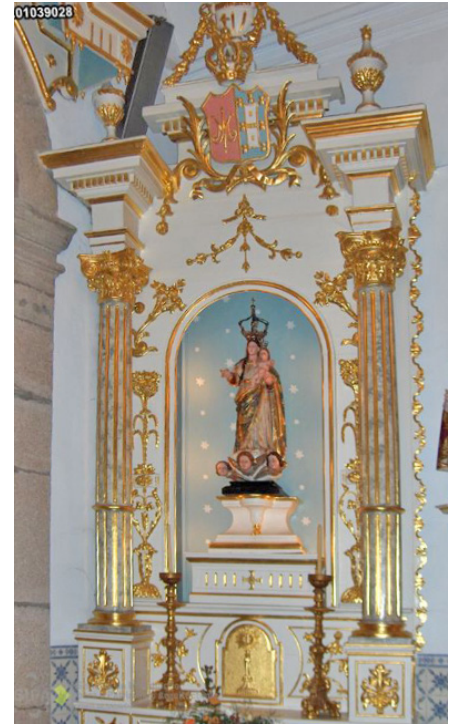
Maria, em Veade – Celorico de Basto, ao mencionar os diversos altares, refere que: *o do Senhor da Boa Morte, que se acha em um túmulo de madeira bem dourado por dentro e por fora jaspeado em mármore*²²⁷.

-No ajuste do retábulo-mor da igreja paroquial de São Pedro da Silva – Miranda do Douro, mandado executar em 1785, numa das cláusulas é dito que *todo o papo de rola da cornija será de pedra mármore com veios azuis e todos os lisos da mais obra serão de várias pedras fingidas de todas cores, tudo burnido, repartidos à eleição do artífice*²²⁸.

A opção pela pintura a branco e ouro tornou-se relativamente frequente no século XIX, conforme se verifica no retábulo-mor (ver p. 198) e nos colaterais da igreja paroquial de São Faustino, em Gueifães – Maia.

Em certos templos de maior prestígio verificamos que os retábulos e os sacrários eram adornados e protegidos do pó por cortinas e sanefas de tecidos diversos. A título de exemplo mencionamos o que referem os medidores da igreja paroquial de São João Baptista, em Sernancelhe, em 1755: *tem na capela-mor uma tribuna com seu retábulo, tudo dourado e na mesma tribuna tem o sacrário em que está o Santíssimo Sacramento e à porta do mesmo sacrário uma bandeira de damasco roxo de uma banda e da outra de damasco vermelho e de uma parte e outra com a cruz de Malta*²²⁹.

Referimos ainda que muitos retábulos foram complementados nos espaços contíguos por outras modalidades artísticas, a saber, a talha dourada, a azulejaria, a pintura de cavalete, a pintura ornamental, revestimentos pétreos, etc., contribuindo nos casos de maior empenhamento da clientela para a criação de obras de grande efeito cenográfico. Estas obras de arte total tiveram maior aceitação



Gueifães. Igreja paroquial.
Retábulo colateral.
Foto SIPA 1039028.

227 DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 623.

228 MOURINHO JÚNIOR, 1984, p. 140.

229 C. AZEVEDO, 2012, p. 78.

a partir do Protobarroco, ocasião em que se começam a preencher de forma sistemática a maior parte ou mesmo a totalidade dos espaços disponíveis, numa atitude de *horror vacui*, em que se pretendia estimular a adesão da população aos valores do Catolicismo: *tanto para a grandeza da (...) capela, quanto para incitar os ânimos dos fiéis a maior devoção*. Entre múltiplos testemunhos, de grande relevância artística, referimos algumas capelas-mores de igrejas paroquiais: Santiago de Fontes – Santa Marta de Penaguião (ver p. 190), Nossa Senhora da Conceição, em Oleiros (ver p. 163), Nossa Senhora da Purificação, em Pontével – Cartaxo (ver p. 171), São Miguel, em Gandra – Paredes (ver p. 154), etc.



Oleiros. Igreja paroquial. Capela-mor.
Foto Município de Oleiros.

Produção artística

Antes de um retábulo ser consagrado, era necessário realizar várias tarefas, como veremos de seguida.

Obtenção do projeto

Os responsáveis pela encomenda de um retábulo iniciavam a sua intervenção, obtendo um ou mais projetos, incluindo por vezes pormenores de alguns dos seus elementos, para poder seleccionar o que mais lhes agradasse. Naturalmente os comendadores mais esclarecidos e com maiores recursos financeiros solicitavam a participação dos profissionais mais credenciados na região, recorrendo o administrador do priorado do Crato sistematicamente ao arquiteto da Ordem de Malta. Apontamos como exemplos, respetivamente, *a planta feita por Nicolau Nasoni*²³⁰, em 1735, para o retábulo-mor da igreja paroquial de São Mamede de Infesta – Matosinhos e *as plantas (...) feitas e assinadas pelo arquiteto da religião de Malta Manuel da Costa Negreiros*²³¹, em 1748, para seis retábulos de igrejas do priorado do Crato.



Nicolau Nasoni (f. 1773).

Em determinados casos, limitavam-se a tomar por modelo um retábulo preexistente noutro templo, como se constata nas duas seguintes escrituras notariais: na primeira, realizada em 1685, os mestres portuenses comprometem-se a executar o retábulo-mor da igreja paroquial da Sertã *na forma da traça e retábulo que fizeram na capela-mor do colégio de São Bento da cidade de Coimbra*²³². Na segunda, os mesmos profissionais assumem, dois anos depois, a execução do retábulo-mor da igreja paroquial de Cernache do Bonjardim *na forma e traça do retábulo que fizeram na capela-mor do colégio de São Bento*

230 BRANDÃO, 1986, pp. 302 a 304 e 1987, p. 97.

231 BONIFÁCIO, 1990, 2, p. 361.

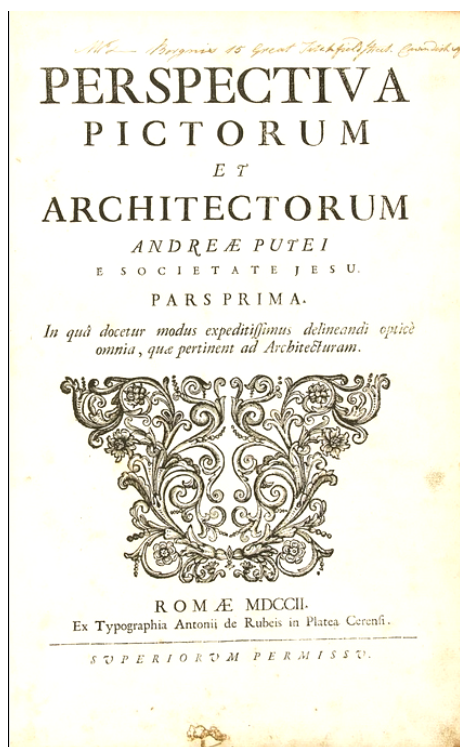
232 BRANDÃO, 1984, p. 598.

da cidade de Coimbra, que é a mesma traça da que fizeram para a vila da Sertã²³³.

Aliás a semelhança compositiva de vários retábulos-mores mostra claramente a utilização do mesmo projeto. Entre vários testemunhos indicamos o de São João Baptista, em Pedrógão Pequeno – Sertã (ver p. 161), o de São Simão, no Nesperal – Sertã (ver p. 162), o de Nossa Senhora da Conceição, em Oleiros (ver p. 163) e o de São João Baptista, em Gáfete²³⁴ – Crato ou então o de Nossa Senhora da Conceição, no Crato (ver p. 170), o de Nossa Senhora da Purificação, em Pontével – Cartaxo (ver p. 171) e o de Santiago Maior, na Amieira – Nisa.

Em relação ao perfil dos artistas que concebiam os projetos dos retábulos, verificamos três situações diferentes: os que tinham uma formação especializada (arquitetos e alguns mestres das obras reais); os *curiosos*, isto é, todos aqueles que tinham uma formação não especializada, designadamente clérigos e alguns nobres e finalmente os que adquiriam conhecimentos através do velho sistema corporativo (os mestres ou *mecânicos*), nomeadamente os mestres mais conceituados de algumas oficinas de pedraria, de talha, de escultura, de pintura, de ourivesaria, etc.

Independentemente da sua formação, os artistas que concebiam riscos de retábulos tinham em sua casa vários projetos, quer de obras suas, quer extraídas de espécimes que copiavam, assim como um ou outro tratado, estampas e gravuras avulsas. Entre outros exemplos referimos que na biblioteca do arquiteto da Ordem de Malta, Mateus Vicente de Oliveira, morador em Lisboa, falecido em 1785, havia diversas obras, a saber, *A Architettura Francesa*, *Perspectiva Pictorum* de Andrea Pozzo, *Artefactos simétricos*



Perspectiva Pictorum et Architectorum de Andrea Pozzo.

²³³ BRANDÃO, 1984, p. 636.

²³⁴ Em data posterior foram retiradas duas colunas para incluir dois nichos com imagens de vulto perfeito.

e geométricos (...) do padre Inácio da Piedade de Vasconcelos, *O engenheiro português* de Manuel de Azevedo Fortes, *um caderno em pergaminho de várias estampas*, etc²³⁵.

Escolha do projeto

Nos casos em que os responsáveis solicitavam mais de um projeto para um retábulo, a etapa seguinte era a sua seleção, escolhendo-se o de maior agrado. Menos frequente era escolher-se para o mesmo retábulo as propostas de dois artistas diferentes.

Em determinadas situações, os responsáveis solicitavam o parecer a um ou mais peritos, que os aconselhavam e, por vezes, propunham alterações.

Escolha da oficina

Depois do projeto aprovado, procurava-se uma oficina para executar o retábulo. Normalmente marcava-se uma data e um local para a arrematação das propostas. Para mais fácil conhecimento dos eventuais interessados colocavam-se editais à porta dos templos mais concorridos e, por vezes, apregoava-se em determinados locais com maior afluência da população. Após a consulta do risco e, nalguns casos, dos respetivos apontamentos, texto complementar que explicava o projeto, cada mestre ou o seu representante comparecia no dia afixado e apresentava o melhor preço, num ou mais lances, ganhando normalmente quem lançasse a melhor proposta.

Em determinadas situações, não havia qualquer concurso ou no caso de se realizar não se optava pela proposta mais barata.

Depois de ajustadas oralmente as várias cláusulas, escolhia-se frequentemente um notário para escrever o contrato no *Livro de*

²³⁵ QUEIROZ, 2013, pp. 44 a 50.

Notas. Após a presença de todos os interessados, incluindo normalmente um ou mais fiadores do mestre que ajustava a obra e de várias testemunhas lia-se a escritura, assinando todos no fim. Também o projeto era assinado pelo cliente e pelo mestre que assumia a sua execução, para no fim servir de referência aos profissionais encarregues da vistoria. As cláusulas estipuladas definiam sempre o preço, as modalidades de pagamento, os prazos de execução, as medidas a tomar no caso de incumprimento de cada uma das partes, incluindo os fiadores, etc.

Nos trabalhos de pequena monta, nomeadamente remodelações parciais, o compromisso entre ambas as partes era somente oral.

Obtenção dos materiais

Os materiais escolhidos para a feitura de um retábulo tanto podiam ser obtidos pelo cliente da obra como ser da responsabilidade do mestre que assumia a execução. Vejamos um exemplo concreto, relativo ao retábulo-mor, ajustado em 1735, para a igreja paroquial de São Mamede de Infesta, *por preço de 144\$000 réis, com obrigação de o pôr assentado à sus custa na dita capela, sem que se lhe dê coisa alguma mais*²³⁶.

A execução

Após a obtenção dos materiais destinados à feitura de um retábulo, o mestre e os diversos membros da sua oficina principiavam a sua execução. Conforme as cláusulas ajustadas, iam recebendo o pagamento, cada um de acordo com o estipulado pelo mestre da oficina. Em situações específicas, exigia-se o recurso a profissionais especializados na escultura ou na pintura de imagens, como se verifica nos seguintes exemplos: no ajuste atrás mencionado relativo à feitura

²³⁶ BRANDÃO, 1986, p. 303.

do retábulo-mor da igreja paroquial de São Mamede de Infesta, o mestre *não tem obrigação de fazer o dito Santo*²³⁷; já na escritura do douramento do retábulo-mor da igreja paroquial da Sertã *será obrigado ele, mestre, a levar consigo um pintor insigne*²³⁸.

Após a conclusão da obra, procedia-se ao transporte das diversas peças do retábulo para o local destinado, utilizando meios terrestres ou marítimos ou ambos. Por fim, durante vários dias, as diversas peças do retábulo eram colocadas ou ensambladas, no caso dos exemplares de madeira, no local previamente definido.

A vistoria e a quitação

Depois de assente ou dourado o retábulo, procedia-se à sua vistoria, normalmente realizada por dois profissionais, os juízes do ofício eleitos nesse ano ou então por dois mestres de grande reputação, um escolhido pelo cliente e outro pelo executante. Em determinadas situações essa avaliação era somente executada pelo artista que concebera o projeto ou risco do retábulo, como ficou determinado, em 1735, no ajuste do retábulo-mor da igreja paroquial de São Mamede de Infesta – Matosinhos: *não se meter outro louvado senão ele, Nicolau Nasoni e caso que não esteja na terra será o louvado o que ele, reverendo deão, quiser escolher, sem que a isso se possa pôr dúvida nem dar nenhuma inteligência por parte dele, mestre, na matéria do louvado*²³⁹.

Era da competência dos louvados ou avaliadores consultar o projeto, assinado inicialmente pelo cliente e pelo executante e verificar se a obra realizada estava de acordo com o previsto e com o custo da mesma. Em situações normais, este processo terminava com um termo de quitação em que ambas as partes assinavam um docu-

237 BRANDÃO, 1986, p. 303.

238 BRANDÃO, 1984, p. 707.

239 BRANDÃO, 1986, p. 103.

mento, desobrigando-os de um contrato que os ligou durante algum tempo.

Se o entalhe ou o douramento do retábulo fossem rejeitados por não estar conforme o previsto, definia-se um novo acordo, sendo o mestre obrigado a refazer à sua custa o que não estava bem. Noutras ocasiões, os responsáveis pela encomenda arranjavam um outro profissional.

Atividades complementares

Os retábulos que utilizavam materiais pétreos, após o assentamento, eram complementados pelo polimento e pelo lustre, tarefas normalmente incluídas nas obrigações previstas no ajuste da execução da obra.

Nestes exemplares e nos de madeira só intervinham outros profissionais se porventura fossem pintados e/ou dourados, iniciando-se então um processo idêntico ao da feitura do retábulo.

Quando a pintura figurativa era aplicada sobre a madeira, essa tarefa era somente executada depois de o retábulo estar assente no local definitivo, como se verifica, por exemplo, em 1588, nas palavras das religiosas maltesas a propósito do retábulo-mor da sua igreja, em Estremoz: *está já em branco, assentado, para se pintar*²⁴⁰.

A partir dos finais do século XVI, quando a pintura sobre telas de cânhamo se tornou o suporte mais usual, essa empreitada passou a ser realizada na oficina do pintor.

Nalguns retábulos, para além da intervenção do mestre entalhador, verifica-se a participação de mais duas oficinas distintas: a de pintura figurativa e a de douramento. A título de exemplo mencionamos o retábulo-mor da igreja paroquial de Nos-



Estremoz. Igreja conventual de São João Baptista, de religiosas maltesas. Tábua pintada eventualmente proveniente do retábulo-mor (BILOU, 2019, p.4). Fonte (BILOU, 2019, p.6).

²⁴⁰ BILOU, 2019.

sa Senhora da Visitação, em Belver – Gavião (ver p. 180): o entalhe foi ajustado pelo mestre Matias José de Faria, a tela com a representação do orago pelo pintor José da Costa Negreiros e o douramento pelo mestre José Gonçalves Soares, todos sediados na cidade de Lisboa²⁴¹.

Provisão de licença para se benzer o novo altar

Por fim, após o assentamento do retábulo no lugar ajustado ou na sequência de alguma intervenção mais profunda, solicitava-se autorização para se benzer o novo retábulo. Para ilustrar esta ocorrência, referimos a provisão dada pela Mitra episcopal de Braga, a 15 de outubro de 1766, ao padre João Fernandes, vigário da freguesia de Nossa Senhora da Natividade do Extremo, termo de Arcos de Valdevez, *para benzer o altar e o sacrário da dita freguesia*²⁴².

Ofícios mecânicos

Convém referir que a mão-de-obra que executava os retábulos e as diversas atividades complementares, era maioritariamente proveniente dos ofícios mecânicos, sobressaindo algumas profissões: os pedreiros ou escultores nos retábulos de pedraria, os alvanéus nos de alvenaria estucada, os marceneiros ou entalhadores nos de madeira, os pintores ou douradores no douramento, na policromia, na pintura a fingir pedraria policroma, na pintura em *trompe l'oeil* fingindo composições retabulares, etc.

Se excetuarmos alguns artistas mais credenciados residentes nos maiores centros urbanos, solicitados pelos clientes mais eruditos e endinheirados, eram maioritariamente os mestres estabelecidos em cada região os principais executantes desses retábulos. Esta situação

²⁴¹ BONIFÁCIO, 1990, 2, pp. 360 a 366.

²⁴² Sítio da União das Freguesias de Portela e Extremo.

possibilitou o aparecimento de algumas especificidades, não só no entalhe, mas também na interpretação mais ou menos fiel do formulário vigente. De salientar que estas especificidades se restringiam somente a uma ou outra oficina, nunca tendo sido comuns a uma região.

Em todas as dioceses, os mesteres ou mesteirais estavam estruturados em corporações de ofícios ou artes mecânicas em que cada ofício estava regulamentado por regimentos aprovados pelos municípios, servindo o de Lisboa de referência aos restantes²⁴³. Deste modo, ninguém deveria trabalhar numa profissão mecânica sem ser previamente examinado, obtendo, em caso de aprovação, uma carta passada por um município.

No Antigo Regime, a oficina ou loja constituía a principal unidade produtiva, sendo formada por um mestre, vários oficiais e normalmente um ou dois aprendizes. A sua dimensão variava conforme houvesse falta ou excesso de profissionais.

O mestre assumia os trabalhos e as respetivas responsabilidades, dirigia as tarefas de cada elemento, pagava aos oficiais e ensinava os aprendizes. Em caso de incumprimento dos prazos chegava a ser preso, como aconteceu, em 1772, com Manuel de Sousa Rebelo, mestre entalhador com oficina aberta em Mondim de Basto, encontrando-se então na prisão do castelo de Lamego, quando se compromete a concluir dentro de um mês os retábulos que tinha ajustado para a capela de Nossa Senhora das Candeias, em Canelas – Peso da Régua²⁴⁴.

Os oficiais eram os profissionais encartados que já tinham feito exame e ficado aprovados. Quando quisessem, podiam abrir a sua oficina, no entanto, na maioria das situações continuavam a trabalhar no lo-

²⁴³ De referir que o primeiro Regimento dos ensambladores, entalhadores e imaginários de Lisboa remonta a 1549, tendo sido sucessivamente reformulado ao longo dos séculos seguintes (LANGHANS, 1945).

²⁴⁴ A. ALVES, 2001, 3, pp. 13 a 15.

cal da aprendizagem. Com frequência eram cedidos aos mestres de lojas vizinhas, com as quais mantinham relações familiares ou de amizade, sendo pagos por estes últimos. Em determinadas circunstâncias, alguns clientes chegavam a exigir o recurso a vários ou mesmo a todos os entalhadores disponíveis numa localidade.

Os aprendizes eram os principiantes e, durante quatro ou cinco anos, pagavam para aprender. Passado este tempo começam a receber semanalmente pequenos honorários. Quando se submetiam a exame e eram aprovados, passavam a oficiais.

As oficinas competiam entre si para obter trabalho e, algumas vezes, as matérias-primas necessárias para a sua atividade. Tinham, contudo, regras comuns. Anualmente, entre todos os mestres residentes num determinado município escolhiam dois deles, os juizes do ofício, para fazer cumprir os regulamentos, competindo-lhes examinar os aprendizes quando queriam passar a oficiais, vistoriar os trabalhos dos seus colegas quando solicitados por alguma instituição, participar na governação concelhia, nomeadamente no acompanhamento das posturas camarárias relativas aos mesteirais. No desempenho destas atividades eram pagos.

Estrutura produtiva

Tendo em conta a listagem dos profissionais que apresentaremos adiante, é possível ter uma ideia, ainda que parcial²⁴⁵, do número e da localização dos profissionais e/ou das oficinas que conceberam e executaram retábulos para a Ordem de São João de Malta.

-Debuxadores:

Independentemente da sua formação, que era diferenciada, como já referimos, identificámos catorze artistas, sendo nove residentes em

²⁴⁵ É diminuto o acervo documental publicado, esperando-se uma maior participação de novos investigadores.

Lisboa²⁴⁶, quatro no Porto²⁴⁷ e um em Évora²⁴⁸.

-Entalhadores e marceneiros:

Recenseámos vinte e seis profissionais com oficina aberta temporária ou permanentemente nas seguintes localidades/concelhos: Arcos de Valdevez²⁴⁹, Castelo de Vide²⁵⁰, Évora²⁵¹, Lamego²⁵², Lisboa²⁵³, Mangualde²⁵⁴, Miranda do Douro²⁵⁵, Mondim de Basto²⁵⁶, Peso da Régua²⁵⁷, Porto²⁵⁸, Santa Marta de Penaguião²⁵⁹, Tarouca²⁶⁰, Trancoso²⁶¹ e Vale de Cambra²⁶².

-Canteiros e pedreiros:

Dos dois profissionais identificados, ambos eram originários da região de Lisboa²⁶³, fixando-se um deles em Portalegre, Elvas e Vila Viçosa²⁶⁴.

-Alvanéus:

O único mestre identificado residia na região de Elvas²⁶⁵

Apresentamos, de seguida, uma listagem, por ordem alfabética, dos profissionais que trabalharam para a Ordem militar de Malta, quer permanentemente, quer em períodos restritos. Excluímos, contudo, os técnicos de outras modalidades artísticas complementares aos retábulos, a saber, outras obras de talha, pintura de cavalete, escultura de vulto

246 José Antunes, José da Costa Negreiros, Luís Nunes Tinoco, Manuel de Azevedo Fortes, Manuel Caetano de Sousa, Manuel da Costa Negreiros, Mateus Vicente de Oliveira, Pedro Nunes Tinoco e Sebastião Soares Pinto.

247 António Gomes, Domingos Nunes, Manuel da Costa Andrade e Nicolau Nasoni.

248 Sebastião Abreu do Ó.

249 António Dias.

250 André Ferreira e João Correia.

251 Sebastião Abreu do Ó.

252 João Correia Lopes.

253 Caetano Rodrigues Gomes, Jorge Soares de Oliveira, José Pereira Lobo, José Antunes, Matias José de Faria.

254 João Cardoso.

255 José Fernandes Duarte.

256 Manuel de Sousa Rebelo.

257 Domingos Martins Fagundes.

258 António Gomes, Domingos Nunes, Francisco Correia Carneiro, João da Fonseca, João de Oliveira Durão, Manuel da Costa de Andrade e Manuel da Fonseca.

259 Domingos Martins Pereira.

260 Arnao de Carvalho e João Correia Monteiro.

261 José de Oliveira.

262 António Rodrigues.

263 Sebastião Soares Pinto.

264 Gregório das Neves Leitão.

265 João Franco.

perfeito e diversas modalidades ditas mecânicas, nomeadamente o douramento, a carnação, o estofado e a policromia, que não importam na atual abordagem²⁶⁶.

António Dias (meados do século XVII)

Mestre entalhador com oficina aberta em Arcos de Valdevez. Nos meados do século XVII é possível ter executado o retábulo-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Natividade do Extremo – Arcos de Valdevez (ver p. 145).

André Ferreira (1681)

Mestre entalhador com oficina aberta em Castelo de Vide. Em 1681, é fiador da obra do douramento do retábulo-mor então existente na igreja paroquial de São João Baptista, desta localidade²⁶⁷, sendo provavelmente da sua autoria a execução do mesmo.

António Gomes (1685 - 1687)

Prestigiado mestre entalhador e debuxador, com oficina aberta no Porto. No dia 1 de agosto de 1685, de parceria com o seu colega, Domingos Nunes, também morador nesta cidade, ajusta a feitura do retábulo principal da igreja paroquial de São Pedro, na Sertã (ver p. 147), tomando por modelo o retábulo que ambos tinham concebido e executado no ano anterior na igreja do colégio de São Bento, em Coimbra²⁶⁸.

Dois anos depois, a 13 de fevereiro, mais uma vez de parceria com Domingos Nunes, assume o entalhe do retábulo-mor da igreja paroquial de São Sebastião, em Cernache do Bonjardim – Sertã, *na forma e traça do retábulo que fizeram na capela-mor do colégio de São Bento da cidade de Coimbra, que é a mesma traça da que fizeram para a vila da Sertã*²⁶⁹.



Sertã. Igreja matriz.
Pormenor do retábulo-mor.
Foto Lurdes Sequeira.

²⁶⁶ As datas apontadas entre parênteses curvos, à frente do nome de cada artista, correspondem à primeira e à última obra do referido profissional, mas somente respeitantes ao presente estudo, indicando-se o ano do falecimento, quando temos conhecimento.

²⁶⁷ MONTEIRO, 2012, 2, p. 71.

²⁶⁸ BRANDÃO, 1984, pp. 597 a 601.

²⁶⁹ BRANDÃO, 1984, pp. 634 a 639.

António Rodrigues (1703)

Mestre entalhador com oficina aberta em Macieira de Cambra. No dia 21 de janeiro de 1703, assume com o procurador do comendador de Rossas – Arouca a feitura de dois modestos retábulos colaterais, pela quantia de 45\$000 réis, para a igreja paroquial de Santa Maria de Rossas, *os quais hão de ser feitos à salomónica (...) ao moderno*²⁷⁰ (ver p. 78).

Arnao de Carvalho (1533)

Mestre de marcenaria, natural da Flandres, mas sediado temporariamente no mosteiro cisterciense de Salzedas – Tarouca.

Em 1533, ajusta a feitura do retábulo-mor da igreja paroquial de Valdigem, nos arredores de Lamego, de parceria com o pintor Bastião Afonso²⁷¹, tendo ambos provavelmente executado o retábulo-mor da igreja paroquial de São João Baptista, em Sernancelhe, subsistindo somente algumas tábuas pintadas.

Caetano Rodrigues Gomes (1749)

Mestre entalhador com oficina aberta na cidade de Lisboa. No dia 13 de novembro de 1749, compromete-se a entalhar o retábulo principal da igreja paroquial de Nossa Senhora dos Mártires, nos arredores da vila do Crato²⁷², com eventual risco de Manuel da Costa Negreiros, então *arquiteto da religião de Malta* (ver p. 182).

Domingos Martins Fagundes (1731)

Mestre entalhador natural de Vilar, concelho de Vieira do Minho. Em 1731, quando assume a feitura dos retábulos colaterais da igreja paroquial de Sever – Santa Marta de Penaguião, era assistente na obra da igreja paroquial de Santa Comba, em Moura Morta – Peso da Régua²⁷³, tendo eventualmente executado alguns retábulos deste



Sernancelhe. Igreja paroquial. Tábua pintada do retábulo-mor quinhentista.
Fonte C. AZEVEDO, 2012, p. 142.

²⁷⁰ BRANDÃO, 1985, pp. 158 a 163.

²⁷¹ CORTEZ, 1957.

²⁷² Informação cedida pelo Prof. Vítor Serrão.

²⁷³ PALAVRAS, 2013, p. 20.

último templo, incluindo o da capela-mor e o arco triunfal retabular (ver p. 168).

Domingos Martins Pereira (terceiro quartel de Setecentos)

Mestre entalhador com oficina aberta no lugar de Fornelos, termo de Santa Marta de Penaguião. Atribuímos a este profissional a feitura do retábulo-mor, ainda subsistente, da igreja paroquial de São Sebastião, em Fornelos, executado pouco depois do terramoto de 1755.

Domingos Nunes (1685 - 1687)

Reputado mestre entalhador e debuxador, com oficina aberta na cidade do Porto. No dia 1 de agosto de 1685, de parceria com o seu colega, António Gomes, também morador nesta localidade, ajusta o entalhe do retábulo principal da igreja paroquial de São Pedro, na Sertã (ver p. 147), tomando por modelo o retábulo que ambos tinham concebido e executado no ano anterior na igreja do colégio de São Bento, em Coimbra²⁷⁴.

Dois anos depois, a 13 de fevereiro, mais uma vez de parceria com António Gomes, assume o entalhe do retábulo-mor da igreja paroquial de São Sebastião, em Cernache do Bonjardim – Sertã (ver p. 148), *na forma e traça do retábulo que fizeram na capela-mor do colégio de São Bento da cidade de Coimbra, que é a mesma traça da que fizeram para a vila da Sertã*²⁷⁵.

Francisco Correia Carneiro (1751)

Mestre entalhador com oficina aberta na cidade do Porto, na Rua Nova de Santa Catarina, freguesia de Santo Ildefonso.

A 31 de agosto de 1751, ajusta com o procurador do balio de Leça, a feitura do retábulo-mor da igreja paroquial de São Faustino, em Gueifães – Maia, pela quantia de 90\$000 réis, apresentando como



Cernache do Bonjardim. Igreja paroquial.
Pormenor do retábulo principal.
Foto António José Ladeiras.

²⁷⁴ BRANDÃO, 1984, pp. 597 a 601.

²⁷⁵ BRANDÃO, 1984, pp. 634 a 639.



Sever. Igreja paroquial.
Retábulo principal.
Foto SIPA 29984.



Portel. Igreja matriz.
Foto padre José Lelo.

fiador um dos mais reputados mestres entalhadores portuenses, Manuel da Costa de Andrade. De assinalar que entre as cláusulas se afirma: *tudo com a perfeição moderna e estilo à Patriarcal*²⁷⁶, isto é, de acordo com o formulário Tardobarroco. Este exemplar foi substituído, algumas décadas depois, pelo retábulo existente.

Francisco Fernandes (1759 - 1760)

Mestre entalhador com oficina aberta no lugar de Outeiro de Sande, freguesia de Landim, então no termo de Barcelos.

Em 1759, concluiu a feitura do retábulo-mor da igreja paroquial de Sever, concelho de Santa Marta de Penaguião, cuja escritura de quitação é lavrada no dia 26 de setembro de 1760²⁷⁷.

Por afinidades formais com este último exemplar, atribuímos o entalhe, não só do retábulo-mor e do arco triunfal retabular da igreja paroquial de São Tiago, em Fontes – Santa Marta de Penaguião (ver p. 190), mas também do retábulo-mor do vizinho santuário de Nossa Senhora do Viso (ver p. 189).

Gregório das Neves Leitão (1754 - década de 1760)

Mestre pedreiro e canteiro originário de Barcarena, no Patriarcado de Lisboa, que se fixa no Alentejo (Portalegre, Elvas e Vila Viçosa).

Em 1754, ajusta com D. João de Sousa, por ordem do senhor infante D. Pedro, como grão-prior do Crato, a obra da igreja matriz de Portel, tendo provavelmente executado os retábulos deste templo (ver p. 188), com eventual risco do então arquiteto da Ordem de Malta, Mateus Vicente de Oliveira²⁷⁸.

João Cardoso (1829)

Mestre carpinteiro sediado na região de Viseu. A partir de 1829,

²⁷⁶ BRANDÃO, 1987, pp. 42 a 46.

²⁷⁷ BRANDÃO, 1987, pp. 143 a 147.

²⁷⁸ LAMEIRA e GOULART, 2015, p. 55.

trabalha na feitura do retábulo-mor da igreja de peregrinação de Nossa Senhora do Castelo, em Mangualde²⁷⁹ (ver p. 199), custeado por Miguel Pais de Sá Menezes, comendador de Freixiel e depois de Vera Cruz.

João Correia (1661 - 1662)

Mestre entalhador com oficina aberta na vila de Castelo de Vide. Embora se tenha conhecimento de retábulos que realizou na vizinha diocese de Évora, nomeadamente em 1661 e 1662²⁸⁰, é provável que tenha executado alguns retábulos para igrejas administradas pela Ordem de Malta.

João Correia Lopes (meados do século XVIII)

Reputado mestre entalhador e debuxador, natural de Landim, termo de Barcelos, mas com oficina aberta nos arredores de Lamego.

Tendo em conta que, em 1752, executa o retábulo principal, já inexistente, da igreja conventual de Barrô - Resende²⁸¹, pode ter entalhado também na mesma ocasião o retábulo-mor da igreja paroquial da mesma localidade (ver p. 179).

João Correia Monteiro (1767)

Mestre pedreiro e entalhador, originário de Lixa, comarca de Guimarães, mas com oficina aberta em Ferreirim - Tarouca, no bispado de Lamego.

Em 1767, contrata o entalhe da *tribuna da capela e retábulos colaterais* da igreja de Nossa Senhora das Candeias de Canelas - Peso da Régua²⁸², obra que deve ter desistido algum tempo depois. É possível ter parcialmente remodelado o retábulo-mor, outrora existente, da vizinha igreja paroquial de São Miguel de Poiães.

²⁷⁹ A. ALVES, 2001, 1, p. 162.

²⁸⁰ CAETANO e SERRÃO, 1999, p. 22.

²⁸¹ ALVES, 2001, 2, pp. 107 e 108.

²⁸² ALVES, 2001, 2, pp. 246, 252 a 254.



Maceda. Igreja paroquial.
Retábulo colateral.
Foto Paróquia de Maceda.

João da Fonseca (1702)

Mestre entalhador com oficina aberta em Santo Ildefonso, na cidade do Porto. No dia 4 de dezembro de 1702, de parceria com o seu irmão Manuel da Fonseca, assume com o procurador do comendador de Rossas, Frossos e Rio Meão a feitura de sete retábulos destinados às seguintes igrejas paroquiais: o da capela-mor (ver p. 40) e dois colaterais (ver p. 155) para Rio Meão - Vila da Feira, dois colaterais para São Pedro de Maceda e dois colaterais para São Martinho de Arada, estes últimos quatro no concelho de Ovar. Pela feitura do retábulo-mor de Rio Meão recebiam 45\$000 réis e por cada um dos restantes retábulos colaterais 20\$000 réis²⁸³. Excetuando os de Arada, os demais ainda subsistem, apesar de o da capela-mor de Rio Meão ter sido parcialmente remodelado em intervenções posteriores.

João Franco (1790)

Mestre alvanéu provavelmente residente em Elvas. Em 1790, é pago pela reconstrução da capela-mor da ermida de São João da Corujeira, nesta cidade²⁸⁴, sendo provavelmente da sua autoria o modesto retábulo-mor ainda subsistente, mas a necessitar de consolidação.

João Nunes Tinoco (1640 - f. 1689)

Arquiteto régio, morador em Lisboa. Após 1640, data do falecimento do seu pai, Pedro Nunes Tinoco, é provável ter também exercido funções para o priorado do Crato.

João de Oliveira Durão (1735)

Mestre entalhador com oficina aberta na cidade do Porto, na Calçada da Relação Velha. No dia 5 de janeiro de 1735, ajusta com o administrador do balio de Leça e também deão da sé do Porto, a feitura do retábulo-mor da igreja paroquial de São Mamede de Infes-

283 BRANDÃO, 1985, pp. 148 a 154.

284 NOÉ, 2017.

ta – Matosinhos, pela quantia de 144\$000 réis, *conforme a planta feita por Nicolau Nasoni. Na opinião de Pinho Brandão este retábulo não foi executado*²⁸⁵.

Jorge Soares de Oliveira (1748)

Mestre entalhador com oficina aberta na cidade de Lisboa. A 13 de março de 1748, de parceria com o seu colega, também morador em Lisboa, Matias José de Faria, assume o entalhe de seis retábulos-mores para igrejas do priorado do Crato, ficando a seu cargo os três seguintes: o de Nossa Senhora da Assunção, na vila de Gavião, o de Nossa Senhora da Graça em Envendos – Mação e o da igreja de São João Baptista, em Carvoeiro – Mação²⁸⁶. Só subsiste o de Gavião (ver p. 181).

José Antunes (1700)

Reputado mestre entalhador e debuxador com oficina aberta na cidade de Lisboa. De janeiro a março de 1700, recebe a elevada quantia de 300\$000 réis por ter executado o, já desaparecido, retábulo da capela-mor da igreja conventual de São João da Penitência, de religiosas maltesas, em Estremoz²⁸⁷, eventualmente concebido pelo arquiteto Luís Nunes Tinoco, seu amigo²⁸⁸. De anotar a despesa efetuada, em 1701, *no custo do painel do Batismo do Senhor que fez Bento Coelho para a boca da tribuna – 25\$000 réis*²⁸⁹.

José Fernandes Duarte (1778 - 1793)

Mestre entalhador com oficina aberta em São Martinho de Angueira – Miranda do Douro, *prático e inteligente na sua arte como tem mostrado nas muitas obras que tem feito nesta terra.*

Em 1787, ajusta a feitura de dois retábulos-mores de igrejas

285 BRANDÃO, 1986, pp. 302 a 304 e 1987, p. 97.

286 BONIFÁCIO, 1990, pp. 360 a 364.

287 FERREIRA, 2009, 2, p. 520.

288 LAMEIRA e GOULART, 2015, p. 41.

289 BILOU, 2019.



São Pedro da Silva. Igreja paroquial.
Retábulo-mor.
Foto Junta de Freguesia de Silva.

paroquiais: o de São Pedro da Silva – Miranda do Douro²⁹⁰ e o de São Joanino - Vimioso²⁹¹ (ver p. 108).

José da Costa Negreiros (f. 1735)

Reputado mestre de obras com oficina aberta na cidade de Lisboa. Desconhecemos a data em que assumiu as funções de arquiteto do priorado do Crato, cargo que passou, após a sua morte, para o seu filho Manuel da Costa Negreiros. De anotar que o outro filho, também chamado José da Costa Negreiros, distinguiu-se como pintor de cavalete, tendo igualmente trabalhado para diversas igrejas do priorado do Crato²⁹².

Deve ser da sua autoria o risco de três retábulos muito semelhantes, todos respeitantes a igrejas paroquiais: Nossa Senhora da Conceição, no Crato (ver p. 170), Nossa Senhora da Purificação, em Pontével (ver p. 171) e Santiago Maior, na Amieira – Nisa.

José de Oliveira (meados do século XVIII)

Mestre entalhador com oficina aberta em Trancoso. Tendo em conta que, em 1755, arrematou o entalhe de três retábulos para a igreja paroquial de São Pedro, em Trancoso²⁹³, pode ter executado algum retábulo para a igreja paroquial de São João Baptista desta mesma localidade.

Luís Nunes Tinoco (década de 1660 - f. 1719)

Arquiteto régio e provavelmente do priorado do Crato, cargo exercido pelo seu avô, Pedro Nunes Tinoco e talvez pelo seu pai, João Nunes Tinoco.

É possível ter concebido, na década de 1660, o risco do invulgar

²⁹⁰ F. ALVES, 2000, 7, p. 215; MOURINHO JÚNIOR, 1984, p. 139.

²⁹¹ MOURINHO JÚNIOR, 1984, p. 220; L. RODRIGUES, 2006, pp. 190 e 191.

²⁹² Em 1748, ajustou a pintura de onze quadros, a saber, três painéis, o da capela-mor de *Nossa Senhora dos Mártires* (ver p. 182) e dois colaterais, um do Menino Deus e Santo António e outro do Senhor Jesus; dois quadros, um de Nossa Senhora da Conceição do lugar do *Monte da Pedra* para a capela-mor e outro de Cristo Crucificado para a sacristia; dois quadros, um para o retábulo de Nossa Senhora da Assunção da vila de *Gavião* (ver p. 181) e outro quadro de Cristo Crucificado para a sacristia; dois quadros, um para a capela-mor de São Vicente mártir da aldeia do *Troviscal* e outro para a sacristia de Cristo Crucificado; um quadro de Cristo Crucificado para a sacristia de Santo António do *Marmeleiro*; um quadro para o retábulo da igreja de Nossa Senhora da Visitação (ver p. 180) da vila de *Belver* (BONIFÁCIO, 1990, 2, p. 361).

²⁹³ A. ALVES, 2001, 2, pp. 327 e 328.

retábulo-mor da igreja do Espírito Santo, em Montoito - Redondo²⁹⁴ (ver p. 146) e, em 1700, o do, já desaparecido, retábulo principal da igreja conventual das religiosas maltesas, em Estremoz²⁹⁵. De anotar que o entalhe deste último exemplar foi assumido pelo mestre lisboeta José Antunes²⁹⁶, anteriormente mencionado. Atribuímos ainda a este arquiteto o risco de cinco retábulos-mores de igrejas paroquiais do priorado do Crato, a saber, Nossa Senhora da Conceição, em Proença-a-Nova; São João Baptista, em Gáfete²⁹⁷ - Crato (ver p. 164); São João Baptista, em Pedrógão Pequeno - Sertã (ver p. 161); São Simão, no Nesperal - Sertã (ver p. 162) e Nossa Senhora da Conceição, em Oleiros (ver p. 163)

Manuel de Azevedo Fortes (1734 - f. 1749)

Arquiteto e engenheiro-mor do Reino, residente em Lisboa. Em 1734, por encomenda do rei D. João V, concebe o projeto da igreja paroquial de São João Baptista, em Campo Maior²⁹⁸, sendo provavelmente da sua autoria o risco do atual retábulo-mor (ver p. 173).

Manuel Caetano de Sousa (1786 - f. 1802)

Sargento-mor de infantaria e arquiteto das três ordens militares e *das sereníssimas Casas e Estados de Bragança e do Infantado e do Grão-Priorado do Crato, morador na cidade de Lisboa.*

Após 1786, data do falecimento do seu antecessor, o arquiteto Mateus Vicente, é provável ter concebido o *risco* dos retábulos-mores da igreja paroquial de Santiago, em Portalegre (ver p. 194), da igreja do Espírito Santo, em Marvão (ver p. 195), assim como o das Almas, na paroquial de Nossa Senhora da Visitação, em Belver - Gavião (ver p. 196).



Proença-a-Nova. Igreja paroquial.
Retábulo-mor.
Foto Município de Proença-a-Nova.



Manuel de Azevedo Fortes (f. 1749).
Museu Nacional de Arte Antiga.

²⁹⁴ LAMEIRA e GOULART, 2015, pp. 94 e 95.

²⁹⁵ LAMEIRA e GOULART, 2015, p. 41.

²⁹⁶ FERREIRA, 2009, 2, p. 520; LAMEIRA e GOULART, 2015, p. 41.

²⁹⁷ Em data posterior foram retiradas duas colunas para incluir dois nichos com imagens de vulto perfeito.

²⁹⁸ E. AZEVEDO, 1993, p. 132; CABEÇAS, 2011, p. 100.

Manuel da Costa de Andrade (1751 - f. 1756)

Reputado mestre entalhador e, muito provavelmente, debuxador com oficina aberta na cidade do Porto, na Rua da Fábrica do Tabaco. A 31 de agosto de 1751, é fiador da obra do retábulo-mor da igreja paroquial de São Faustino, em Gueifães – Maia, ajustada pelo seu colega Francisco Correia Carneiro, também morador no Porto²⁹⁹. É possível ter concebido o risco deste retábulo.

Manuel da Costa Negreiros (1735 - f. 1750)

Arquiteto da religião de Malta, provavelmente desde 1735, morador na cidade de Lisboa. Em 1748, concebe as plantas para seis retábulos de igrejas do priorado do Crato, cujo entalhe é assumido, a 13 de março do dito ano, pelos mestres entalhadores lisboetas Matias José de Faria e Jorge Soares de Oliveira³⁰⁰.

É provável ter concebido o *risco* do retábulo principal da igreja de Nossa Senhora dos Mártires, no Crato, cujo entalhe é ajustado em 1749 pelo mestre lisboeta Caetano Rodrigues Gomes.

Manuel da Fonseca (1702)

Mestre entalhador com oficina aberta em Santo Ildefonso, na cidade do Porto. No dia 4 de dezembro de 1702, de parceria com o seu irmão João da Fonseca, assume com o procurador do comendador de Rossas, Frossos e Rio Meão a feitura de sete retábulos destinados às seguintes igrejas paroquiais: o da capela-mor e dois colaterais para Rio Meão – Vila da Feira (ver p. 155), dois colaterais para São Pedro de Maceda (ver p.132) e dois colaterais para São Martinho de Arada, estes últimos quatro no concelho de Ovar. Pela feitura do retábulo-mor de Rio Meão recebiam 45\$000 réis e por cada um dos restantes retábulos colaterais 20\$000 réis³⁰¹. Excetuando os de Arada, os demais ainda subsistem,

299 BRANDÃO, 1987, pp. 42 a 46.

300 BONIFÁCIO, 1990, pp. 360 a 364.

301 BRANDÃO, 1985, pp. 148 a 154.

apesar de o da capela-mor de Rio Meão ter sido parcialmente remodelado em intervenções posteriores (ver p. 40).

Manuel de Sousa Rebelo (1768 - 1772)

Mestre entalhador com oficina aberta em Mondim de Basto. Em junho de 1768, contrata a feitura dos retábulos da capela de Nossa Senhora das Candeias, em Canelas. Como faltou ao contrato, foi preso no castelo de Lamego, onde se encontrava em fevereiro de 1772, quando se compromete a concluí-los dentro de um mês³⁰². É possível ter feito alguma obra do seu ofício na vizinha igreja paroquial de São Miguel de Poiães – Peso da Régua.

Mateus Vicente de Oliveira (1750 - f. 1785)

Reputado arquiteto régio morador em Lisboa, passando a partir de outubro de 1750 a desempenhar funções para a Ordem de Malta, lugar vago pela morte de Manuel da Costa Negreiros³⁰³.

É possível atribuir-lhe o risco de vários retábulos: os da igreja matriz de Portel, nas décadas de 1750-1760³⁰⁴; os da igreja de São Brás e Santa Luzia, na cidade de Lisboa, na década de 1770,³⁰⁵ (ver p. 193), o da capela-mor da igreja de São João Baptista, em Castelo de Vide (ver p. 192) e o de Nossa Senhora do Rosário, na igreja de Santa Maria, em Marvão, atual museu municipal, provavelmente proveniente da capela-mor e acrescentado nas suas ilhargas aquando da sua deslocação.



Marvão. Igreja matriz.
Retábulo provavelmente proveniente da capela-mor.
Foto Vítor Oliveira.

Matias José de Faria (1748)

Mestre entalhador da Casa Real, com oficina aberta na cidade de Lisboa. A 13 de março de 1748, de parceria com o seu colega, também

³⁰² ALVES, 2001, 3, pp. 13 a 15.

³⁰³ QUEIROZ, 2013, pp. 30 e 258.

³⁰⁴ LAMEIRA e GOULART, 2015, p. 55.

³⁰⁵ QUEIROZ, 2013, p. 194.

morador em Lisboa, Jorge Soares de Oliveira, ajusta o entalhe de seis retábulos principais de igrejas do priorado do Crato, ficando a seu cargo os três seguintes: o de Nossa Senhora da Visitação, em Belver - Gavião, o de Santo António, no lugar de Marmeleiro - Sertã e o de São Vicente, na aldeia de Troviscal - Sertã³⁰⁶. Só subsiste o de Belver (ver p. 180).

Nicolau Nasoni (1725 - f. 1773)

Pintor e *mestre arquiteto* italiano (ver p.117). Trabalhava em La Valleta - Malta, quando foi convidado para trabalhar na igreja da sé do Porto pelo deão do cabido, D. Jerónimo Távora de Noronha Leme Cernache, também administrador do balio de Leça. Em 1725 estabelece-se nesta cidade, onde adquire grande prestígio, trabalhando para a clientela mais endinheirada.

Em 1735, faz o risco do retábulo-mor da igreja da igreja de São Mamede de Infesta, em Matosinhos, cujo entalhe é assumido pelo mestre João de Oliveira Durão. Na opinião de Pinho Brandão este retábulo não foi executado³⁰⁷.

Por volta de 1733, por solicitação do comendador de Poiares

e balio de Leça, frei Melchior Álvaro Pereira Pinto e de D. Jerónimo Távora, administrador do dito balio, é possível ter executado o projeto, não só do retábulo-mor, mas também das três cartelas em talha, que incluem telas pintadas e que complementam os dois retábulos colaterais pré-existentes da igreja paroquial de São Tiago, em Custóias - Matosinhos.

Custóias. Igreja paroquial.
Arco triunfal retabular.
Foto Cíntia Martins Santos.



306 BONIFÁCIO, 1990, pp. 360 a 364.

307 BRANDÃO, 1986, pp. 302 a 304 e 1987, p. 97.

Pedro Nunes Tinoco (1615 - f. 1640)

Arquiteto del rei nosso senhor e do priorado do Crato, morador na cidade de Lisboa. Em 1615, *por mandado do governador frei Manuel Carneiro*, inicia o levantamento *de todas as plantas e perfis das igrejas e vilas do priorado do Crato*³⁰⁸.

Seguramente executou riscos para vários retábulos, mores e colaterais, de igrejas deste priorado, incluindo o da ermida de São Brás, localizada no interior do castelo de Belver (ver p. 142).

Sebastião Abreu do Ó (1748 - 1764)

Reputado mestre entalhador e debuxador, nascido em Tavira, mas com oficina aberta na cidade de Évora, onde foi irmão da ordem terceira de São Francisco, desde 1748³⁰⁹.

Em janeiro de 1763, assume a feitura do retábulo-mor da igreja de São Martinho, em Portalegre³¹⁰, exemplar que já não subsiste.

Sebastião Soares Pinto (cerca de 1747)

Mestre pedreiro e debuxador com oficina aberta em Lisboa. Como mestre de obras da igreja paroquial de São João Baptista, em Campo Maior³¹¹, é possível ter executado o retábulo-mor, de pedraria, deste templo (ver p. 173).

Sebastião Vaz (meados do século XVII)

Reputado mestre entalhador com oficina aberta na cidade de Évora. Nos meados do século XVII, por encomenda do bailio frei Pedro Barriga Barreto, comendador de Vera Cruz³¹², deve ter executado o retábulo-mor da igreja paroquial desta localidade alentejana. Deste exemplar subsiste somente o painel pintado com a *Invenção da Cruz* e o sacrário.



Mártires. Gravura executada pelo arquiteto do priorado do Crato, Pedro Nunes Tinoco.



Vera Cruz de Marmelar. Sacrário, dos meados do século XVII. Fonte PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO, 2006, p. 179.

³⁰⁸ COELHO, 2014, pp. 124 e 154.

³⁰⁹ LAMEIRA e GOULART, 2015, p. 52.

³¹⁰ A. BORGES, 2005, p. 161.

³¹¹ E. AZEVEDO, 1993, p. 132; CABEÇAS, 2011, p. 136.

³¹² PAGARÁ, VASSALO E SILVA e SERRÃO, 2006, p. 101.

Mapa de localização dos retábulos selecionados



Catálogo dos retábulos seleccionados



Montoito. Igreja do Espírito Santo. Pormenor do retábulo-mor. Foto padre António Sanches.



1. Belver (Gavião). Retábulo principal da ermida de São Brás.
Madeira entalhada, sem douramento nem policromia.
Antes de 1640: risco - eventualmente Pedro Nunes Tinoco, arquiteto do priorado do Crato.
Foto Pedro Melo Tavares.



2. Malta (Vila do Conde). Retábulo do Senhor Jesus, na capela de Santa Apolónia. Madeira entalhada e predominantemente dourada. Meados do século XVII: entalhe – profissionais de modesta formação. Foto: Sérgio Paiva (viladoconde.com).

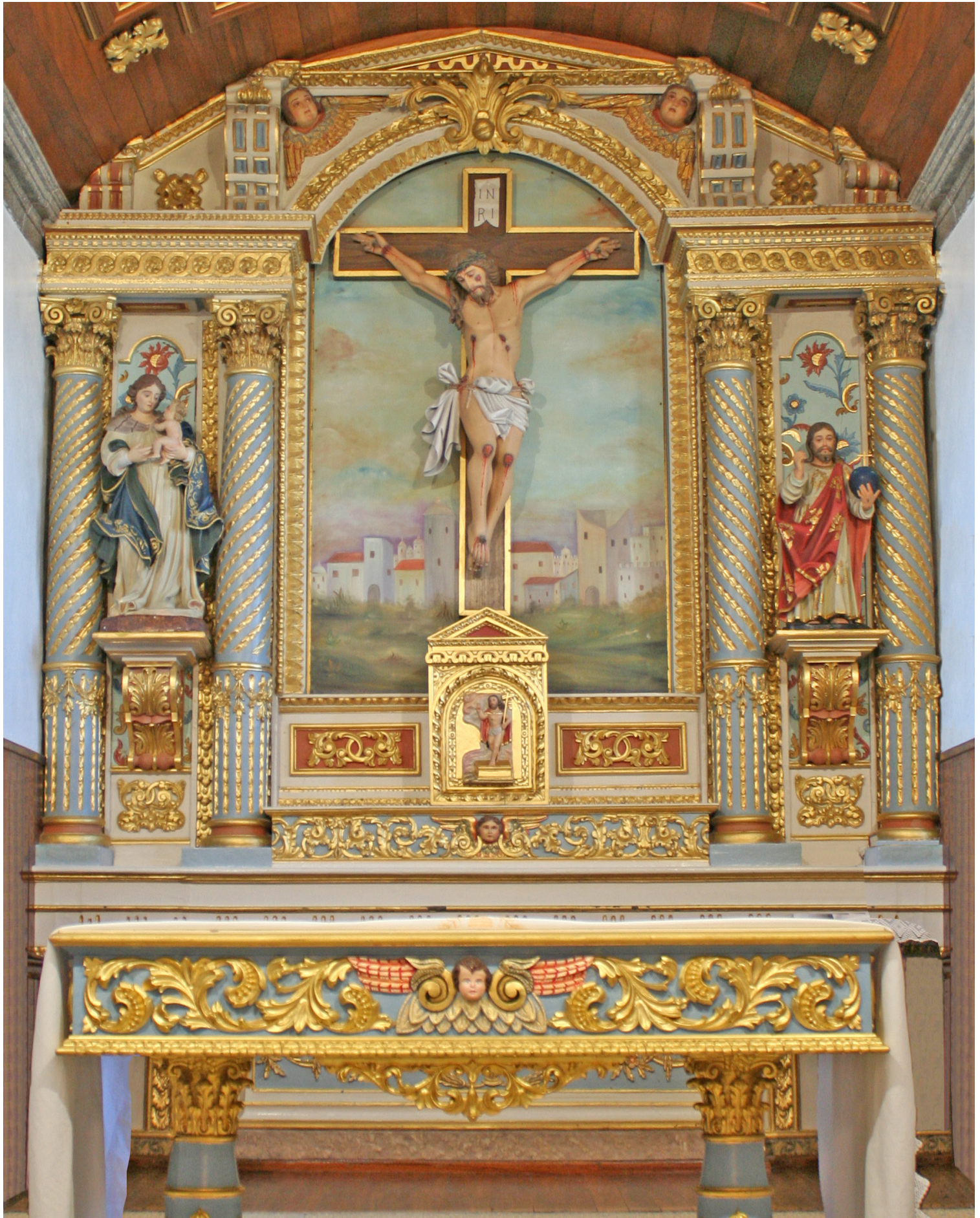


3. Veade (Celorico de Basto). Retábulo colateral, na igreja paroquial de Santa Maria.

Madeira entalhada e predominantemente dourada.

Meados do século XVII: entalhe - profissionais de modesta formação; 1732: remodelação e acrescentamento do arco (DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, pp. 622 e 623).

Foto Rota do Românico.



4. Extremo (Arcos de Valdevez). Retábulo-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Natividade. Madeira entalhada, dourada e pintada.

Meados do século XVII: entalhe – eventualmente António Dias, mestre com oficina aberta em Arcos de Valdevez. Século XX: descaracterização parcial devido a restauro menos adequado.

Foto Pedro Vasconcelos Cardoso.



5. Montoito (Redondo). Retábulo principal da igreja do Espírito Santo. Madeira entalhada e predominantemente dourada. Década de 1660: risco – provavelmente Luís Nunes Tinoco, filho do reputado arquiteto régio João Nunes Tinoco. Foto Márcia Bota.



6. Sertã. Retábulo-mor da igreja paroquial de São Pedro.

Madeira entalhada e predominantemente dourada.

1685: António Gomes e Domingos Nunes, reputados mestres com oficina aberta na cidade do Porto. Deveria ser *na forma da traça que para ela se mandou fazer à imitação do que se fez para o colégio de São Bento de Coimbra* (BRANDÃO, 1984, p. 599); 1690: douramento – Francisco da Rocha, morador no Porto (BRANDÃO, 1984, p. 700).

Foto Lurdes Sequeira.



7. Cernache do Bonjardim (Sertão). Retábulo principal da igreja paroquial de São Pedro. Madeira entalhada e predominantemente dourada.

1687: António Gomes e Domingos Nunes, reputados mestres com oficina aberta na cidade do Porto. Deveria ser *na forma e traça do retábulo que fizeram na capela-mor do colégio de São Bento da cidade de Coimbra, que é a mesma traça da que fizeram para a vila da Sertã* (BRANDÃO, 1984, p. 636).

Foto António José Ladeiras.



8. Algosó (Vimioso). Retábulo-mor da igreja paroquial de São Sebastião.

Madeira entalhada e predominantemente dourada.

Finais do século XVII: entalhe; década de 1740: remodelação do tramo central – profissionais residentes na região; 2012: conservação – Manuel João, técnico do Município de Vimioso.

Foto Manuel João – Município de Vimioso.



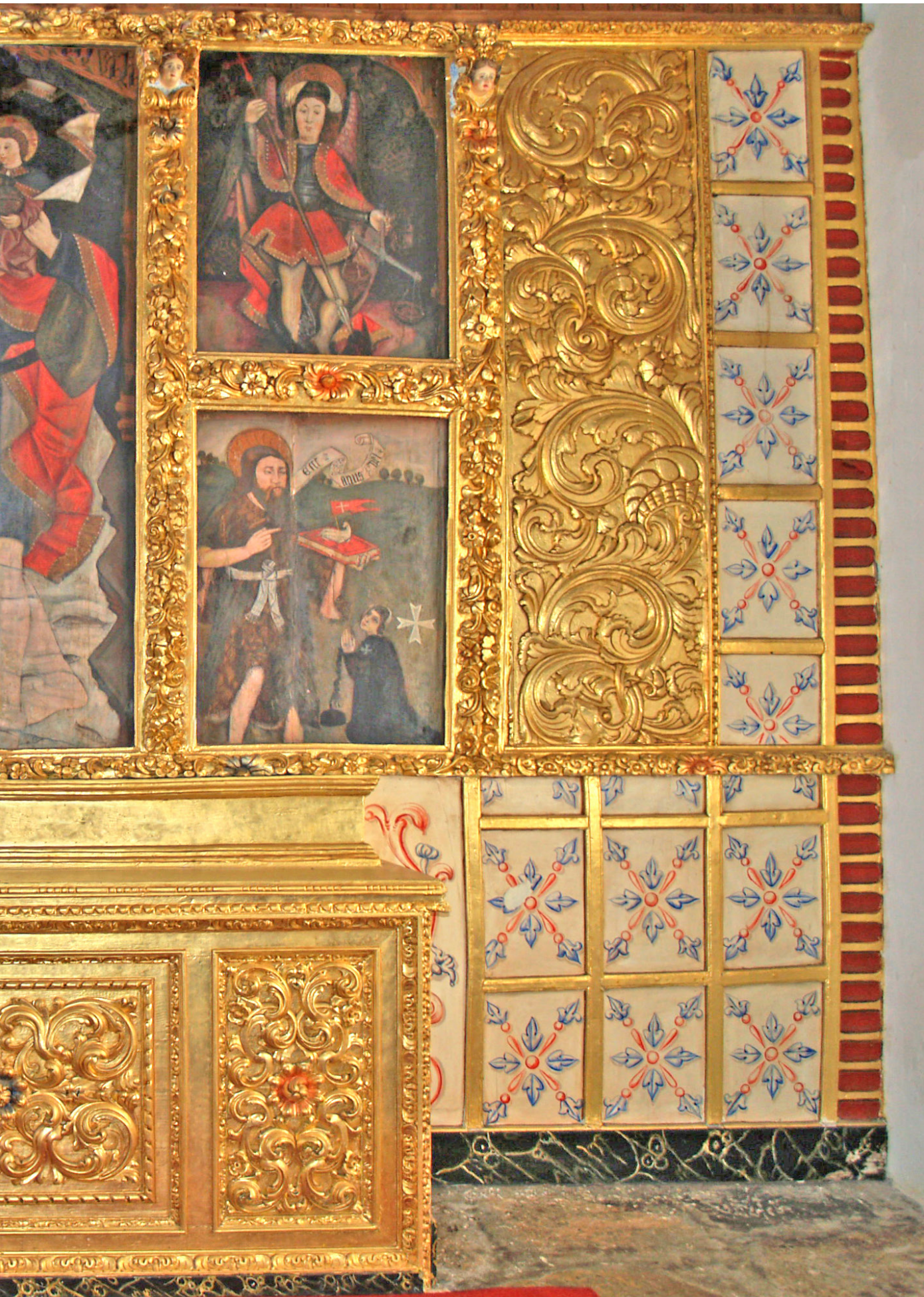
9. Águas Santas (Maia). Retábulo de São Nicolau Tolentino, na igreja paroquial de Nossa Senhora do Ó. Madeira entalhada e predominantemente dourada. Finais do século XVII: mestre desconhecido. Foto Susana Fernandes.



10. Sernancelhe. Retábulo-mor da igreja paroquial de São João Baptista. Madeira entalhada e predominantemente dourada. Finais do século XVII: entalhe - profissionais originários da região. Foto Paulo Pinto - Município de Sernancelhe



11. Malta - Olmos (Macedo de Cavaleiros). Retábulo-mor da igreja paroquial de São Cristóvão. Madeira entalhada, dourada e pintada.



Entalhe: princípios do século XVIII; mestre desconhecido; pintura figurativa: princípios do século XVI (LOPES, 2018, p. 1).



12. Gandra (Paredes). Retábulo-mor da igreja paroquial de São Miguel. Madeira entalhada, dourada e pintada. Princípios do século XVIII: entalhe - mestre eventualmente com oficina aberta na cidade do Porto. Foto padre Felisberto Vilinga.



13. Rio Meão (Santa Maria da Feira). Retábulo colateral na igreja paroquial de São Tiago.

Madeira entalhada, dourada e pintada.

1702: entalhe – João da Fonseca e seu irmão Manuel da Fonseca, mestres com oficina aberta na cidade do Porto (BRANDÃO, 1985, pp. 148 a 154).

Foto padre Orlando de Sousa.



14. Sernancelhe. Retábulo de Nossa Senhora da Piedade, na igreja paroquial de São João Baptista. Madeira entalhada e predominantemente dourada. 1703 (C. AZEVEDO, 2012, p. 80): entalhe - profissionais originários da região. Foto Paulo Pinto - Município de Sernancelhe.



15. Viso - Fontes (Santa Marta de Penaguião). Retábulo colateral do santuário de Nossa Senhora. Madeira entalhada, dourada e pintada. Antes de 1712 (SANTA MARIA, 1712, 5, p. 132): entalhe - mestre com oficina aberta na região. Foto Município de Santa Marta de Penaguião.



16. Sezures (Penalva do Castelo). Retábulo-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Graça. Madeira entalhada, dourada e pintada.

1718: douramento - Baltasar Pinto da Mota e Francisco de Almeida Tavares, pintores com oficina aberta em Viseu (A. ALVES, 2001, 2, pp. 281 e 282); década de 1740: remodelação parcial de alguns elementos.
Foto padre José António Almeida.



17. Teixoso (Covilhã). Retábulo-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora dos Coros. Madeira entalhada e predominantemente dourada. Primeiras décadas do século XVIII: entalhe - mestre eventualmente com oficina aberta na Covilhã. Foto Manuel Vaz.



18. Vilarandelo (Valpaços). Retábulo-mor da igreja paroquial de São Vicente. Madeira entalhada, dourada e pintada. Primeiras décadas do século XVIII: entalhe - mestre eventualmente com oficina aberta em Vila Real. Foto padre João Pires Dias.



19. Pedrógão Pequeno (Sertã). Retábulo-mor da igreja paroquial de São João Baptista.

Madeira entalhada e predominantemente dourada.

Primeiras décadas do século XVIII: risco – eventualmente o arquiteto Luís Nunes Tinoco; entalhe – mestre desconhecido.

Foto padre José Afonso.



20. Nespéral (Sertão). Retábulo-mor da igreja paroquial de São Simão. Madeira entalhada e predominantemente dourada. Primeiras décadas do século XVIII: risco - eventualmente o arquiteto Luís Nunes Tinoco; entalhe - mestre desconhecido. Foto António José Ladeiras.



21. Oleiros. Retábulo-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição. Madeira entalhada e predominantemente dourada. Primeiras décadas do século XVIII: risco – eventualmente o arquiteto Luís Nunes Tinoco; entalhe – mestre desconhecido. Foto Município de Oleiros.



22. Gáfete (Crato). Retábulo-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição. Madeira entalhada e predominantemente dourada. Primeiras décadas do século XVIII: risco – eventualmente o arquiteto Luís Nunes Tinoco; entalhe – mestre desconhecido; numa intervenção posterior foram retiradas duas colunas para incluir dois nichos com imagens de vulto perfeito. Foto padre Joaquim Valente.



23. Maçal do Chão (Celorico da Beira). Retábulo-mor da igreja paroquial de Santo Estevão. Madeira entalhada, dourada e pintada. Primeiras décadas do século XVIII: entalhe – mestre com oficina aberta na região. Foto padre Bruno Lopes.



24. Travanca (Mogadouro). Retábulo-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Graça. Madeira entalhada, dourada e pintada.

Primeiras décadas do século XVIII: entalhe – mestre com oficina aberta na região. De anotar os sucessivos acréscimos, o último dos quais revestindo as extremidades do retábulo setecentista com duas portas de acesso ao camarim, sobrepostas por mísulas com imagens de vulto perfeito.

Foto Emanuel Campos – Município de Mogadouro.



25. Cércio - Duas Igrejas (Miranda do Douro). Retábulo-mor da igreja paroquial de Santa Leocádia. Madeira entalhada, dourada e pintada.

Primeiras décadas do século XVIII: entalhe dos três tramos centrais - mestre desconhecido; segunda metade de Setecentos: execução dos quatro tramos laterais e do trono - mestre com oficina aberta na região.

Foto padre António A. Ferreira Pires.



26. Moura Morta (Peso da Régua). Arco triunfal retabular da igreja paroquial de Santa Comba. 1731: entalhe - muito provavelmente Domingos Martins Fagundes, mestre originário de Vieira do Minho, Foto José Bernardo Carvalho.



Madeira entalhada e predominantemente dourada.
então assistente neste templo (PALAVRAS, 2013, p. 20).



27. Crato. Retábulo-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição. Madeira entalhada e predominantemente dourada. Década de 1730: risco – eventualmente José da Costa Negreiros, arquiteto da Ordem de Malta; entalhe – mestre desconhecido. Foto Alexandre Morgado Santos – Município do Crato.



28. Pontével (Cartaxo). Retábulo-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Purificação. Madeira entalhada e predominantemente dourada. Década de 1730: entalhe – profissionais eventualmente oriundos de Santarém. Foto Diogo Marques | Foto Marques Wedding.



29. Oriola (Portel). Retábulo principal da igreja paroquial de Nossa Senhora da Assunção. Madeira entalhada, dourada e pintada. Década de 1730: entalhe - provavelmente um mestre com oficina aberta na cidade de Évora. Foto Carla Guerreiro.



30. Campo Maior. Retábulo-mor da igreja paroquial de São João Baptista. Mármore. Década de 1730: risco - eventualmente Manuel de Azevedo Fortes, arquiteto e engenheiro-mor; antes de 1747 execução - talvez Sebastião Soares Pinto, mestre de obras da igreja. Foto João Custódio - Município de Campo Maior.



31. Maia. Retábulo-mor da igreja paroquial de São Miguel. Madeira entalhada e predominantemente dourada. Década de 1740: entalhe - profissionais eventualmente oriundos do Porto. Foto José Tomé.



32. Montoito (Redondo). Retábulo principal da igreja paroquial de Nossa Senhora da Assunção. Madeira entalhada e predominantemente dourada.

Década de 1740: entalhe - provavelmente um mestre com oficina aberta na cidade de Évora; século XIX: substituição do trono. Foto padre António Sanches.



33. Aldeia da Mata (Crato). Retábulo principal da igreja paroquial de São Martinho. Madeira entalhada, dourada e pintada. Década de 1740: entalhe - provavelmente um mestre com oficina aberta na cidade de Portalegre. Foto padre Paulo Dias.



34. Oliveira do Hospital. Retábulo-mor da igreja paroquial da Santa Cruz.
 Madeira entalhada, dourada e pintada.
 Década de 1740: entalhe - provavelmente um mestre com oficina aberta na região de Coimbra.
 Foto padre António Loureiro.



35. Vila Cova à Coelheira (Vila Nova de Paiva). Retábulo-mor da igreja paroquial São João Baptista. Madeira entalhada, dourada e pintada.
Década de 1740: entalhe - provavelmente um mestre com oficina aberta na região.
Foto padre Jorge Saraiva.



36. Barrô (Resende). Retábulo principal da igreja paroquial de Nossa Senhora da Assunção. Madeira entalhada, dourada e pintada.

Década de 1740: entalhe – provavelmente João Correia Lopes, mestre natural de Landim, termo de Barcelos, mas com oficina aberta nos arredores de Lamego.

Foto Rota do Românico.



37. Belver (Gavião). Retábulo principal da igreja paroquial de Nossa Senhora da Visitação.

Madeira entalhada, dourada e pintada a fingir pedraria.

1748: risco – Manuel da Costa Negreiros, *arquiteto da religião de Malta*; entalhe – Matias José de Faria, mestre com oficina aberta em Lisboa; pintura figurativa – José da Costa Negreiros, morador em Lisboa; 1749: douramento – José Gonçalves Soares, também residente em Lisboa (BONIFÁCIO, 1990, pp. 360 a 364).



38. Gavião. Retábulo principal da igreja paroquial de Nossa Senhora da Assunção. Madeira entalhada, dourada e pintada a fingir pedraria.

1748: risco - Manuel da Costa Negreiros, *arquiteto da religião de Malta*; entalhe - Jorge Soares de Oliveira, mestre com oficina aberta em Lisboa; pintura figurativa - José da Costa Negreiros, morador em Lisboa; 1749: douramento - José Gonçalves Soares, também residente em Lisboa (BONIFÁCIO, 1990, 2 p. 361 a 364).

Foto Manuel Isaac Correia.



39. Mártires (Crato). Retábulo principal da igreja paroquial de Nossa Senhora dos Mártires. Madeira entalhada, dourada e pintada a fingir pedraria.

1749: risco – eventualmente Manuel da Costa Negreiros, *arquiteto da religião de Malta*; entalhe – Caetano Rodrigues Gomes, mestre com oficina aberta na cidade de Lisboa; pintura figurativa – José da Costa Negreiros, morador em Lisboa; 1749: douramento – José Gonçalves Soares, também residente em Lisboa (BONIFÁCIO, 1990, 2, pp. 361 a 364).
Foto padre Paulo Dias.



40. Veade (Celorico de Basto). Retábulo do Senhor da Boa Morte, na igreja paroquial de Santa Maria. *Túmulo de madeira muito bem dourado por dentro e por fora jaspeado em mármore (...)* altar de pedra branca lavrada, tem um quadro primorosamente pintado com a sagrada imagem de Nossa Senhora da Soledade, São João Evangelista, Santa Maria Madalena e as mais Santas Marias e Santos Varões, retrato do Descimento da Cruz (DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 623). 1749: execução – oficinas desconhecidas. Foto Rota do Românico.



41. Covilhã. Retábulo-mor da igreja paroquial de São João de Malta.

Madeira entalhada, dourada e pintada.

Meados do século XVIII: entalhe - mestre com oficina aberta na região. 1887: pintura do Batismo de Cristo - Bernardo da Costa Montez, pintor da Covilhã, formado na Academia de Belas-Artes de Lisboa.

Foto Museu de Arte Sacra - Covilhã.



42. Estremoz. Retábulo do passo processional existente no lado esquerdo da frontaria do convento das maltesas. Mármore policromos.

Meados do século XVIII: execução – mestre com oficina aberta na região. A capela é dos princípios de Setecentos. Século XX: colocação do painel de azulejos.

Foto Município de Estremoz.



43. Cernache do Bonjardim (Sertã). Retábulo das Almas, na igreja paroquial de São Sebastião. Madeira entalhada, dourada e pintada a fingir pedraria. Pouco antes de 1758: risco e entalhe *à romana* (DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, 1758, p. 969), concebido por um arquiteto régio e eventualmente executado por um mestre originário de Lisboa. Foto padre Paulo Jorge.



44. Sendim (Miranda do Douro). Retábulo da ermida do Senhor da Boa Morte. Madeira entalhada, dourada e pintada a fingir pedraria. 1759 (inscrição existente no portal principal): entalhe - mestre com oficina aberta na região. Foto padre António A. Ferreira Pires.



45. Portel. Retábulo-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Lagoa. Mármore. Décadas de 1750 - 1760: eventualmente Mateus Vicente de Oliveira, arquiteto régio e da Ordem de Malta; execução: talvez Gregório das Neves Leitão, mestre pedreiro e canteiro que, em 1754, ajusta com D. João de Sousa, por ordem do senhor infante D. Pedro, como grão-prior do Crato, a obra da igreja matriz de Portel (LAMEIRA e GOULART, 2015, p. 55). Foto padre José Lelo.



46. Viso - Fontes (Santa Marta de Penaguião). Retábulo-mor do santuário de Nossa Senhora.

Madeira entalhada, dourada e pintada a fingir pedraria.

Terceiro quartel do século XVIII: entalhe - eventualmente o mestre Francisco Fernandes, originário de Landim, então no termo de Barcelos, mas assistente no concelho de Penaguião.

Foto Município de Santa Marta de Penaguião.



47. Fontes (Santa Marta de Penaguião). Arco triunfal retabular e retábulo-mor da igreja paroquial de São Tiago. Terceiro quartel do século XVIII: entalhe - eventualmente o mestre Francisco Fernandes, originário de Landim, Foto Município de Santa Marta de Penaguião.



Madeira entalhada, dourada e pintada a fingir pedraria.
então no termo de Barcelos, mas assistente no concelho de Penaguião.

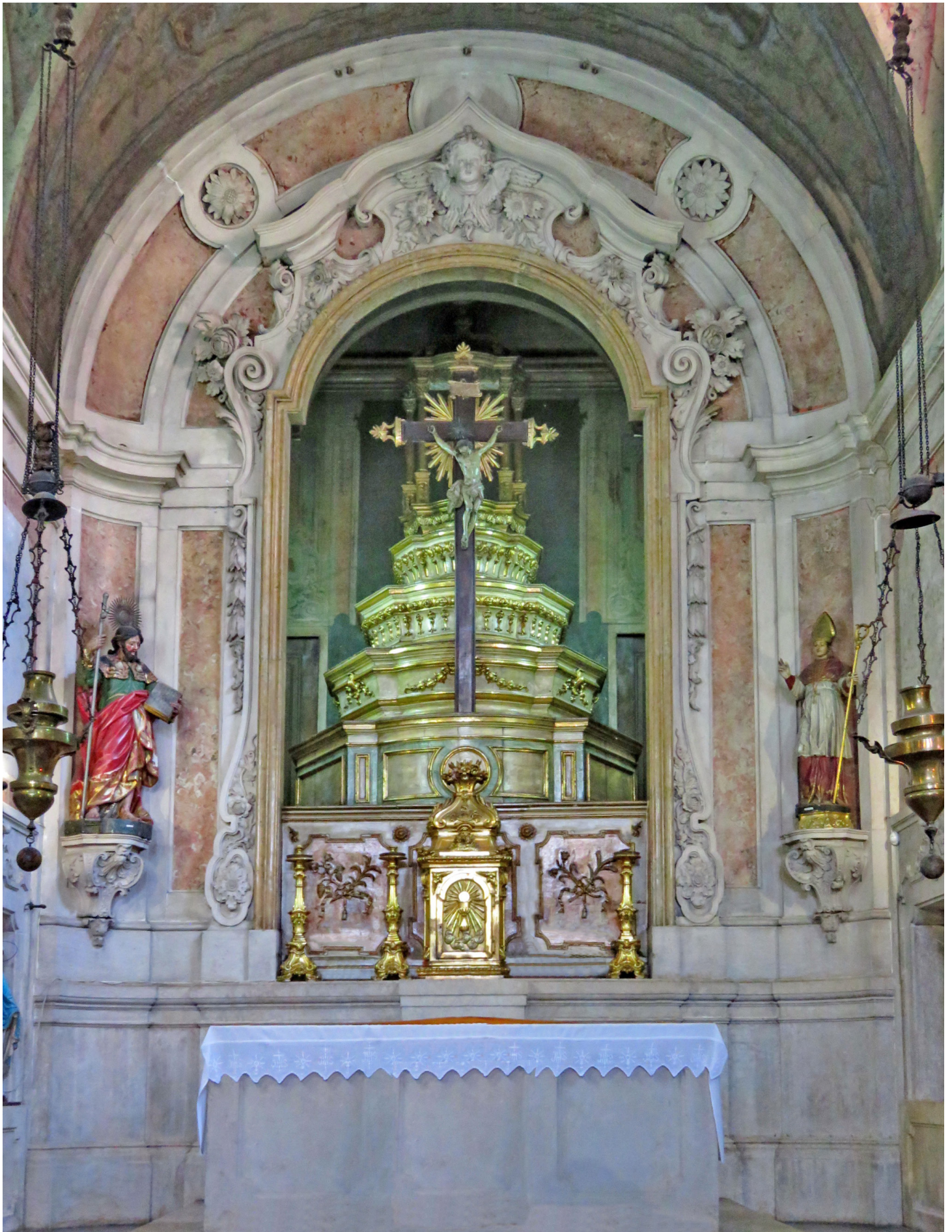


48. Castelo de Vide. Retábulo-mor da igreja paroquial de São João Baptista.

Alvenaria estucada e pintada.

Terceiro quartel do século XVIII: risco – eventualmente Mateus Vicente, arquiteto da Ordem de Malta; execução – mestre alvanéu residente na região.

Foto Manuel Isaac Correia.



49. Lisboa. Retábulo-mor da igreja de São Brás e de Santa Luzia, atualmente na igreja paroquial de Santiago (QUEIROZ, 2013, p. 194). Pedraria da região.

Década de 1770: risco – eventualmente Mateus Vicente, autor do projeto da igreja

Foto José João Loureiro.



50. Portalegre. Retábulo principal da igreja paroquial de Santiago. Madeira entalhada, dourada e pintada a fingir pedraria. Cerca de 1786: risco - eventualmente Manuel Caetano de Sousa, arquiteto da Ordem de Malta. Foto Manuel Isaac Correia.



51. Marvão. Retábulo-mor da igreja do Espírito Santo. Madeira entalhada, dourada e pintada de branco de leite. Finais do século XVIII: risco – eventualmente Manuel Caetano de Sousa, *arquiteto do grão-priorado do Crato*; entalhe – mestre originário de Lisboa. Foto Pedro Silvério – Santa Casa da Misericórdia de Marvão.



52. Belver (Gavião). Retábulo das Almas, na igreja paroquial de Nossa Senhora da Visitação. Madeira entalhada, dourada e pintada a fingir pedraria. Finais do século XVIII: risco – eventualmente Manuel Caetano de Sousa, *arquiteto do grão-priorado do Crato*; entalhe – mestre originário de Lisboa. Foto Manuel Isaac Correia.



53. Arnas (Sernancelhe). Retábulo-mor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição. Madeira entalhada, dourada e pintada. Finais do século XVIII: entalhe - profissionais originários da região. Foto Paulo Pinto - Município de Sernancelhe



54. Gueifães (Maia). Retábulo principal da igreja paroquial de São Faustino. Madeira entalhada, dourada e pintada de branco de leite. Princípios do século XIX: entalhe – mestre eventualmente com oficina aberta na cidade do Porto. Foto José Tomé.



55. Mangualde. Retábulo-mor da igreja de peregrinação de Nossa Senhora do Castelo. Madeira entalhada, dourada e pintada de branco de leite.
1829: entalhe - João Cardoso, mestre carpinteiro, sediado na região (A.ALVES, 2001, 1, p. 162).
Foto Portuguese_eyes /Vítor Oliveira

Fontes e estudos citados nas notas e nos textos

- A. ALVES, Alexandre (2001) – *Artistas e artífices nas Dioceses de Lamego e Viseu*, 3 vols., Viseu.
- F. ALVES, padre Francisco Manuel (2000) – *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, 11 vols., Bragança.
- ARAÚJO, Ana Cristina (1997) – *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1700 - 1830*, Lisboa.
- C. AZEVEDO, Monsenhor Cândido de (2012) – *Igreja Românica de Sernancelhe*, Sernancelhe.
- E. AZEVEDO, Estêvão da Gama de Moura e, *Notícias da Antiguidade, Aumento e Estado Presente da Vila de Campo Maior (...)*, 1993.
- BELO, Albertina (1998) – “Edifício e igreja da Santa Casa da Misericórdia”, *SIPA*, IHRU, www.monumentos.pt
- BILOU, Francisco (2019) - *Notícia do retábulo da capela-mor da igreja das Maltesas de Estremoz (1588)*., <https://www.academia.edu>, pp. 1 a 6.
- BOLETIM DA DIREÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS (1935), “A igreja de Leça do Balio”, Porto.
- BONIFÁCIO, Horácio (1990) – *Polivalência e contradição. O Barroco e a inclusão de sistemas ecléticos no século XVIII – a segunda geração de arquitetos*, tese de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- A. BORGES, Artur Goulart de Melo (2005) – “Arte e Património em Évora no séc. XVIII. As obras da nova capela-mor da Sé – escola de artistas”, *Eborensia n.º 35*, 2005, pp. 153 a 190.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1984) – *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e diocese do Porto. Documentação. I*, Porto.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1985) – *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e diocese do Porto. Documentação. II*, Porto.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1986) – *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e na diocese do Porto. Documentação. III*, Porto.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1987) – *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e diocese do Porto. Documentação. IV*, Porto.
- CABEÇAS, Mário Alexandre Henrique (2011) – *A transfiguração barroca de um espaço arquitetónico. A obra Setecentista na Sé de Elvas*, dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa.
- CAETANO, Joaquim Inácio (2016) – Sep. “Retábulos fingidos na pintura mural portuguesa”, *O Retábulo no espaço ibero-americano: forma, função e iconografia*, Lisboa, pp. 1 a 35.
- CAETANO, Joaquim Oliveira e SERRÃO, Vítor (1999) – *A Pintura em Moura. Séculos XVI, XVII e XVIII*, Moura.
- CARDOSO, padre Luís (1747) – *Dicionário Geográfico*, 1, Lisboa.
- CARDOSO, padre Luís (1751) – *Dicionário Geográfico*, 2, Lisboa.
- A. CARVALHO, Ayres de (1962) – *D. João V e a arte do seu tempo*, 2.º vol., Lisboa.
- CASTRO, padre João Baptista (1763) – *Mapa de Portugal antigo e moderno*, tomo 2, Lisboa.
- COELHO, Teresa Maria da Trindade de Campos (2014) – *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de arquitetos régios dos séculos XVII e XVIII*, tese de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- CORTEZ, Fernando Russel (1957) – “Mestre Arnao de Carvalho, entalhador flamengo 1506-1533”, *Viriatis*, vol.1, nº 1.
- A. COSTA, padre António Carvalho da (1712) – *Corografia portuguesa e descrição topográfica do famoso Reino de Portugal (...)*, tomo 3, Lisboa.
- P. COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto (1999-2000) – “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade”, *Militarium Ordinum Anacleto*, nº 3-4, Porto.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes (2002) – *O Renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitetónicos*, tese de doutoramento, Universidade de Coimbra.
- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO (1758) – “Abrantes”, vol. 1, nº 19, pp. 145 a 178.

- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO (1758) – “Amieira”, vol. 3, nº 71, pp. 541 a 558.
- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO (1758) – “Belver”, vol. 6, nº 86, pp. 621 a 636.
- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO (1758) – “Cernache do Bonjardim”, vol. 34, nº 134, pp. 967 a 976.
- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO (1758) – “Covilhã”, vol. 12, nº 452, pp. 3087 a 3130.
- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO (1758) – “Crato”, vol. 12, nº 458, pp. 3201 a 3228.
- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO (1758) – “Estremoz”, vol. 14, nº 100, pp. 697 a 750.
- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO (1758) – “Flor da Rosa”, vol. 15, nº 90, pp. 557 a 564.
- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO (1758) – “Lamego. Sé”, vol. 19, nº 42, pp. 219 a 350.
- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO (1758) – “Leça”, vol. 20, nº 82, pp. 601 a 634.
- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO (1758) – “São Martinho, Santarém”, vol. 33, nº 66f, pp. 493 a 516.
- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO (1758) – “Veade”, vol. 39, nº 111, pp. 619 a 630.
- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO (1758) – “Vera Cruz”, vol. 39, nº 133, pp. 765 e 766.
- FERREIRA, Sílvia (2009) – *A Talha Barroca de Lisboa (1670 – 1720). Os artistas e as obras*, tese de doutoramento, 3 vols., Universidade de Lisboa.
- FERREIRA ALVES, Natália Marinho (1989) – *A arte da talha no Porto na época barroca (Artistas e clientela. Materiais e técnica)*, Porto.
- FIGUEIREDO, José Anastácio de (1800) – *Nova história da Ordem Militar de Malta e dos senhores Grão-Priores dela em Portugal*, Lisboa.
- FONSECA, Teotónio da (1948) – *O concelho de Barcelos. Aquém e Além-Cávado. 2. Além-Cávado*, Barcelos.
- GOMES, Paulo Varela (2009) – *O sistema de coros nas sérs portuguesas do século XVI: forma, antecedentes medievais e significado*, lição apresentada nas provas de Agregação, Universidade de Coimbra.
- LAMEIRA, Francisco e GOULALT, Artur (2015) – *Retábulos na Arquidiocese de Évora* (Promontoria Monográfica História da Arte 09), Faro.
- LANGHANS, Franz-Paul (1945) – *As corporações dos ofícios mecânicos*, Lisboa.
- LOPES, Isabel Costa (2018) – “As pinturas do retábulo-mor da igreja matriz de Malta. Metáforas de tranquilidade”, *Terras Quentes*, pp. 1 a 34.
- MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho (2016) – *Devoção em Viagem*, Lisboa.
- MENDONÇA, Isabel e AVELAR, Filipa (1992 - 2004) – “Capela de São João Baptista/Capela de Rodes/ Capela de Malta”, SIPA, IHRU, www.monumentos.pt
- MONTEIRO, Patrícia Alexandra Rodrigues (2012) – *A Pintura mural no Norte Alentejo (Séculos XVI a XVIII). Núcleos temáticos da serra de S. Mamede*, tese de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- MORGADINHO, Daniela Soares e ANTUNES, Fernando dos Santos (2012) – “Estudo integrado a propósito da conservação e restauro de um altar portátil com a representação simbólica da Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo”, *Revista CPC*, São Paulo, nº 14, pp. 106 a 138.
- MOREIRA, Rafael (1995) – “A escultura ornamental e os programas protorenascentistas”, *História da Arte Portuguesa*, 2, Lisboa.
- MOURINHO JÚNIOR, António Rodrigues (1984) – *A talha nos concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso nos séculos XVII e XVIII*, Braga.
- MOURINHO JÚNIOR, António Rodrigues (1995) – *Arquitetura religiosa da Diocese de Miranda do Douro – Bragança, Sendim*.
- NOÉ, Paula (1992) – “Capela de São João Baptista da Comenda”, SIPA, IHRU, www.monumentos.pt
- NOÉ, Paula (2017) – “Capela de São João da Corujeira”, SIPA, IHRU, www.monumentos.pt
- C. OLIVEIRA, Carlos Prada de (2006) – *A Diocese de Miranda em meados do séc. XVIII segundo as Memórias Paroquiais de 1758*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho.
- M. OLIVEIRA, Maria Gabriela Gomes de (1992) – “Uma irmandade volante do século XVIII. O folheto *Lágrimas das Almas*”, *Linguas e Literaturas. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II série, vol. IX, pp. 349 a 354.
- PAGARÁ, Ana, VASSALO E SILVA, Nuno e SERRÃO, Vítor (2006) – *Igreja Vera Cruz Marmelar*, Portel.

PALAVRAS, Armando (2013) – “A atividade construtora nos templos de Penaguião no século XVIII”, *Revista Teles, de Cultura Transmontana e Duriense*, n.º 59, Vila Real, pp. 18 a 39.

PATRÃO, José Dias Heitor (1999 - 2000) – “Visitações à igreja de Santa Maria de Marvão”, *IBN Marvão. Revista Cultural do concelho de Marvão*, n.º 9-10, pp. 13 a 25.

QUEIROZ, Mónica (2013) – *O arquiteto Mateus Vicente de Oliveira (1706 - 1785): uma prática original na arquitetura setecentista portuguesa*, tese de doutoramento, Universidade de Lisboa.

L. RODRIGUES, Luís Alexandre (2001) – *De Miranda a Bragança: arquitetura religiosa de função paroquial na época moderna*, tese de doutoramento, Universidade do Porto.

L. RODRIGUES, Luís Alexandre (2006) – *Arte da talha dourada e policromada no distrito de Bragança. Documentos séculos XVII e XVIII*, Mirandela.

O. RODRIGUES, Olinda Maria de Jesus (2010) – *As alminhas em Portugal e a devolução da memória. Estudo, recuperação e conservação*, dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa.

ROSAS, Lúcia (2013) – “Património artístico”, *Comendas das Ordens militares. Perfil nacional e internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*, Porto, pp. 291 a 318.

SALDANHA, Sandra (2020) – “Valentim, mestre “de outro Valentim”: duas oficinas de escultura em Lisboa no século XVIII”, *Rossio. Estudos de Lisboa*, n.º 9, Lisboa, pp. 170 a 187.

SANTA ANA, Frei Belchior de (1657) – *Crónica de Carmelitas Descalços, particular do Reino de Portugal e Província de S. Filipe*, Tomo I, Lisboa.

SANTA MARIA, frei Agostinho (1716) – *Santuário Mariano*, vol.5, Lisboa.



F I M.

*Bem-aventurados
os que vivem acordados
e que fazem de si
pequenos faróis iluminados
deixando brotar flores
na alma dos Homens.*

(...)

*Bem-aventurados
os de singelos propósitos
que passeando
p'lo grande Jardim do Mundo
nos guiam e nos movem
para o lugar profundo
onde pertencemos.*

(J. Fontalba, Poemas).



